

ADVER

ASDUERJ

Associação de
Docentes da UERJ

1

ANO II - ABRIL 1993

METAPESQUISA

Reflexões sobre a produção
científica na Universidade

ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES

ADVIR é uma revista semestral e publicará artigos preferencialmente de professores da UERJ, que abordem temas relacionados à Universidade em todos seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma revista que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR não publicará artigos científicos especializados. Serão aceitos, contudo, artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas de conhecimento.

De acordo com o projeto editorial, ADVIR conterá as seguintes seções:

a) Entrevista: os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes de possíveis entrevistados, aceitando-se sugestões de temas e de nomes.

b) Ponto de Vista: serão publicados artigos assinados com opiniões diferenciadas acerca do tema central, previamente definido e divulgado pelos Conselhos Editorial e Consultivo.

c) Documento: publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

d) Academia: publicará artigos não especializados que abordem a produção acadêmica de professores da UERJ. A cada número ADVIR procurará contemplar as diferentes áreas de conhecimento. As contribuições para esta seção não necessitam estar relacionadas ao tema central.

e) Ensino, Pesquisa e Extensão: publicará matérias que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nestes campos.

f) Arte e Cultura: publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo sobre temas relacionados aos campos das artes e cultura.

g) Opinião: Publicará textos e artigos que expressem a opinião pessoal sobre tema de livre escolha do autor.

h) Cá entre nós: publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

As contribuições deverão, preferencialmente, ser encaminhadas em discos flexíveis, 5.1/4, digitado em editor de texto Word ou Carta Certa. Os tamanhos máximos das matérias, em número de linhas com 72 toques cada, incluindo notas e referências, deverão ser: seção Ponto de Vista: 240; seção Academia: 150; seção Arte e Cultura: 120; seção Opinião: 60.

Lembramos que estamos considerando a lauda padrão; 30 linhas, 72 toques, em espaço 2.

Tabelas, gráficos e ilustrações deverão ser encaminhados à parte, junto com o currículo resumido e, opcionalmente, foto do autor.

Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.

Toda matéria recebida será submetida ao Conselho Consultivo, que decidirá, em caráter definitivo, de sua publicação ou não.

Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuições, mesmo que não se façam acompanhar por artigos. Este material deverá ser encaminhado em arte final com tamanho máximo de 10 X 15 cm. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas serão publicadas em branco e preto e trarão os créditos a seus autores. ADVIR não se responsabilizará pela devolução do material recebido.

ADVIR será distribuída gratuitamente a todos os associados da ASDUERJ. Um exemplar de cada número será enviado gratuitamente às bibliotecas da UERJ e às Associações de Docentes filiadas à ANDES.

Assinaturas e exemplares avulsos poderão ser adquiridos junto à secretaria da ASDUERJ, ao preço de 5 dólares comerciais (valor de venda) por exemplar.

Aceita-se permuta com outras publicações.

S U M Á R I O

4 EDITORIAL

5 ENTREVISTA

Passado, presente e futuro da pesquisa no Brasil na visão de três ex-Sub-reitores de pós-graduação e pesquisa da Uerj.

10 PONTO DE VISTA

Em seis artigos, diferentes reflexões sobre a produção científica e tecnológica na universidade.

DOCUMENTO

ADVIR publica o GUIA Asduerj de Bolsas e Auxílios à Pesquisa. Lá encontram-se catalogadas tudo o que você precisa saber sobre as modalidades de auxílio à pesquisa oferecidas por instituições de fomento do Brasil e exterior.

23 ACADEMIA

Ideologia, incesto, teatro, o mito e a religiosidade são temas deste novo panorama da produção acadêmica de professores da Uerj.

41 ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO

Ensaio e Erro: seis depoimentos sobre a experiência discente em projetos de extensão. E mais: Psicose, tratamento e pesquisa; I Fórum de Estágio e Extensão da Faculdade de Serviço Social / Uerj e o suporte da informática nas atividades de pesquisa também são assuntos desta seção.

53 ARTE & CULTURA

Poesia: acompanhadas de uma breve leitura crítica da Professora Nadiá Ferreira, as trovas líricas do Professor Antonio Basílio

Design: o professor Pedro Pereira de Souza discute projeto, pesquisa e liberdade

Artes plásticas: Por qual motivo a pintura não é expressão cultural do povo carioca? Questiona o professor Alberto Cipiniuk.

Trilha sonora: os duros caminhos da trilha sonora no Brasil é o tema do professor Cláudio Henriques

60 OPINIÃO

O Banerj segundo o professor Luiz Cavallieri

62 CÁ Entre Nós

Cartas

ADVIR

Publicação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ASDUERJ

R. São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco F, sala 1092, Maracanã, Rio de Janeiro
Tels: 284-8322 r. 2579 e 264-9314

DIRETORIA - GESTÃO BIÊNIO 91/93

Presidente - Gustavo Bayer
I Vice-Presidente: Ademir Figueiredo
II Vice-Presidente: Tânia Carvalho Netto
I Secretário: José F. de Oliveira
II Secretário: José Carlos Xavier
I Tesoureiro: Lúcia Freire
II Tesoureiro: Eurico Zimbres

CONSELHO EDITORIAL

Eurico Zimbres
Deise Mancebo
Gustavo Bayer
Roberto Abreu
Ronaldo Coutinho

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio C. da Silva - Biologia
Antônio C. Pereira - Direito
Carlos A. Mandarin - Biologia
Cláudio Ulpiano - Filosofia
Décio da Rocha - Francês/CAP
Hindenburg Pires - Geografia
Jader Benuzzi - Física
José Augusto F. Quadra - Medicina
Junito Brandão - Letras
Lená Medeiros - História
Lilian Nabuco - Jornalismo
Luiz Sebastião Costa - Engenharia
Pedro P. de Souza - Desenho Industrial
Rose Mary Serra - Serviço Social
Sérgio Francisco - Música

PRODUÇÃO EDITORIAL

Leila Braille e Sérgio Franklin

EDIÇÃO VISUAL

Contexto Comunicação
Tel. (021)222-1632

EXECUÇÃO GRÁFICA

Serthel Comunicação Gráfica
Tel: (021) 224.1725

ILUSTRAÇÕES

Otto Galvão

CAPA

Pedro Prasil

EDITORIAL

Como de praxe, não trabalhamos com promessas, mas com compromissos: aí está a ADVIR nº 1, inaugurando a série oficial desta publicação, por ora semestral.

Não foi por acaso que tratamos a edição anterior como "número zero". Tínhamos clareza da necessidade de um pontapé inicial, ainda induzido, para constituir este espaço do "confronto das diversas concepções e práticas que dão formas e conteúdos concretos à universidade". Confirmando nossa expectativa, este número já é fruto de contribuições espontâneas dos professores da UERJ. Isto demonstra claramente que ADVIR veio preencher uma lacuna real, dando vazão à demanda reprimida por um veículo de cunho acadêmico, para a divulgação de suas idéias e preocupações.

Para nós da ASDUERJ isto é motivo de duplo orgulho. Primeiro, ao constatarmos que os professores da casa depositaram confiança no sentido acadêmico do nosso projeto, assumindo ADVIR como fruto do trabalho dos professores da UERJ, e não como um mero "órgão oficial" de eventuais diretorias da ASDUERJ. Nos orgulha ainda mais o fato de que, ao assumirem esta revista como sua, os professores da UERJ vieram confirmar a tese, por nós sempre defendida, de que a qualidade e a relevância da universidade só se afirmam quando construídas coletivamente - e que isto é possível, bastando adotar práticas democráticas e participativas na universidade.

A comunidade universitária está ávida por participar desta construção coletiva da universidade pública, de qualidade e relevância social, basta que sejam abertos os canais necessários. Com ADVIR abrimos um deles, acessível à nossa alçada deliberativa. Que isso sirva de exemplo para iniciativas mais abrangentes. Basta confiar e querer.

Conselho Editorial

UMA RELAÇÃO TÃO DELICADA

O desenvolvimento de atividades de pesquisa nas universidades brasileiras data do começo da década de sessenta. No que pese a recenticidade dessa relação, não se pode dizer que assistimos a uma lua-de-mel. Ao contrário, a inexistência de uma política científica efetiva e a involução dos poucos projetos ensaiados nesta direção quase decretaram o precoce divórcio deste casamento. Os entraves desse matrimônio, com um enfoque particular no caso Uerj - que chegou atrasada à cerimônia e ainda esboça em malabarismos um sofrível relacionamento com os padrinhos, os institutos de fomento à pesquisa - são objeto de uma pequena mesa redonda para a qual Advir convidou três ex-Sub-Reitores da Uerj: os professores *Jader Benuzzi*, do Instituto de Física da Uerj, Doutor em Física Nuclear pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e ex-Diretor desta instituição; *Ítalo Suassuna*, Livre Docente pela Faculdade Nacional de Medicina e ex-professor da Faculdade de Medicina-Uerj e *Ronaldo Coutinho*, professor do Mestrado em Direito da Cidade - Uerj, Livre Docente em Sociologia. Juntos, eles traçam um perfil histórico do binômio universidade - pesquisa em solo pátrio.

ADVIR - Como os senhores avaliariam as condições históricas em que se desenvolveu a produção científica nas universidades brasileiras?

Jader Benuzzi - Em 1960, criou-se a pós-graduação no Brasil e, realmente, 1960 é uma década importante. Com a criação da pós-graduação, a pesquisa foi intensificada. Para realização de tese de mestrado e para realização de tese de doutorado era necessário que as pessoas pesquisassem. Então, foi se criando no país um certo ambiente de pesquisa.

A Uerj, nessa época, estava numa situação de criação do campus, muito interessada no problema da obra material, ela não entrou, como as outras universidades entraram, na pós-graduação. Nós devemos destacar ainda o problema da USP, que, através de um amparo grande do governo de São Paulo, conseguiu criar, nas ciências exatas, uma

boa pós-graduação e um bom ambiente de pesquisa; alguns pontos isolados no Recife, Rio Grande do Sul, a própria Universidade de Minas Gerais e, em 1949, o marco é a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, em função da descoberta de um pesquisador brasileiro, César Lattes, que descobriu o meso-pi, e, a partir dessa descoberta, os professores da Faculdade Nacional de Filosofia criaram uma instituição que tinha por finalidade o desenvolvimento da pesquisa em nosso país. Atualmente, nós passamos por um período muito difícil, os governos Sarney e Collor, principalmente o Collor, diminuíram o auxílio à pesquisa e ao desenvolvimento científico. Pensa-se, hoje, na importação de tecnologia, e isto é relativamente difícil, porque os países industrializados não querem repassar essa tecnologia, não vão vender a galinha dos ovos de ouro, vão vender apenas os ovos de ouro. Nós temos que desenvolver a nossa ciência fundamental, a nossa ciência aplicada e a nossa

tecnologia. Só assim nós poderemos sair desse colonialismo cultural, desse colonialismo científico em que nós vivemos.

Ítalo Suassuna - Ao contrário do que foi descrito, com bastante precisão, pelo professor Jader Benuzzi, o desenvolvimento científico das ciências biológicas no Brasil talvez tenha sido o de maior alcance em termos internacionais, mas curiosamente ele não se deu nas universidades. A instalação da pesquisa científica, em termos biológicos, foi precedida por necessidades comunitárias, principalmente pela existência de pestes, de epidemias, de acometimentos infecciosos de diversas naturezas, particularmente a febre amarela. Isso fez com que o governo procurasse atender a esses problemas, criando instituições ou institutos, principalmente os chamados institutos vacinoterápicos. Posteriormente, este papel passa às universidades, a começar por 1934, com a USP. O que fizeram foi importar cientistas ou professores já famosos da Europa, que por diversas circunstâncias queriam deixar o Velho Mundo. No Rio de Janeiro, Anísio Teixeira tentou a mesma experiência e criou a Universidade do Distrito Federal. Por motivos políticos, em quatro anos ela foi liquidada, principalmente pelo ministério Capanema. Só anos mais tarde é que a Universidade do Brasil, que era uma escola de transmissão de informação, conseguiu, através de esforços primários de Carlos Chagas e outros, iniciar a produção científica. Neste ponto, eu quero abrir um parêntese para dizer o seguinte: há os que, ingenuamente, acreditam que uma escola é capaz de formar cientistas. A escola, no máximo, pode formar tecnólogos, ou seja, profissionais tecnicamente preparados para exercer uma determinada função. No meu entendimento, cientista é aquele que tem criatividade, só um cientista pode gerar outro cientista. O cientista não deverá, necessariamente, ser um docente, embora ele deva ser suficientemente capaz de transmitir sua competência, lançar sementes. A nossa pós-graduação, que foi feita para gerar cientistas, é uma falência, porque não tem gente competente na maioria dos cursos.

Ronaldo Coutinho - Note bem, o senhor está falando das condições históricas do desenvolvimento da pesquisa nas universidades brasileiras, só que eu acho que poderíamos pensar na formação e na produção das ciências neste país, enquanto, fundamentalmente, condicionadas à nossa situação de sociedade capitalista dependente. E não estou

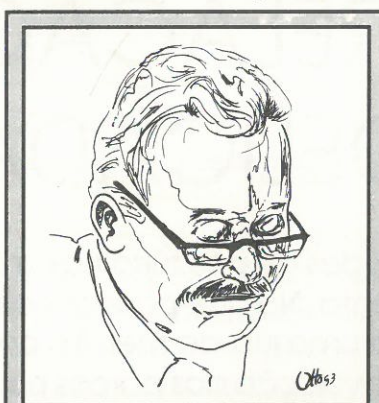
falando apenas no sentido estritamente econômico da questão, gostaria de contextualizar a nossa situação cultural de dependência. É importante a gente frisar o momento do golpe militar. Naquele momento, a modernização do Estado, que se afigurava importante para a expansão da acumulação capitalista no país, também tem uma ponte com a universidade. É a época em que começamos a ver as expressões mais usuais da economia e das empresas do mercado de investimento presentes

nas avaliações e nas demandas que se dirigem à universidade. Então, os governos militares substituem a criatividade, que foi muito bem assinalada pelo Ítalo, por uma exigência de produtividade, qualquer que seja. Nós passamos do momento em que a universidade negligenciava a atividade de pesquisa, porque ela era apenas uma escola de 3º grau, uma estação repetidora, para um momento em que se pesquisa tudo para produzir coisa alguma. Uma espécie de doença infantil que assola a universidade é essa história de pesquisar sem se determinar objetivos e prioridades. Por fim, nós não sabemos distinguir meros relatórios de observações clínicas, meros relatórios de controle de dados demográficos, do trabalho realmente científico. Hoje, a banalização da pesquisa mal feita tem sido apresentada como um aumento fundamental da produtividade científica. E, aqui na Uerj, houve um período em que esse discurso vigorou, onde passou

a exigir-se da universidade que funcionasse como uma empresa, e a universidade não é uma empresa, não existe para isso. Então, seus objetivos começaram a ser traçados fora das suas instâncias legítimas (que são as instâncias do pensamento, as instâncias da reflexão) e passaram a ser colocadas pelo mercado, pelas grandes empresas, pelos grupos de pressão que atuavam junto ao executivo. A universidade tinha de ser reformada e essa reforma educacional da ditadura tinha um motivo ideológico e político, sim, mas também tinha objetivos econômicos. Nesse sentido, eu acho que é impossível a gente desassociar o atual estado de ciência da nossa situação de país subdesenvolvido.

ADVIR - Num país sem tradição de investimento nas atividades de pesquisa, como catalogar os profissionais daquelas unidades acadêmicas que conseguiram desenvolver-se nesse campo? Estamos falando de heróis ou de privilegiados?

Jader Benuzzi - Fazer pesquisa ao Sul do



Não pode a
pesquisa fundamen-
tal estar submetida a
dirigismos estatais
rígidos ou a
interesses financeiros
imediatos.

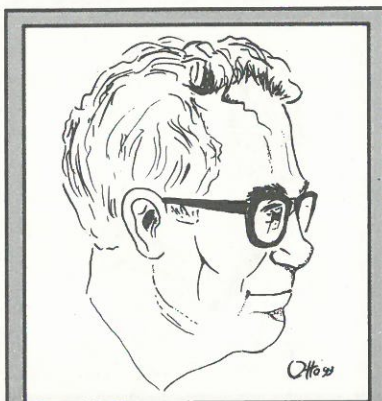
Jader Benuzzi

Equador é uma tarefa difícil, porque as pressões são muito grandes. Nós vivemos uma situação onde o homem de pesquisa está, como dizem os tecnocratas do governo, querendo queimar etapas que não podem ser queimadas. Nós temos que ter grandes especialistas em ciência fundamental e em ciência aplicada e só assim nós poderemos desenvolver tecnologia própria. Mas as pressões são grandes, as multinacionais querem que o ensino brasileiro crie meros operadores. É engenharia operacional em todos os setores, não fazem questão da capacidade criadora. O negócio é tão sério que não existe no Brasil a profissão de Físico. O Físico ainda não foi registrado no Ministério do Trabalho, ele só é Físico para efeito de imposto de renda. Fazer ciência no Brasil é realmente um ato de extremo heroísmo.

Ítalo Suassuna - Atualmente, até para pleitear viagens de formação profissional no exterior já é preciso pertencer a um certo ciclo de relações, de tráfico de influência. Esse profissional, quando retorna ao Brasil, é supervalorizado a priori apenas porque esteve no exterior, mesmo que ele não saiba nada, ou contribua com quase nada em termos da atividade que deveria seguir ou prosseguir aqui. Este caso existe em grande número nas universidades. A titulação acadêmica, por conta dessas viagens ao exterior, é supervalorizada. Por isso, a nossa formação é alienada, porque outro país não vai investir no Brasil o que é de alto interesse em termos de pesquisa de ponta. Nós vivemos, em termos científicos, mais ou menos como vivemos em termos econômicos: somos produtores de matéria-prima. O que eles querem de nós é o parasita, o soro do doente e o doente. Neste caso, eles não querem, absolutamente, investigar aquilo que representaria a terapêutica no Brasil. Isso eles investigam nos laboratórios de Nova York, Amsterdã, ou em algum lugar da França ou da Itália. Nós, cientificamente, só servimos como produtores de matéria-prima bruta, em qualquer campo. A investigação de ponta ficará sempre sendo feita lá, nunca será brasileira. Nós não temos ciência própria.

Ronaldo Coutinho - Eu acho que nós temos poucos heróis e uma quantidade muito grande de heróis sem nenhum caráter, no sentido de pessoas que durante muito tempo sobrepuseram, inclusive, os pesquisadores quase anônimos, que levam seu trabalho muito seriamente no cotidiano. Nós temos as chamadas estrelas do mundo acadêmico, que se tornaram verdadeiros gícolôs de verbas e financia-

mentos de pesquisa. Há algum tempo, nós estamos desenvolvendo na nossa comunidade acadêmica uma categoria muito peculiar de especialistas, são os especialistas em relatórios de pesquisa. São projetos que não têm nenhuma seqüência, nenhuma consequência, mas têm sempre cumprido o objetivo maior daqueles que os promovem e os desenvolvem, que é exatamente o de produzir um relatório que nem sequer é lido pelos comitês a que se destinam, circulam como uma biografia clandestina de quinta categoria. Mas isso acrescenta ao currículo anual das pessoas mais alguns pontos. Esses currículos, por sua vez, dão a credencial, necessária e suficiente, para que as pessoas estabeleçam aquele turismo científico internacional. Como disse o professor Italo, independentemente do que essas pessoas apreendam, essas estadias no exterior servem para promover esse indivíduo entre os curibocas deslumbrados, e credenciá-lo a galgar outros postos.



Nós vivemos, em termos científicos, como vivemos em termos econômicos: somos produtores de matéria-prima.

Ítalo Suassuna

ADVIR - Segundo os senhores, como se institui a equação cujos termos são responsabilidade social e liberdade acadêmica do pesquisador?

Jader Benuzzi - A questão é precedente. Mas nós precisamos partir do seguinte: existem três modalidades de pesquisa, a pesquisa fundamental, a pesquisa aplicada e a pesquisa tecnológica. A pesquisa fundamental é desenvolvida nos institutos básicos das universidades: Física, Química, Matemática, Biologia, Letras, Psicologia etc. Nela não existe um interesse de aplicação imediata. Existe uma ampla liberdade intelectual e os seus resultados não são utilizados de maneira direta pela sociedade. A sociedade ganha, com o desenvolvimento da pesquisa fundamental, grandes especialistas nas diversas áreas de conhecimento. Esses especialistas constituirão centros de irradiação de saber em sala de aula ou na própria bancada de trabalho. Não pode a pesquisa fundamental estar submetida a dirigismos estatais rígidos ou a interesses financeiros imediatos de grandes empresas. Quanto ao problema da pesquisa aplicada, ela deve estar voltada para determinados problemas específicos, que são de interesse das sociedades. Nela há um certo dirigismo e serão localizados problemas que já foram aflorados na pesquisa fundamental, ou que surjam em função de uma demanda social mais premente: o problema ambiental, a poluição, etc. Na pesquisa tecnológica, a universidade deve estar ligada a problemas que apresentem um certo interesse da empresa. Agora,

infelizmente as empresas não são nacionais, é difícil haver uma empresa nacional com capital suficiente para desenvolver aquilo que nós chamamos de pesquisa tecnológica. Mas, se a universidade resolver construir aparelhos, isto é, preparar instrumentos que venham a ser utilizados na própria pesquisa, esse aparelho, ao ser construído, deve ser entregue a uma empresa ou a alguém que possa industrializá-lo. A reprodução em série de aparelhos não pode ser resolvida ou desenvolvida dentro da universidade. Universidade não é empresa.

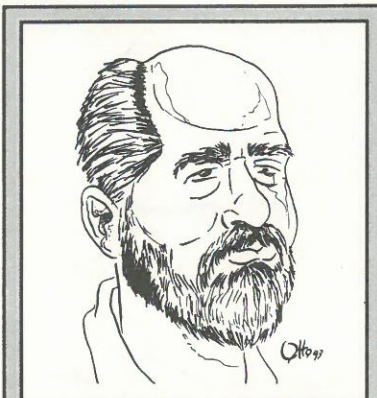
Ítalo Suassuna - Na imanência da postura biológica (isso é um fato conhecido quase que universalmente na história das ciências) o cientista tem uma postura psico-social um pouco indiferente, um pouco afastada. O cientista fundamental, o cientista verdadeiro, não está muito interessado nos resultados imediatos, ele não é um tecnologista. Ele está interessado numa verdade a ser descoberta, ou em um fenômeno a ser esclarecido, coisas assim. Esse embotamento aparente está na raiz de desvios e aberrações de comportamento, observados e narrados, quando considerado o cientista no contexto da indiferença social para o seu mister.

Ronaldo Coutinho - É evidente que a gente não pode pensar imediata e superficialmente a questão da liberdade do pesquisador e a sua responsabilidade social. Vamos pensar a questão da liberdade, por exemplo. O que significa? Que ele é uma pessoa não suscetível a pressões, ou uma pessoa que, em algum momento, é alvo de qualquer tipo de repressão direta? Ou que lhe é determinado, em qualquer outra instância, aquilo que ele pode ou não pode fazer? Até que ponto, por exemplo, - numa situação em que não haja esse tipo de compulsoriedade de tematização, imposta por uma série de situações - pode se falar da liberdade de um pesquisador, quando não há meios para pesquisar o que se quer? É fundamental a gente pensar, também, que é muito difícil para um biólogo, por exemplo, que está fazendo uma pesquisa básica, a visibilidade da implicação social do seu projeto. Diferente da visibilidade, mais imediata, de um bioquímico que está trabalhando num laboratório de guerra química, por exemplo. A escolha se deu no momento em que ele foi trabalhar no laboratório de guerra química. Não propriamente no teor do trabalho científico que ele desenvolve. Da mesma forma, eu acho que é muito mais fácil cobrar de cientistas sociais maior responsabilidade social naquilo que pesquisam, porque suas pesquisas têm

aplicação mais incisiva sobre o conjunto das relações sociais. Os pesquisadores que trabalham em Universidades têm um mínimo de informação, e condições suficientes de realizar determinadas escolhas. Eles têm um nível de responsabilidade por aquilo que fazem que terão de assumir em algum momento. Não se trata de transformar a universidade numa escola de formação de quadros; numa caricatura stalinista da formação de militantes. Mas eu acho que nós não podemos deixar sem crítica um tipo de irresponsabilidade que é generalizada no conjunto da universidade e que é produto deste individualismo pequeno burguês muito presente na universidade, em que as pessoas acham que tudo aquilo que não diga respeito imediatamente ao seu projeto, à sua tese, ao seu programa de pós-graduação, etc, não merece dele uma justa atenção, uma atuação maior.

Ítalo Suassuna - Aproveitando a deixa, no que diz respeito à consciência, não podemos esquecer que o cientista é um cidadão, de modo que o peso da responsabilidade social que ele recebe, admite, é essencialmente pessoal, individual. Se houver uma obrigatoriedade de aplicação e de serviço à comunidade, de utilização em termos sociais, nós teremos então a intromissão de ideologias que têm sido a praga, ou uma das pragas, da universidade brasileira.

Ronaldo Coutinho - Eu gostaria de fazer umas observações sobre este ponto, porque pode parecer que eu estaria me contrapondo ao que o Ítalo acabou de falar e não se trata disso. Eu quero deixar muito claro que, num outro sentido, é importante a gente assinalar três aspectos: o primeiro deles é que a gente não pode entender o exercício pleno da nossa cidadania, como intelectuais integrantes de uma universidade que tem responsabilidades para com a sociedade, apenas no sentido demagógico e cretino das atividades de extensão, que foram impostas à universidade por força de uma estratégia da ditadura militar. Esse tipo de prestação de assistência social populista é autoritária, é demagógica, e absolutamente inócua em termos de qualquer contribuição para superação dos nossos problemas de subdesenvolvimento crônico, não tem nada a ver com o que eu penso a respeito da responsabilidade social da universidade. Isso é um obreirismo, quando na melhor das hipóteses ingênuo, que dispersa recursos fundamentais para simular uma atenção para a sociedade que, na verdade,



Hoje, a banalização da pesquisa mal feita tem sido apresentada como um aumento da produtividade científica.

Ronaldo Coutinho

a universidade não está tendo. Acho que a primeira e grande responsabilidade nossa, como intelectuais com a devida consciência de nossa responsabilidade social, é justamente que nós tenhamos a capacidade de apreender teoricamente essa realidade. Acho que existe uma outro aspecto: a ideologia dominante, o capitalismo, a reprodução da ordem burguesa sempre tiveram sua acolhida e nunca ninguém contestou que era um trabalho ideológico. Apenas as idéias de esquerda são tratadas como ideologias estranhas à universidade. Do outro lado, nós vemos um bando de simplórios achando que a universidade é realmente o centro fundamental de onde sairá uma revolução. Quando na verdade a universidade é o lugar onde se reproduz a ordem burguesa. Eu acho o seguinte: a universidade tem de ser necessariamente - e a própria etimologia diz isso - um amplo espaço, pluridimensional, pluralista.

ADVIR - No que tange à história do desenvolvimento científico nas universidades brasileiras, é bastante comum dizer-se que a Uerj perdeu "o bonde da história". Os senhores concordam com esta afirmação?

Jader Benuzzi - A pesquisa e a pós-graduação começaram a se desenvolver na universidade - antes existiam institutos de pesquisa fora da universidade, que já desenvolviam a pesquisa - a partir da década de 60. A Uerj perdeu, nesta ocasião, a oportunidade de implantar a sua pós-graduação e a sua organização de pesquisa. A estrutura de poder naquela época era exercida por um grupo de professores das antigas faculdades que se reuniram para formar a Universidade do Distrito Federal. Estes professores não aceitavam a pós-graduação e a pesquisa. E a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - que estava estruturada em cursos ligados às ciências fundamentais básicas - reagiu contra as novas diretrizes do ensino superior no Brasil. A maioria desses professores era constituída por profissionais docentes do Colégio Pedro II, que lutavam mais pela implementação da licenciatura, em detrimento do bacharelado. Isso acarretou uma saída sistemática de professores de excelente nível, mais novos que os da velha oligarquia dominante, que procuraram fora da Uerj outras universidades e institutos de pesquisa nos quais pudessem realizar o seu mestrado e o seu doutorado e, fundamentalmente, participar de pesquisas. Alguns professores que participaram da pós-graduação em instituições fora da Uerj, e se mantinham ativos em diversas áreas de pesquisa, transformaram a nossa universidade num local de dedicação parcial, num "bico", onde vinham alguns dias da semana para ministrar as disciplinas dos cursos de graduação.

Ítalo Suassuna - Se a Uerj perdeu "o bonde da História" em termos de pesquisa? Eu só posso responder que sim. Perdeu pelos motivos já apontados pelo professor Jader. A Uerj se transformou, de um colégio que era, num colégio muito grande, mas ainda um colégio. O que se pretendia era informação, ou talvez marcar a lição. É da minha opinião que a instituição de ensino, particularmente o ensino superior, que não pesquisa - e não se pequisava - não ensina, passa a lição. O que nós fazíamos era passar a lição. Houve esforço na Física, houve esforço na Faculdade de Ciências Médicas, durante algum tempo só o que era reconhecido como curso de pós-graduação eram alguns cursos de medicina, que ainda persistem, e alguns conseguiram um bom conceito, mas fruto do esforço pessoal dos que realmente engendraram a possibilidade de pós-graduação. Há agora uma série de cursos de aperfeiçoamento que embrionariamente talvez venham a servir de graduação *sensu strictum*. Há um curso bom no Instituto de Biologia, o primeiro no Brasil. Mas tudo isso veio depois desses anos 60.

Ronaldo Coutinho - Essa universidade é marcada por um provincianismo intelectual. Ela aceitou, com grande acomodação (até porque isso respondia a interesses paroquiais muito nitidamente identificáveis), a condição de escola de terceiro grau. E, durante muito tempo, ela promoveu uma intensa resistência - organizada pelos setores hegemônicos na universidade - contra toda e qualquer tentativa de se ampliar ou se implantar atividades de investigação que redundassem em projetos coletivos mais amplos. Eu não quero vincular de modo algum a maior ou menor capacidade de expansão da atividade da pesquisa e uma mudança qualitativa a figuras a, b ou c. Mas houve uma modificação sim, uma modificação que não é tão grande quanto os seus próprios autores estimam, mas que também não é assim tão insignificante quanto outros avaliam. Refiro-me particularmente ao esforço que foi empreendido na última gestão do professor Barbieri, através da ampliação das atividades de pós-graduação. Houve um esforço nesse sentido do professor Reinaldo Guimarães durante sua gestão na Sub-Reitoria de pós-graduação e pesquisa. E a despeito de minhas críticas - e elas são muito claras e recentemente foram levadas a público - a gestão política da Universidade do Reitor Hésio Cordeiro representa a continuidade destes esforços. Já existe uma consciência entre nós - coisa que não havia há algum tempo atrás - de que é necessário começar a discutir a formulação de uma política científica para a Uerj, uma política de pesquisa e de pós-graduação para a Universidade. A própria iniciativa da Associação de Docentes, que nesse número temático da Revista coloca em questão a pesquisa, reflete que isso já emerge do próprio interesse da coletividade. ■

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA UERJ: ENTRAVES

Antônio Carlos da Silva *

A capacitação docente, dentro do programa de formação de recursos humanos, tem sido, sem dúvida, o mais importante investimento da UERJ com retorno a médio e longo prazos. Porém, a falta de uma política definitiva de apoio infra-estrutural pode ser fatal ao crescimento da Pós-Graduação e Pesquisa, por dificultar a fixação dos grupos emergentes, ou a atração de pesquisadores "seniors" de outras Instituições.

A prof. Leila Maria L. Alves, do IB, aponta para a falta de projetos de infra-estrutura que prevejam o crescimento da Universidade a médio e longo prazos. "Houve crescimento acadêmico não acompanhado de crescimento infra-estrutural, tendo como consequência a evasão de professores titulados do IB". Esta parece ser uma questão consensual entre os docentes. O desenvolvimento científico exige não apenas a modernização da rede elétrica ou das instalações prediais, mas também modificações na estrutura organizacional, como por exemplo a criação de centrais que atendam a demanda qualitativa das linhas de pesquisa, tais como: Centro de Animais de Laboratório (produção de animais de referência e, experimentação animal), Central Analítica (utilização de equipamentos, sofisticados e de custo elevado, de uso comum e sob a orientação de técnicos especializados), Central de Criação e Reaproveitamento de Material

(vidraria e aparelhagem), etc.

Com a escassez de apoio governamental para pesquisa, a participação da Universidade através da criação de Fundos de Amparo à Pesquisa passou a ser vital para a auto-sobrevivência. De acordo à opinião do Prof. Miguel Tupinambá (Instituto de Geociências), o crescimento do Departamento de Geologia ocorreu principalmente a partir da criação de um Fundo de Amparo à Pesquisa criado pela SR-2, posteriormente desativado. A existência deste fundo facilitou o deslocamento dos professores deste departamento para o desenvolvimento de pesquisa de campo. A distribuição de verbas associadas ao julgamento de projetos específicos levaria ao aperfeiçoamento do processo, evitando a pulverização dos recursos, de acordo com a opinião da Prof. Maria de Fátima A. Ferreira.

É necessário, ainda, que a Universidade utilize recursos na compra de equipamentos e material permanente. Os gastos com a compra de material de consumo não terão o retorno esperado sem o aparelhamento da Universidade. De que adianta realizarmos uma dosagem colorimétrica, por exemplo, se não temos sequer um espectrofotômetro? É também consensual que se proceda a informatização da Universidade, assim como, a modernização de suas bibliotecas e a atualização de livros e periódicos.

Alguns professores apontam dificuldades. Por outro lado, na área de recursos humanos, refe-

rentes à reciclagem do pessoal não-docente. É necessário que o pessoal não-docente também possa se capacitar em suas áreas de especialização técnico-administrativas. A Universidade necessita de cérebros atualizados também nestas áreas. Dois outros aspectos importantes e consensuais tratam: dos critérios para contratação do professor-pesquisador e da democratização da ascensão na carreira docente. No primeiro caso, a COPAD (Comissão de Acompanhamento de Carga Horária Docente) precisaria estabelecer critérios de contratação a partir de uma política definida pela SR-2 prevendo o desenvolvimento da pesquisa na Universidade (não parece ser o ensino a única aptidão da UERJ); onde se produz saber, certamente haverá ensino de qualidade. No segundo caso, se propõe a imediata abertura de vagas para Professor Titular (e, como regra, a existência de mais de um Titular por departamento).

Devido às dificuldades encontradas, no dia-a-dia da vida acadêmica pelos professores envolvidos em pesquisa e Pós-Graduação, é visível a preocupação com a lentidão da fixação das linhas de pesquisa como consequência dos problemas acima apontados. Estas dificuldades levam a uma consequência óbvia, que é a não obtenção de recursos junto às agências de fomento.

* É Professor do Instituto de Biologia - Uerj e Doutor em Imunologia pela Unicamp.

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SEUS REFLEXOS NA PÓS-GRADUAÇÃO

*Maria Consuelo Cunha Campos

Iniciação científica: uma atividade menor?

Quando entrei para o quadro docente da UERJ, em 1985, chamou-me a atenção, na minha área, a inexistência de uma política de formação de pesquisadores desde a graduação. Havia, é certo, uma visível e conseqüente preocupação com o ensino de 4o grau, a pós-graduação (que já existia, em sentido lato, na especialização em Literatura Brasileira). Esta, em poucos anos, seria implantada (a 1ª turma de mestrado teve início em 1988). A graduação, porém, parecia vítima de um paradoxo: se, por um lado, o discurso hegemônico no meu setor destacava, corretamente, a demanda da excelência acadêmica, a indissolubilidade ensino e pesquisa, a necessidade da avaliação regular, sobretudo numa universidade pública, da produtividade docente e discente, por outro, a operacionalização disto padecia da ausência de uma política de iniciação científica voltada para a consecução de tais metas. Embora sempre se procurasse divulgar trabalhos, através, por exemplo, de mostras e de semanas, o processo mesmo da produção, no que diz respeito à formulação de linhas de pesquisa, projetos, sistematização e otimização da orientação acadêmica vogava um pouco ao sabor da iniciativa pessoal, no sentido de que ficava ao arbítrio de cada docente - e à sua dinâmica - a consecução de quotas de bolsas junto aos órgãos de fomento, inexistindo, em contrapartida, incentivo prático, na atribuição de carga horária, para os que, efetivamente, quisessem empenhar-se mais fundo na orientação aos iniciandos.

Analisando estes dados, o observador se indagaria: seria a iniciação científica, comparativamente à orientação das dissertações dos mes-trandos, uma atividade institucionalmente encarada como "menor"?

E, se o fosse, como demonstrar o equívoco e contribuir para uma transformação na mentalidade acadêmica?

Este tipo de indagação levou-me a abrir, tanto quanto possível, duas frentes de trabalho: de um lado, o empenho pessoal nas atividades de orientação à iniciação científica (solicitação de quotas, projeto de orientação, avaliação do trabalho dos bolsistas apoiados pela universidade e por órgãos de fomento à pesquisa em âmbito nacional) e de escoamento, via publicação, de seus produtos; de outro, a participação pessoal em atividades de metapesquisa, vale dizer, mesas em congressos que tematizassem a questão, com especialistas de abrangência interdisciplinar.

O desenvolvimento de tais frentes me ensinou as seguintes conclusões:

1) o pouco cuidado com a formação do jovem pesquisador, espelhado na ausência de uma política de iniciação científica, não é uma característica, pelo menos na área das Letras, da UERJ, mas é parte de algo mais amplo, e que eu denominaria de uma cultura geral da pós-graduação.

Embora o discurso hegemônico na área de Letras se pregue, corretamente, a não dissociação da docência na pós-graduação daquela na graduação, as conseqüências desta participação dos docentes em ambos os graus para o incremento à pesquisa e a elevação do nível são, majoritariamente, deixadas à geração espontânea. De fato, no

Brasil da última década, pouquíssimas são as instituições que, na área, podem ser vistas como modelares no que tange à iniciação; 2) a tão proclamada inexistência de recursos, a alegada dificuldade financeira crônica, apontada como vilã da iniciação, por afastar os graduados de maior potencial, desanimados com a irregularidade de pagamento e o baixo valor das bolsas, tem uma contrapartida, igualmente verdadeira mas, comparativamente, muito menos divulgada: a da baixíssima demanda junto aos órgãos de fomento e a do pouquíssimo comprometimento da massa crítica nacional com a reversão efetiva desde quadro. Ele é ruim, sem dúvida, mas o muito pouco que se faz para transformá-lo será menos ruim? Lembro, à guisa de exemplo, a quase inexistência, nacional, de programas voltados para o escoamento dessas produções. Meia dúzia de instituições respeitáveis mantêm publicações de qualidade voltadas para a divulgação periódica da produção discente e muito pouco se faz pela sua premiação e lançamento fora dos muros da academia. A pesquisa do graduando ainda padece fortemente de um impubescível, não por outra razão que pelo a priori de que deva esperar graduar-se, pós-graduar-se, para obter credibilidade acadêmica que o qualifique à difusão dos resultados de suas pesquisas. Ora, atualmente, um dos problemas que mais preocupam as agências de fomento e os bons programas de pós-graduação é o do tempo (30 meses) que a média de graduados pós-graduandos leva para integralizar seu programa de estudos. Este, conjugado ao da evasão alta de mes-trandos que não chegam a defender suas dissertações, se não são causados, ambos, exclusivamen-

te pela inexistência de uma política de iniciação científica nas instituições de que se originaram os pós-graduandos, certamente são, em parte, devidos a ela.

Década a ganhar e iniciação científica

Na transição do decênio 80 para o 90, a UERJ procedeu ao se que poderia denominar uma correção de rota. De uma escola pública de terceiro grau voltada quase exclusivamente para a prestação de serviço e a formação de quadros graduados (em boa parte voltados para o magistério e a reprodução do modelo acadêmico em que foram formados), ela parte para uma consistente demanda de excelência acadêmica, demanda que se faz visível, como tradução de um anseio antigo dos setores mais progressistas da comunidade acadêmica, através de implantação da avaliação, da capacitação docente, da disseminação de cursos de pós-graduação, etc.

Esta correção de rota, principalmente decorrente de um amplo processo de avaliação institucional configura o decênio 90, na UERJ, como uma década a ser ganha, em termos de salto sobre o atraso, em vista da demanda de excelência. É neste contexto que a iniciação é repensada, como instrumento capaz de identificar aqueles talentos potenciais entre os jovens alunos da graduação.

Do ponto de vista da área em causa, Letras, acresce à configuração deste despertar tardio a tradição nacional da área, de baixa demanda e pouca visibilidade, comparativamente, junto às instâncias internas. Disto resulta - ou, pelo menos, disto vem resultando - que atividades referentes à formação dos graduandos para a pesquisa, como o são, entre outras, a definição de problemas de pesquisa, a aprendizagem de métodos e técnicas, da ética da pesquisa e atitudes científicas, corram por conta da orientação individual, sem preocupação curricular, seja atual seja espelhando futuro, pelo menos até um médio prazo. Cria-se por esta forma um doloroso ciclo vicioso: a precariedade gerando a baixa demanda e esta reforçando aquela.

Ora, se a década assistir, efetivamente, ao que se poderia deno-

minar uma mudança de rumo do vento, no sentido da passagem de uma iniciação assistemática e meio anárquica entre a massa prioritária das atenções para a licenciatura e a pós-graduação para uma iniciação sistemática e otimizada, o que se consegue não só por efetivo incentivo a orientando e a orientador mas, sobretudo, por avaliação bem feita de todas as etapas e resultados do processo, será certa a obtenção de todo um outro, e mais favorável, perfil de jovens pesquisadores egressos da UERJ.

A implantação de uma coordenação própria para a área, não setorizada nem atomizada, com a precípua finalidade de pontuar, institucionalmente, junto às instâncias acadêmicas a iniciação, através das áreas científicas respectivas, constitui medida que, em muito, agilizará e dinamizará este processo. A realização de atividades de acompanhamento e avaliação, de caráter interdisciplinar, estaria, assim, afeita ao programa de iniciação de modo a torná-lo capaz de efetiva interlocução com a comunidade acadêmica e difusão de seus resultados.

Indução - Pesquisa e questões correlatas

Se considerarmos, com a devida responsabilidade social e acadêmica, o desenvolvimento, a fecundidade e os resultados de cada linha de pesquisa não como um exercício de virtuosismo intelectual mas como a resposta da instituição, através das áreas do saber, às demandas e urgências da própria sociedade civil quando não da própria humanidade, ressaltará, quase que imediatamente, a questão da indução à pesquisa. Produzir conhecimento continuamente é o que primeiro se pede à universidade: ela só poderá disseminá-lo sem risco de fazê-lo de forma obsoleta se atender à demanda anterior de maneira efetiva. A rentabilidade, em termos de resultados significativos, do investimento na iniciação começa por uma constatação bastante singela sobre ser óbvia; considerando-se a faixa etária média dos graduandos e a expectativa de vida no país e na região, resulta evidente que o tempo de efetiva produção de um pesquisador assim formado sobre ser mais longo será, também, otimizado.

O programa de iniciação científica pode ser um instrumento eficaz na indução à pesquisa e na indução a trabalhos em projetos de relevância e urgência: é vital não apenas que se pesquise e que se pesquise muito mas que se estabeleçam prioridades e urgências.

Uma questão correlata à da indução à pesquisa é a dos reflexos, não só sobre a pós-graduação mas sobre a própria graduação docente, da iniciação. O senso comum tende a dicotomizar, no aluno, o iniciando, e no docente, o iniciador, quando o que efetivamente ocorre, numa iniciação, é uma interação de fato entre ambos. Considerado o discente não como alguém a serviço do orientador ou um aprendiz total, mas um parceiro em processo de tornar-se par, não podem ser conseqüências o rito e a forma por que se dá a iniciação científica. Com efeito, ela não se circunscreve ao período da quota mas desdobra-se, através de um processo que não terminará senão quando o pesquisador senior encerrar sua produção, o que equivale a dizer que se estende por décadas. Óbvio é que um programa tem dimensões precisas e objetivos específicos, mas o que ele quer instaurar e que, se bem sucedido de fato detonará, não tem fim.

Trata-se da socialização do saber, em seus componentes técnico-científicos, de conteúdos, metodologias e terminologias, como dimensão inerente à democratização, seu componente político-social. Pesquisadores juniores e seniores estão sempre se iniciando, ainda que, é claro, em níveis qualitativamente diversos e não somente em etapas de vida acadêmica diferentes. A concepção, a realização e a avaliação de projetos de pesquisa (sejam estes disciplinares, multi, pluri, inter ou transdisciplinares), ensejando a articulação entre ensino e pesquisa, a democratização dos resultados, a participação efetiva na formulação da política de pesquisa - e de iniciação científica, dentro dela - são algumas das contribuições integras possíveis.

* É Professora do Instituto de Letras - Uerj e Doutora em Letras pela PUC/RJ

FIOS E DESAFIOS DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE

Maria Julieta C. Calazans
Siomara B. Leite
Sonia Kramer *

Neste texto, inicialmente, demarcamos certos impasses que têm estado presentes na produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Em seguida, analisamos dilemas epistemológicos da construção desse conhecimento. Ao final, discutimos alguns dos desafios hoje enfrentados na prática de pesquisa na UERJ.

1. Impasses e Contradições da Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais - desdobramento na educação

Para discutir a pesquisa nas ciências humanas e sociais, especialmente em educação, no momento presente, devemos atentar, de início, para fatores que condicionam as políticas públicas neste final de século. A análise dos fenômenos que interferem nesta discussão deve considerar, entre outros dilemas: a) a transição das "conjunturas críticas"; b) as contradições da consolidação democrática no Brasil, como em outros países da América Latina e no mundo; c) a emergência de paradigmas tecnológicos pautados em modelos do primeiro mundo.

Em diferentes regiões do planeta, os desdobramentos da revolução tecnológica, afetando o sistema econômico e o próprio tecido da sociedade, introduziram implicações nos paradigmas das ciências humanas e sociais, onde se inclui a educação. Em alguns casos, os rumos trilhados pelas políticas públicas foram formalmente condicionados a idéias que se consubstanciam em projetos de "inovações" de "base tecnológica",

alterando frontalmente as diretrizes dos sistemas e também dos processos educativos.

Conseqüentemente, os desafios dessas novas relações tecnológicas, organizacionais e de produtividade demandam novas competências; novos perfis ocupacionais são requeridos da sociedade, para atender aos requisitos de "produtividade e qualidade" (a produtividade exigida pela otimização do maquinário), introduzindo modificações sobretudo na formação para o trabalho: numa ponta, os profissionais de alto nível e, na outra, os trabalhadores de "baixa qualificação".

O desenvolvimento científico e tecnológico, produzindo novos conhecimentos, introduz contradições no ensino e na pesquisa das ciências humanas e sociais. E, ainda, suscita a emergência de pesquisas objetivando conhecer problemas - tais como o cosmopolitismo, o gerenciamento, a manutenção das organizações complexas - que atingem a sociedade e mutilam os direitos dos cidadãos.

A formação de pessoal científico para este momento histórico, produzido para defrontar-se com questões de um "mercado" com parâmetros globais, gestado nas malhas do utilitarismo e do pragmatismo, entre outras tendências, requer das ciências humanas e sociais novas delimitações de objetos, novos referenciais teóricos para a compreensão das novas formas de relações sociais e, conseqüentemente, a busca de inovações, criatividade, novos princípios educativos. Diante desse quadro, a qualidade da produção científica e do ensino na universidade deve responder às questões e atender às propostas geradas pelos impactos do presente com perspectivas para o futuro.

No sentido de dimensionar a pesquisa na universidade, acredi-

tamos que é necessário recuar no tempo para compreender as relações entre a produção científica e o sistema de ciência e tecnologia. Assim procedendo, podemos perceber que, na construção do Projeto "Brasil Potência Emergente", o desenvolvimento científico foi colocado como o propulsor das conquistas econômicas e sociais que o país deveria alcançar, tendo, para isso, que acelerar a sua integração com a economia mundial, a fim de ganhar maior destaque na conquista de mercados externos. Configurava-se, assim, a necessidade de medidas econômicas e políticas que assegurassem a implementação vigorosa do programa de ciência e tecnologia que se implantava. Este ciclo expansionista do Estado brasileiro, deflagrado na década de 60, teve seu auge nos anos 70, com a entrada em cena dos PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento) e PBDCTs (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). É fundamental registrar, ainda, que o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-1975) foi um dos instrumentos para o cumprimento das metas econômicas e sócio-políticas.

Estamos, pois, a três décadas da virtual implementação das bases do desenvolvimento científico e tecnológico no país, no qual a pesquisa na universidade tomou novo direcionamento, pautada sobretudo nos PNPGs que, além de delinear novos horizontes para a produção do conhecimento, influenciam a formação do trabalhador. Na análise destes Planos, constatamos as seguintes orientações:

No I PNPG é objetivo central "transformar as Universidades em verdadeiros centros de atividades criativas e permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação

exerça efetivamente suas funções formativas e pratique um trabalho constante de investigação e análise em todos os campos e temas do conhecimento humano e da cultura brasileira" (1);

O II PNPG aponta para o sentido rigoroso do binômio ensino-pesquisa, propondo as "condições para o efetivo exercício da sua capacidade produtiva e criativa" (2);

O III PNPG estimula a realização de "projetos multi e interdisciplinares, compatíveis com os recursos naturais e humanos do país e para as áreas que, presumivelmente, serão dominantes no próximo século, fortalecendo a pesquisa básica necessária para o suporte dessas áreas" (3).

O quadro acima delineado agrava-se na década atual, afetando o aperfeiçoamento da base científica e tecnológica nacional e repercutindo nas áreas que se caracterizam como fronteiras do conhecimento, em particular nas ciências humanas e sociais. Tudo indica que este é um dentre outros fenômenos que viceja no seio da crise nacional/internacional que atravessamos, e que tem gerado impasses de necessária superação para o avanço da investigação nestas áreas.

2. Alguns Dilemas na Construção do Conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais

As dificuldades de realização da pesquisa em ciências humanas e sociais são agravadas também pelo significado e pela posição destas ciências no âmbito maior do conhecimento científico. A pesquisa em ciências humanas e sociais tem mostrado a complexidade da investigação e da produção do conhecimento sobre o homem. As discussões sobre estas dificuldades têm sido realizadas a partir de diferentes horizontes teóricos. Nesta nossa reflexão, nos propomos a pensar alguns impasses epistemológicos das ciências humanas e sociais, focalizando, em particular, a identidade sujeito/objeto, a questão da ideologia e os critérios de cientificidade das ciências hu-

manas e sociais.

A cientificidade das ciências do homem é uma questão antiga e, ao mesmo tempo, contemporânea, embora ela não esteja declaradamente presente nos trabalhos de investigação do real humano e social, sendo escamoteada como uma questão sem sentido e que, de alguma forma, já foi resolvida em um momento dado da reflexão epistemológica e da análise da sociologia do conhecimento. Queremos, contudo, retomar essa discussão, indicando certos dilemas epistemológicos e chamando a atenção para a urgência de pensarmos o critério de verdade

Nas ciências humanas e sociais, o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível se constituem em uma só identidade.

nas ciências humanas e sociais.

Apesar das várias tentativas históricas de a pesquisa em ciências humanas e sociais decalcar o modelo de investigação das ciências exatas, controlando rigidamente a intromissão dos valores, através da repetição do método de pesquisa da realidade exata e natural, as ciências humanas e sociais se deparam com uma questão fundamental: a identidade sujeito/objeto, isto é, a dualidade do sujeito, enquanto sujeito e objeto e, simultaneamente, a dualidade do objeto, sendo ao mesmo tempo, objeto e sujeito.

As ciências humanas e sociais se propuseram a copiar um modelo de fazer ciência que assume o sujeito e o objeto de

pesquisa como identidades distintas e distantes. Entretanto, esta demarcação clara e definitiva não corresponde à realidade do conhecimento do homem. Nas ciências humanas e sociais, o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível se constituem em uma só identidade. Identidade esta que ultrapassa o cotidiano da pesquisa. Segundo Japiassu, um dos impasses fundamentais das ciências humanas e sociais é que seu objeto de investigação fala:

"Toda a desgraça das ciências humanas reside no fato de terem que lidar com um objeto que fala" (4)

Detalhando mais cuidadosamente como se realiza essa identidade/dualidade sujeito/objeto, é preciso ressaltar a presença da ideologia em todo o processo de produção do conhecimento. Apesar da vigilância radical para impedir a intromissão dos valores, proposta pela perspectiva cientificista, a pesquisa em ciências humanas e sociais é marcada, definitivamente, pela existência ideológica do sujeito/objeto. Existência caracterizada principalmente pela historicidade do homem sujeito/objeto, pela temporalidade dos valores e pela provisoriedade da verdade, do pensamento, do conhecimento. Sendo a ideologia e a história categorias interativas que constituem o homem como sujeito, indo além das condições imediatas de existência e de produção, todo o trabalho do homem de aproximação do real humano é carregado de valores e de temporalidade e, portanto, sujeito à superação.

Articulada a esses impasses ao nível da forma de conceber o processo de pesquisa do real humano, ressaltamos a presença explícita do paradigma de conhecimento das ciências exatas e naturais no processo técnico de apropriação da realidade do homem. Esta presença é, definitivamente, uma perfeita e completa busca de transposição de modelos de investigação. A assimilação linear do método de

pesquisa das realidades exatas, naturais e biológicas pelas ciências do homem se constitui numa dificuldade concreta para o conhecimento do mundo consciente e inconsciente do homem, pois busca-se compreender uma realidade que é inexata, imprecisa, histórica, ideológica, caracterizada, além do mais, pela possibilidade de pensar e de sentir, pela existência da consciência e do inconsciente e, principalmente, pela capacidade da ação.

Esta tentativa de transpor modelos de pesquisa significa, de um lado, a ênfase no método. E, de outro, o que nos parece determinante, a crença na possibilidade de neutralidade e objetividade científicas nas ciências humanas e sociais.

O método de investigação, na prática das ciências exatas, é a garantia da cientificidade do conhecimento. É o caminho que deve ser percorrido para evitar a intromissão e a permanência dos valores no produto final do processo de explicação do real. Ora, a mesma forma de entender o método é proposta para o trabalho de investigação do mundo do homem! As ciências do homem, na busca obstinada da objetividade própria e possível das ciências naturais e exatas, supõe que este método científico é capaz de garantir a cientificidade da verdade.

Uma outra questão que nos parece central em toda essa discussão é a aceitação da possibilidade de um conhecimento neutro, objetivo e universal do homem e pelo homem. Ao copiar o modelo de investigação das ciências exatas e naturais, as ciências do homem decalcam também a sua postura frente ao conhecimento. Assim, elas não só repetem o trajeto, como repetem igualmente o horizonte. Esta repetição é definitiva para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais. Buscando a positividade do conhecimento, as ciências humanas e sociais se afastaram da filosofia e tentaram fazer do conhecimento sobre o homem, um conhecimento sem o homem anulando sua caracte-

terística central que é ser humanidade.

Finalmente, é importante ressaltar outro aspecto crucial das ciências humanas e sociais: o seu compromisso com a intervenção no real e na ação. A preocupação em controlar as possibilidades do agir humano através de uma racionalidade técnico-científica é um complicador da constituição do estatuto de cientificidade desta esfera do saber e do trabalho de pesquisa sobre o homem. O que se tem feito nas investigações sobre o homem está, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, voltado para o aprimoramento de estratégias de ação que buscam "intervir, transformar e controlar os horizontes do agir humano e de seus comportamentos sociais" (5).

Em outras palavras, as ciências humanas e sociais têm se voltado muito mais para mudar o real humano e social do que para se apropriar teoricamente deste real. Elas se converteram em "práticas-técnicas e/ou ideológicas de manifestação da realidade humana individual e social" (6). Reconhecemos que o conhecimento científico tem sempre um compromisso social, mas entendemos que é necessário discutir como se dá esse compromisso, pois o compromisso da ciência não se limita a apenas pensar e propor alternativas concretas de ação. Estas são elaboradas também no processo de interação social, nas relações políticas que marcam a existência cotidiana do sujeito da história.

A fim de encontrar saídas para os obstáculos com que se defronta, o campo das ciências humanas e sociais necessita romper com amarras teórico-metodológicas da sua tradição cientificista. Isso significa, necessariamente, abrir espaço para o confronto entre vários campos do saber. Por outro lado, esse campo precisa aceitar o desafio do enfrentamento de temas cruciais, tais como a ética, a estética e a produção cultural em suas várias manifestações, numa perspectiva de deixar falar os atores que estão fora da universidade e que, via de regra,

são nela emudecidos. Isso significa, fundamentalmente, dialogar com os atores das diferentes práticas sociais, dialogar com textos e autores, possibilitando que atores e textos dialoguem entre si, pois

"A liberdade do diálogo está se perdendo. Se, antes, a consideração pelo parceiro era natural, ela é agora substituída pela pergunta sobre o preço de seus sapatos ou de seu guarda-chuva. Fatalmente impõe-se, em toda conversação em sociedades, o tema das condições de vida, do dinheiro... É como se se estivesse aprisionado em um teatro e se fosse obrigado a assistir a peça que está no palco, queira-se ou não, obrigado a fazer dela sempre de novo, queira-se ou não, objeto do pensamento e da fala" (7).

Ao lado dos impasses gerados pelas políticas públicas de desenvolvimento científico-tecnológico e pelos dilemas epistemológicos, há que se considerar, também, alguns entraves institucionais à produção do conhecimento na universidade. É nesse sentido que focalizamos, agora, a nossa própria prática de pesquisa.

3. Alguns Desafios da Prática de Pesquisa na UERJ

O contexto de recessão econômica em que nos achamos mergulhados empobrece nosso cotidiano já empobrecido pela vida moderna, agudizando o quadro das questões sobre as quais nós - pesquisadores das ciências humanas e sociais - temos nos debruçado. Sentimos na pele as consequências de uma política científica e de uma política cultural que tentam liquidar a possibilidade da produção científica e cultural.

Esse contexto agrava as muitas tensões e preocupações presentes no campo da investigação, além de provocar um impacto direto na nossa ação de pes-

quisadores. Alguns entraves se apresentam, exigindo superação. A título de incitar tanto o aprofundamento do debate quanto a busca de alternativas que viabilizem uma prática de pesquisa mais consistente e coletiva, pontuamos três aspectos a nosso ver essenciais no que se refere à urgente criação/ampliação de espaços - na UERJ - profícuos para o estabelecimento dos muitos diálogos que se fazem hoje necessários.

Em primeiro lugar, é crucial termos hoje uma política para as bibliotecas. Sendo a UERJ uma universidade pública, comprometida com e voltada para a democratização da educação brasileira, garantir o acesso de alunos e professores da graduação e pós-graduação aos livros é tarefa que precisa ser abraçada com mesma seriedade que deve marcar o ensino, a pesquisa e a extensão. Porque o ensino, a pesquisa e a extensão precisam de bibliotecas, pois que o livro torna livre quem o escreve e quem o lê...

O acesso aos bens científicos e culturais produzidos historicamente pela humanidade não pode continuar a ser dificultado. Atualizar o acervo de livros, periódicos, revistas especializadas é um imperativo. Reestruturar as normas de funcionamento, de modo a impedir (evitar é pouco!) o extravio, os estragos e a dilapidação do acervo é crucial. Bibliotecas vivas, com mais funcionários qualificados nelas trabalhando, com horários flexíveis de funcionamento, bibliotecas com espaço e acervo que favoreçam o estudo sério, permanente, consistente é hoje uma das condições para o aprimoramento da pesquisa na universidade.

Em segundo lugar, faz-se necessário que nós, professores e alunos pesquisadores, tenhamos cada vez mais possibilidades de nos dedicar à produção científica. Para tanto, a transformação das próprias condições de trabalho é questão primordial. Não nos é suficiente um querer qualidade e pretender melhoria. Certamente qualidade e melhoria são conquistadas com projetos substanciais e com ação coletiva competente,

mas requerem condições estruturais capazes de fornecer as bases operacionais para sua sustentação e de garantir a sua continuidade. De salas e mesas a telefones que funcionem, de bibliotecas a laboratórios, de serviços de apoio a mecanismos que efetivem a dedicação exclusiva, o fato é que não mais podemos prescindir de condições concretas e básicas que nos permitam trabalhar/pesquisar de tal modo que o conhecimento produzido crie raízes, se ramifique, circule, areje e seja arejado - para dentro e para fora da Universidade.

As ciências humanas têm se voltado mais para mudar o real humano e social do que para se apropriar teoricamente deste real.

Em terceiro lugar, há outro requisito básico - evidentemente relacionado aos dois primeiros - prioritário para o enfrentamento das questões teórico-metodológicas que afetam hoje os vários campos das ciências humanas e sociais. Este requisito diz respeito à criação de espaços na universidade para o intercâmbio das produções, para o confronto de olhares teóricos, para a troca de experiências na prática de pesquisa. Ou seja, também nós, atores que estamos dentro da universidade, precisamos tecer fios de diálogo, encarando mais coletivamente os desafios de nossa própria prática teórica. Este caminho poderá ser promissor no sentido de delinear uma perspectiva que - progressivamente -

via embates e rupturas, cortes e confrontos, permita construir uma prática mais dinâmica da pesquisa na Universidade. Que a pesquisa ganhe corpo na universidade é a nossa esperança e a nossa aposta. Que o corpo da Universidade se pense criticamente e pense criticamente a sua própria produção é o nosso desafio.

Enfim, gostaríamos, ainda, de destacar que é no contexto dessas inquietações que encaramos de importância de iniciativas que viabilizem os muitos diálogos tão necessários para veicular aquilo que pesquisamos, pensamos, propomos e escrevemos. Tais iniciativas são fundamentais também para que, conhecendo nossos pares, e, ainda não, parceiros, estabeleçamos novas parcerias. Para que, expressando muitas vezes, o processo coletivo se torne mais dinâmico, dialético, dialógico. Questionador. Para que se construa viva - essa coletividade - como vivo e rico tem sido nosso trabalho com o conhecimento. Certamente não sem esforço. Também por causa dele. Um trabalho que - enfrentando os desafios teóricos e procurando alternativas práticas - teça outros novos fios para se fazer cada vez mais sério e, portanto, prazeroso.

NOTAS

1 BRASIL, MEC, Conselho Nacional de pós-graduação, 1o PNPG, Brasília, 1977, p.17.

2 BRASIL, MEC, Secretaria da Educação Superior, Ilo PNPG, Brasília, 1982-1985, p.7.

3 BRASIL, MEC, Secretaria da Educação Superior, IIIo PNPG, Brasília, 1986-1989, p. 25.

4 Japiassu, H. Nascimento e Morte das Ciências Humanas, Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1982, p. 9.

5 Japiassu, H., op. cit., p. 9.

6 Japiassu, H., op. cit., p. 13.

7 BENJAMIN, W., Obras Escolhidas II, Rua de Mão Única, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p. 23.

* São Professoras da Faculdade de Educação - Uerj e Doutoradas em Educação pela PUC/RJ.

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE

Carlos Alberto Mandarim-de-Lacerda*

Tenho muito prazer em aceitar o convite para expressar meu Ponto de Vista neste volume de ADVIR, principalmente porque fui lembrado em associação ao tema *METAPESQUISA: reflexões sobre a produção científica na universidade*. O tema-desafio lançado por ADVIR realmente merece reflexão. Vamos discutir o que vem a ser o binômio pesquisa/produção científica, seus indicadores, porque esta discussão é importante para alguns segmentos da universidade, e secundária para outros.

A UERJ é mais uma universidade pública num Estado que já possui outras quatro universidades públicas (UFRJ, UFF, UNIRIO e UFRRJ). O Estado do Rio de Janeiro já foi a Capital do Brasil, mas hoje, empobrecido, está com terríveis problemas - crianças abandonadas, enorme evasão escolar, elevada marginalidade, péssima infra-estrutura sanitária, ensino fundamental dilapidado, hospitais públicos arrasados, etc. A UERJ tem, por tudo isso, um custo social que precisa ser constantemente justificado à população fluminense que paga impostos. A avaliação do desempenho da universidade só é possível usando como indicadores a qualidade do profissional nela formado e, principalmente, o conhecimento gerado pela instituição.

Sei que são utopias estas palavras. Imagino que poderei estar contrariando alguns companheiros de UERJ, mas estou sendo absolutamente sincero. A gravi-

dade social e institucional brasileiras não permitem que sejamos condescendentes nem levianos na análise da Universidade e sua função de formadora de recursos humanos especializados e produtora de conhecimento. Como formadora de recursos humanos há muito tempo a UERJ desceu a ladeira e não figura nas listas de universidades competentes e atrativas (onde existem algumas instituições particulares bem posicionadas - PUC/RJ e Universidade Santa Úrsula, por exemplo). A única vantagem da UERJ hoje é ser gratuita. Os jovens de nosso Estado cada vez mais prestam exames de vestibular para a UNICAMP e a USP, justamente buscando a excelência que não encontram aqui (o fracasso dos últimos concursos vestibulares fez com que recebêssemos alunos despreparados, chamados após a 2ª, 3ª e mesmo 4ª reclassificações - a UERJ não atrai os melhores porque está longe de ser a melhor).

Se somos sofríveis na graduação, somos, em consequência, medíocres na Pós-graduação. Temos pouquíssimos cursos, vários de qualidade duvidosa. Apenas como ilustração, a COPPE/UFRRJ (área de Engenharia) tem mais de 600 teses de Mestrado e Doutorado defendidas por ano, enquanto que toda a UERJ mal deve chegar as 30 teses/ano.

Sabemos todos que conhecimento é mercadoria valiosa, é poder, é riqueza, é bem-estar social, é força. Há algumas gerações, o conhecimento era transmitido coloquialmente, *le savoir faire*. Neste século, vimos os cientistas da Alemanha nazista serem disputados por russos e americanos porque detinham certo conhe-

cimento específico sobre foguetes e bombas. Isto está sempre se repetindo, agora mesmo cientistas do ex-bloco comunista são recrutados a peso de ouro por alguns países subdesenvolvidos.

Mas, para a realização de pesquisa científica, laboratórios especializados e recursos financeiros adequados são precisos. Pesquisa científica é cara, por isso há litígio entre o governo americano e a Comunidade Econômica Européia e os países que não reconhecem o direito de patentes internacionais (fruto de pesquisa científica). Não estamos mais na época em que a "riqueza" de um país restringia-se ao seu potencial mineral e energético do subsolo, as jazidas. Hoje, os países "inteligentes" produzem conhecimentos novos que tornam-se indispensáveis ao bem-estar social e, por isso, são cobiçados (novas fórmulas de medicamentos para tratamento de males anteriormente intratáveis, novos produtos de lazer, avanço em "hardware" e "software", facilidades na produção de alimentos, etc.). Assim, estes países transmudam conhecimento/tecnologia em riqueza e podem adquirir quaisquer insumos básicos que necessitem (o Japão - uma ilha no oceano Pacífico - que não tem petróleo nem ferro é o maior exportador mundial de veículos automotores).

Ora, se concordamos que pesquisa científica é cara e sabemos que os recursos financeiros são escassos num país como o nosso, concluímos que há disputa acirrada pelo dinheiro público entre as diferentes universidades. Sairão na frente as instituições melhor estruturadas, mais produtivas. Forma-se, assim, um ciclo fe-

chado onde as pequenas universidades (ou aquelas mal gerenciadas) não penetram, sendo preferidas por instituições mais competentes.

A UERJ não possui os laboratórios necessários à pesquisa científica. Mais grave do que isto é o fato de não ter implantado a política de valorização do professor-pesquisador. A UERJ não é a única, mas é uma das poucas universidades públicas que age assim, dissociada da realidade. A bem da verdade, este é um problema crônico que não pode ser imputado apenas às últimas administrações. Pelo contrário, nos últimos 8 anos tivemos avanço, embora insuficiente. Por isso, mesmo pagando salários maiores que as demais universidades públicas do Rio de Janeiro, a UERJ está perdendo sem cessar seus poucos professores-pesquisadores, que saem em busca de ambiente mais propício à pesquisa.

Qual seria a política que possibilitaria transformar a nossa universidade num centro voltado à pesquisa e à produção científicas? Alguns técnicos acham que a UERJ não tem vocação para isto, e somente com grande reforma institucional seria possível trazê-la novamente para o trilho da eficiência. Receio que esta avaliação seja correta. Universidades estrangeiras do primeiro mundo (aquelas que produzem o conhecimento que usamos aqui no Brasil) têm a receita para implementar a pesquisa e a produção científicas em seus campos. O ex-Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ, Prof. Reinaldo Guimarães, conhece a fórmula e aplicou alguns preceitos com sucesso, mas o tempo foi curto para vermos resultados mais expressivos. Quais os itens sobre os quais devemos refletir mais?

a) aplicar recursos em laboratórios e equipamentos segundo critério técnico (não político);
b) instituir o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (conhecido como RETIDE) para professores-pesquisadores (é impossível fazer pesquisa em tempo parcial. O CNPq exige que seus pesquisadores sejam regidos pelo

RETIDE e isto já foi motivo de dissabor para professores da UERJ que são pesquisadores do CNPq);

c) premiar (bônus no salário ?) o registro de patentes de professores da UERJ, bem como publicações científicas em periódicos internacionais ou nacionais, desde que estes sejam considerados de "impacto" e sejam listados por indicadores internacionais (por exemplo o Current Contents Institute for Scientific Information, Philadelphia, USA);

d) exigir curso de Mestrado, no mínimo, para ingresso no corpo docente, dando prazo de carência para o professor completar o Doutorado (as universidades estaduais de São Paulo deixam o docente em título precário até este completar o doutoramento, quando então é regularizada sua situação funcional);

e) investir na Pós-Graduação: prover meios de secretaria e infraestrutura organizacional para os cursos de Pós-Graduação, inclusive facilidades gráficas e computacionais para a feitura das teses; incrementar a Editora universitária para publicação de obras de cunho científico;

f) identificar os grupos mais capacitados dentro da instituição e fomentar a interação universidade-empresa para resolver problemas específicos;

g) valorização do mérito acadêmico. É fundamental que toda a comunidade universitária, e não apenas a Reitoria, conscientize-se de que o mérito acadêmico é o melhor indicador da atividade do professor. Entende-se por mérito acadêmico a contribuição original do docente em todos os ramos do conhecimento humano. Não existe isonomia do saber. Professores mais capacitados e mais fecundos deveriam ser destacados no esquema de poder da universidade, assim como fazem as Universidades americanas e européias. Lembro-me de ter conhecido, num Congresso Internacional em 1985, um ex-Professor de Anatomia da Harvard University, destituído porque não publicara trabalhos científicos nos últimos dois anos. Este Professor só conseguiu outra

posição numa universidade pública menos prestigiosa que Harvard. Este é um fato muito corriqueiro nos Estados Unidos, a movimentação dos professores em busca de melhores colocações, ou ainda a punição de outros por incompetência ou desleixo profissional. Na UERJ isto seria impensável antes de grande reformulação: se a universidade não oferece os meios fica muito difícil cobrar;

h) o primeiro escalão da administração universitária tem que ser preenchido por líderes reconhecidos, capazes de promover a mobilização dinâmica que é exigida num ambiente acadêmico produtivo;

i) identificar em qual área do conhecimento há maior competência na universidade e priorizá-la. No estágio atual de desenvolvimento, é praticamente impossível uma instituição manter-se na vanguarda em todas as frentes (por exemplo: as Universidades Federal de São Carlos e a UNICAMP são reconhecidas na área de física a Universidade Federal da Bahia atua mais em ecologia; a UnB é famosa em sociologia; no Rio Grande do Sul e no Paraná as Universidades Federais são fortes na área biomédica; etc.).

Como médico, sei que o primeiro passo para a cura é o diagnóstico. Um diagnóstico errado leva ao tratamento também errado e a morte do paciente. Não podemos diagnosticar errado a UERJ, tampouco devemos nos contentar com o sofrível (o povo deste Estado não merece!). Sou profundamente a favor da UERJ e, por isso, proponho tratamento radical contra o câncer da ineficiência universitária. Somos como uma equipe em que os mais aptos devem tomar a liderança. A proposta, então, é: arregaçar as mangas, dar lugar aos mais competitivos e produtivos, e trabalhar muito.

* É Professor de Anatomia da Faculdade de Biologia - Uerj e Doutor em Anatomia pela Universidade de Paris V.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EVOLUÇÃO RECENTE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Luiz Pinguelli Rosa *

No curto período de democracia, que durou de 1946 a 1964, a universidade tornara-se centro do debate e contestação política, época em que a UNE ganhou papel importante. O regime militar instaurado em 1964 atingiu duramente a universidade. Professores progressistas foram cassados ou aposentados pelos Atos Institucionais. Os estudantes, heróis da resistência, deram um dos maiores contingentes de presos, torturados, banidos e assassinados pela repressão política. Não só nisto a universidade foi alvo de preocupação especial, como mostram o acordo MEC-USAID, o Relatório Meira Matos e a Reforma implementada após 1968. Coerentes com os objetivos do capitalismo internacional, que representavam os governos militares que se sucederam, ampliaram maciçamente o ensino superior privado de péssima qualidade, com a dupla finalidade de controle social e ideológico, e de fornecer quadros intermediários às empresas, compensando a decadência do ensino primário e médio destinados à grande massa. Nas universidades públicas concentraram recursos (FUNDEC) nos setores técnico-científicos e de Economia e de Administração, através de agências oficiais (BNDE, FINEP, CNPq) em detrimento das outras áreas, dependentes das verbas minguadas dadas pelo MEC. Nestes setores privilegiados formam os quadros

superiores da tecnocracia estatal e das grandes empresas; ao mesmo tempo em que legitimam a hierarquia da divisão de classes, pois o acesso a estes cursos exige, em geral, a passagem por cursos pré-vestibulares caros e em tempo integral. Após o fim dos governos militares, a crise, a estagnação do setor público do governo Collor agravaram tudo isso.

A pós-graduação e a pesquisa foram implantadas para servir à modernização nos padrões da "aldeia global" e criar condições de assimilação da tecnologia importada, em vez de bens acabados que, pela estratégia da internacionalização da produção, passaram a ser fabricados aqui. Alguns grupos propuseram-se a mais que isto nas suas pesquisas e contradições, começaram a se manifestar dialeticamente no próprio seio da universidade, cujo estrito controle começou a escapar dos tecnocratas modernizadores e dos burocratas clientelistas das reitorias. Com a pós-graduação e os convênios de pesquisa, com os planos da CAPES e as bolsas para o país e o exterior, com o tempo integral, formou-se um quadro de professores profissionais que vivem só da universidade. Isto não havia antes, exceto na USP, na UNB, e em alguns poucos, raros espaços nas universidades, como a Pós-graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ e depois a UNICAMP. Este quadro de profissionais, também em instituições científicas, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada e o Instituto Oswaldo Cruz, e instituições

técnicas militares - ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e o IME (Ex- Escola Técnica do Exército). Hoje, há Doutores e Mestres nas universidades do país, vários com vivência em grandes centros de pesquisa, ou no exterior, muitos em dedicação exclusiva. Este é um fenômeno mal assimilado pelos que defendem a concentração da pesquisa em poucos centros de excelência. A modernização criou os professores-empregados, muitos com qualificação acadêmica, que romperam, em parte, com as relações do tipo feudal. Antes, os professores eram: o grande cientista ou intelectual, livre-pensador ou progressista; o profissional liberal bem sucedido, dono de consultório, escritório ou firma, em geral reacionário; os assistentes deles passavam a vida disputando suas vagas. Em geral, o salário da universidade era apenas parcela do que recebiam por fora. Nenhum deles, por mais progressistas que fossem, criava condições de organização e luta, ao contrário do que ocorre hoje com os professores-empregados que têm consciência de categoria profissional assalariada. Qual o potencial desta transformação, qual o papel, hoje, do professor como intelectual e da ciência que faz? Eis a questão.

A universidade, pela sua estrutura, apresenta uma vantagem nítida para o intelectual, em particular as universidades públicas, onde a estabilidade no emprego e a liberdade de ensino e pesquisa são reais, embora possam não ser ideais. Talvez aí resida uma razão para o empenho

em algo semelhante às empresas privadas e submetê-las a critérios empresariais e gerenciais, e estimular a prestação de serviço como meio de controlar a atividade intelectual e política dos professores e dos estudantes, dentro dos limites toleráveis.

As considerações acima permanecem atuais na sua essência. Elas dão o quadro da modernização da universidade e das suas contradições, fundamental para o entendimento do papel que ela assumiu na luta pela democratização, fase da chamada abertura política, de 1974 até a campanha pelas eleições diretas, e na Constituinte.

Esse papel foi muito mais importante do que alguns críticos apressados da universidade são capazes de enxergar, ao reduzi-lo às questões internas da escolha de dirigentes por eleições, salariais ou de carreira. O papel da universidade na denúncia da política nuclear é um exemplo. Mas não é o único. A universidade desempenhou função relevante em outras frentes pela democratização e pelo fim do autoritarismo militar.

Na luta pelo impeachment, novamente a universidade juntou-se à sociedade civil organizada, ao lado da maioria da nação. Mas não basta isso. A universidade não pode assistir imobilizada ao agravamento da crise. Os arrastões no Rio foram um sinal de alerta. O desemprego estrutural pelo uso de tecnologias avan-

çadas de alta produtividade, o papel secundário deixado aos países como o Brasil pela nova ordem mundial são desafios que exigem resposta.

O novo governo exhibe boas intenções, recriou o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas falta um rumo para retomar o desenvolvimento. Alguma coisa foi feita na tentativa de elaborar propostas de soluções pela universidade. No Rio, a cooperação interuniversitária, reforçada pelo Fórum de Reitores, implantou um programa de atualização de professores estaduais de primeiro e segundo graus com a Secretaria

de Educação do Estado. Este mesmo Fórum tomou a iniciativa de promover, com a SBPC e a Academia Brasileira de Ciência, a Conferência Rio Ciência 92, reunindo cientistas de várias áreas, por ocasião da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

* É Professor Titular da COPPE/UFRJ, Doutor em Física pela PUC - RJ e Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ



PRODUTIVIDADE E PESQUISA: uma questão política

Raquel Villardi *

A questão da produtividade na UERJ é uma discussão que se impõe neste momento, já que, no rastro da ameaça de ainda maior corte de verbas, por parte do governo estadual, o que se coloca sobre a mesa é, a rigor, a sobrevivência da Universidade, consequência inevitável de sua (des)importância.

Mas talvez seja mais adequado a uma análise objetiva e sem paixões partir da gênese. É verdade que a nossa Universidade se formou da união de várias faculdades isoladas, calcadas basicamente no ensino, o que, certamente, contribuiu para nos descaracterizar enquanto instituição de pesquisa. Mas o mais grave, provavelmente, foi a permanência, durante mais de 30 anos, de uma política de não-fixação do docente na Instituição, determinada pela adoção do regime de trabalho horista. [De alguma forma, temos a impressão de que a UERJ ainda não acabou de nascer, pois sua configuração se altera a cada vez que se apresentam pressões políticas ou quaisquer tipos de interesse, mesmo estranhos a nossos muros, determinando, ainda hoje, incorporações de diversas naturezas, muitas vezes sem que a própria comunidade se dê conta do significado disso].

Muito se pode dizer em relação à (ausência de uma) política de pesquisa na UERJ. Muito se pode dizer, mas tudo o que se diz é que a Universidade não produz. Daí advém a indagação inicial: o que é produzir? Em primeiro lugar, não acredito que produção seja sinônimo de pesquisa; afinal, o docente que, por esta ou aquela razão, opta por direcionar suas

atividades para o ensino, também produz, embora, muitas vezes, se incorra no equívoco de considerá-lo não-produtivo. Isto não significa, em absoluto, que a Universidade se deva restringir àquela atividade, consolando-se com a vocação de "escola de terceiro grau". Mas também não significa, por outro lado, que devemos cair numa "ditadura da pesquisa", renegando o esforço de tantos que com seu trabalho, eficiente e sério, vêm contribuindo para o pouco que já conseguimos construir.

Sendo assim, podemos admitir que a implantação de um plano eficiente de produção científica requeira um pouco mais que simples cobranças. Se analisarmos bem, quais os mecanismos de que dispomos para avaliar quem produz, ou não, na área da pesquisa científica?

A Universidade conta, hoje, com 27 docentes cursando Mestrado, 101 cursando Doutorado e 15 Pós-Doutorado, afastados pelo PROCAD1. Se considerarmos que o PROCAD só é concedido na medida da disponibilidade de assimilação da carga horária do docente afastado pelo Departamento, podemos concluir que é bem provável que este número seja consideravelmente maior.²

Ao mesmo tempo, segundo dados gentilmente fornecidos pela mesma SR-2, relativos ao primeiro semestre de 1992, sabemos que das 53.107 horas de trabalho semanais da Universidade, apenas 7.237 horas são dedicadas à pesquisa, ou seja, apenas 13,63% da carga horária docente total da UERJ.

Durante o ano de 1991, dos 1.933, 532 docentes da Universidade (27,52%) apresentaram algum tipo de produção científica³. Embora saibamos a re-

latividade destes números, é fácil verificar que, percentualmente, aquilo que os docentes da UERJ produziram é mais que o dobro do que a Universidade investiu em produção.

A produtividade, certamente, é baixa, mas quais os mecanismos de que estes docentes dispõem para fazer chegar à comunidade acadêmica, interna ou externa, o produto de suas pesquisas? Qual o projeto em andamento, hoje, ou nas administrações passadas, que vise à divulgação da pesquisa feita na Universidade, seja ela de docentes ou discentes, se a UERJ, além de não utilizar sua gráfica de modo sistemático para este fim, também não participa da Associação de Editores Universitários, que publica a produção de docentes de outras IES; se recentes pesquisas de diversas áreas vêm sendo publicadas pela iniciativa privada, sem participação alguma da UERJ?

É muito fácil taxar de improdutiva toda uma comunidade, sem que se dê a ela recursos mínimos, indispensáveis à divulgação de suas idéias, sem que se ponha em andamento um plano capaz de fazer com que o nome da Universidade, enquanto ser coletivo, passe a ecoar na comunidade científica como nome de peso.

Será que somos tão desqualificados? Ou seria lícito imaginar, ao contrário, que toda uma produção subjaza nas gavetas de cada um destes docentes ditos não-produtivos, produção que jamais pôde chegar à letra de forma?

As Universidades hoje consideradas produtivas, como a USP, a UFRJ e a UNICAMP, durante anos investiram muito nos seus docentes, não só capacitando-os e publicando sua produção, mas promovendo uma

série de atividades capazes de fazer com que se destacassem nos cenários nacional e internacional. Este processo compreende a realização de encontros, simpósios e congressos, a implantação de uma política de participação maciça de docentes em diferentes eventos, a criação de uma estrutura que permita a fixação dos docentes no campus, a desburocratização do aumento de acervo das bibliotecas e, principalmente, o abandono da prática de "canibalização" da carga horária docente com o ensino. Tudo isto acompanhado de forte aparato de "marketing", quer junto à comunidade científica, quer junto à mídia eletrônica.

Que tudo isto requer dinheiro nós sabemos. Mas que esta não tem sido a prática adotada pela UERJ nós mais que sabemos, vivenciamos. A já desgastada justificativa da falta de verba, neste caso específico, não se impõe, porque se é fato que o Governo Estadual jamais nos repassou na íntegra a dotação orçamentária a que temos direito, também é verídico que a UERJ jamais se preocupou em expor um Plano de Pesquisa que efetivamente justificasse o repasse: o que salta aos olhos é que os recursos que poderiam estar sendo destinados à produção científica vêm sendo sistematicamente alocados nas áreas da administração central, transformando a Universidade numa imensa e perdulária repartição pública, cujo trabalho, conseqüentemente, não reverte à sociedade que a sustenta.

Assim, o exercício da autonomia, conquistada a duras penas, volta-se contra a própria comunidade que observa, apática e inerte, a prática de uma cobrança de produção que se sabe, de antemão, hipócrita. A consequência imediata é a suposta necessidade de fazer ingressar nos quadros da Universidade pessoal "altamente titulado", sob a pueril alegação de que desta maneira a UERJ economizaria tempo e dinheiro. Sendo assim, enquanto os Departamentos e as Unidades sobrevivem à míngua,

convivendo com a falta de tudo, incorporam-se à Universidade os dezesseis pesquisadores (9 Mestres e 7 Doutores) do Instituto Politécnico de Nova Friburgo -- com um séquito de dezenas (ou centenas?) de funcionários -- que, livres da "atividade menor" da docência, poderão produzir e salvar a UERJ do escárnio público na área tecnológica.

Com isso, afora o mal-estar advindo da situação de profunda desigualdade, constata-se a total desvalorização do docente, que em sua imensa maioria não dispõe sequer de uma sala adequada ao trabalho intelectual e científico, além da perigosa e indesejável criação de paraísos institucionais, que até então em nada se distanciam da média do restante da Universidade, a não ser pela evidência das sucessivas regalias.

É consenso que a Universidade anseia pela maior capacitação de seus quadros. No entanto, o que me parece é que a via escolhida para tal capacitação é fruto de uma visão distorcida, já que, na prática, ao mesmo tempo em que descarta o aproveitamento daqueles que têm mantido seu compromisso com a carreira dentro da Universidade, impossibilita o ingresso de outros tantos com potencial para fazê-lo.

Por tudo isto, não se pode admitir, ao menos em silêncio, que o recrutamento aflitivo de doutores, na pressa de "titular" seus quadros, provoque distorções capazes de transformar a UERJ num trampolim para o porto seguro de uma aposentadoria tranqüila, por serviços prestados alhures, comprometendo, ainda mais, nossa parca dotação orçamentária. Esquecem-se os sagazes administradores de que, para o desenvolvimento de um trabalho efetivamente produtivo, é necessária, mas não suficiente, a capacitação do responsável pela pesquisa. Há que se obter recursos materiais que viabilizem projetos, que, muitas vezes, poderiam perfeitamente ser desenvolvidos por nós mesmos, desde que dispuséssemos de

laboratórios equipados, de uma rede de informatização eficiente, de uma gráfica a serviço da difusão do conhecimento.

Ao invés disso, presenciemos a reiteração maliciosa de que a "prata da casa" é o que de pior existe em nossos quadros, na contra-mão da política existente nas demais Instituições de Ensino Superior, além do alardeamento de uma alienação reinante, onde o que de menos pior pode haver é o descompromisso com os rumos da Universidade.

É inegável que, sob certo sentido, isto ocorre, realmente; o que nos resta saber é a quem este estado de coisas interessa, para, a partir daí, buscar a reversão dessa postura, se é que há qualquer interesse verdadeiro nisso.

Para além da transitoriedade das administrações e das políticas, há a um patrimônio físico, cultural e intelectual a ser preservado e aperfeiçoado. Na medida em que a UERJ se distancia de si mesma, deixando de ouvir os ecos de sua própria voz, retiram-se os portões para o ingresso dos germes de sua ruína. Porque uma Universidade madura, séria e competente não pode ser comprada, há que ser incansavelmente construída. Apesar de.

NOTAS

1 Dados obtidos pela listagem de docentes afastados (SR-2), em regime total ou parcial, referente ao primeiro semestre de 1992.

2 Não foi possível levantar estes números em nenhum dos órgãos da Universidade, o que significa que a UERJ sequer sabe, hoje, quantos de seus docentes, ao todo, estão em processo de capacitação).

3 Fonte: Banco de Produção Técnico-Científica do Corpo Docente da UERJ, 1991. Rio de Janeiro, UERJ, 1992.

* É Professora do Instituto de Letras - Uerj e Doutora em Literatura Portuguesa pela UFRJ

ESAÚ E JACÓ: mito redesenhado

Terezinha de Jesus Barbieri *

*Começar sempre,
mesmo sem saber
por onde
Nunca terminar
se o mito
é decifrar em que fim
a vida se esconde.*

Rumor de Facas - Pedro Paulo Sena Madureira

Ao abordar o tema da mitologização, é necessário ter noção do caráter da correlação do mito no século XX e a autêntica mitologia antiga. A linguagem do mitologismo do século XX está longe de coincidir com a linguagem dos mitos antigos, pois não se pode colocar sinal de igualdade entre a inseparabilidade do indivíduo face à comunidade e a sua degradação na sociedade moderna.

Além disso, a poética moderna da mitologização se caracteriza pela soma e pela identificação de sistemas mitológicos inteiramente diversos. Não devemos esquecer que a poética da mitologização não apenas organiza a narrativa, mas serve de meio de descrição metafórica da situação na sociedade moderna, com o auxílio de paralelos dos mitos tradicionais, gerados por outro estágio do desenvolvimento histórico.

Por isso, Machado, ao utilizar mitos tradicionais, modifica acentuadamente o sentido primeiro do mito. Mas, certamente, a poética da mitologização é um instrumento de organização semântica do texto na narrativa machadiana.

Como se tratasse de um campo magnético, a narrativa de Machado constitui-se num terreno híbrido de confluências míticas, e a engenharia narrativa de Esaú e Jacó encontra nos mitos antigos o diapasão primeiro de sua dicção. Machado, em Esaú e Jacó encontra nos mitos antigos o diapasão primeiro de sua dicção.

Machado, em Esaú e Jacó, não reproduz, mecanicamente, narrativas dos tempos fabulosos ou heróicos ou heróicos, deuses encarnadores das forças da natureza, semi-deuses e heróis da antigüidade greco-romana, seres de ascendência divina... Como se se tratasse de um campo magnético, Machado também não apaga o nexa com a linha genealógica da narrativa mítica. Em Esaú e Jacó, distorceu-se à sua feição, manejando os instrumentos míticos com ênfases próprias.

Em vez de confrontos polarizadores, candentes e excludentes, buscou o terreno híbrido das confluências. Não decantou a matéria mítica a ponto de desidratá-la. Olhos abertos em direção ao mito, trabalhou no terreno da "remitologização", num processo de apropriação, fecundação e recriação do mundo mítico, reconhecendo-o como princípio eternamente vivo.

O leitor dos romances de Machado encontra frequentemente situações de indecisão, perplexidade ou dúvida dilacerante a que Esaú e Jacó (1904), com a indecisa Flora, o perplexo Batista, o dilacerado Custódio, os gêmeos Pedro e Paulo, não é excessão. Esse estado, conduzido a um ponto de intensidade aguda, como que desdobra o personagem em dois. Tanto Brás Cubas, quanto Rubião, personagem de Quincas Borbas, como D. Casmurro confrontam-se, no decurso das respectivas narrativas, com a própria sombra ou o seu duplo. Rodando na vertigem de tempos antagônicos, acossados pelos fantasmas do passado ou iludidos pelas promessas de um sonho de grandeza, os três acabam sendo devorados pelos enigmas que não sabem resolver. Nas linhas de narrativas de cada um, lemos o desejo de atar as extremidades partidas. Mas o saldo final será sempre a reconciliação impossível.

Em Esaú e Jacó não encontramos nenhuma modalidade de dilaceramento extremo. A dualidade, que era antes um sinal de desavença irreconciliável do ser consigo mesmo, desenvolve-se agora em duas linhas paralelas - os gêmeos Pedro e Paulo. Entre as divergências dos gêmeos, coloca-se o triângulo da reconciliação: Natividade, Aires e Flora. A

mediação diplomática do conselheiro, as intervenções conciliadoras da mãe e as projeções fantasmagóricas da namorada, se não anulam a dualidade divergente, estabelecem um compromisso de equilíbrio que impede o dilaceramento.

Pelo viés da remitoligização, Machado atualiza o mito dos gêmeos, na edição simultânea de Pedro e Paulo, ou Castor e Pólux ou Esaú e Jacó, "dois volumes da mesma obra-prima". Guardadas as diferenças, as palavras de Junito de Souza Brandão, em *Mitologia Grega*, volume II, auxiliam a reflexão;

Todas as mitologias e culturas primitivas sempre revelaram um interesse muito grande pelo fenômeno dos gêmeos. Pouco importa a forma por que são imaginados: que se apresentem sob moldes perfeitamente simétricos, quer se manifestem inteiramente diferentes, um escuro, outro luminoso, um voltado para o céu, outro para a terra, um negro, outro branco, um com cabeça de touro, outro com cabeça de escorpião, eles exprimem simultaneamente uma intervenção do além e a dualidade de todo ser ou o dualismo de suas tendências, espirituais e materiais, diurnas e noturnas. Sintetizam, assim, o dia e a noite, os aspectos celeste e terrestre do cosmo e do homem. Quando simbolizam as oposições internas do homem e a luta que o mesmo deverá empreender para superá-las, traduzem uma aceção sacrificial: necessidade de abnegação, da destruição, de submissão e de renúncia de uma parte de si mesmo, com vistas ao triunfo da outra. Cabe às forças espirituais da evolução progressiva assegurar a supremacia sobre as tendências involutivas e regressivas. Acontece, todavia, que os gêmeos podem ser absolutamente iguais, duplas um do outro; nesse caso, eles exprimem tão-só a unidade de uma dualidade equilibrada. Simbolizam a harmonia interior obtida pela redução do múltiplo ao um. Transposto o dualismo, a duplicidade torna-se apenas um efeito de espelho, o efeito de manifestação.

Os mitos acerca dos gêmeos dividem-se em dois grupos: gêmeos de sexo oposto, que configuram, consoante Jung, o hermafrodito, simbolizando a integração e a harmonia, conseguidas no fim de processo de individuação, e gêmeos do mesmo sexo, que representam a luta, o litígio, o conflito, o espelho, a morte de Narciso. Tudo isto, porém, é muito relativo, porquanto os gêmeos, não importa o sexo da dupla, são o símbolo geral da dualidade na semelhança e até mesmo na identidade, porque

estampam a imagem de todas as oposições exteriores e interiores, complementares ou contrárias, absolutas ou relativas, que se transforma numa tensão criadora. (pp 79-80)

Luta, litígio, conflito, oposições, duplicidade, jogo de espelhos, gêmeos como símbolo da dualidade são ingredientes com que Machado tece a sua história.

Esaú e Jacó parece o romance da ambigüidade por excelência. O duplo sentido, a inclusão de uma imagem na outra, a duplicidade é a fonte de que se alimenta. Já no início do segundo capítulo fica dito que "todos os oráculos tem o falar dobrado": A fala dobrada é o uso ambíguo da linguagem. Quando Aires diz que Flora é "inexplicável", está atribuindo a ela o mesmo caráter da fala oracular. Inexplicável é aquilo que se recusa ao desdobramento.

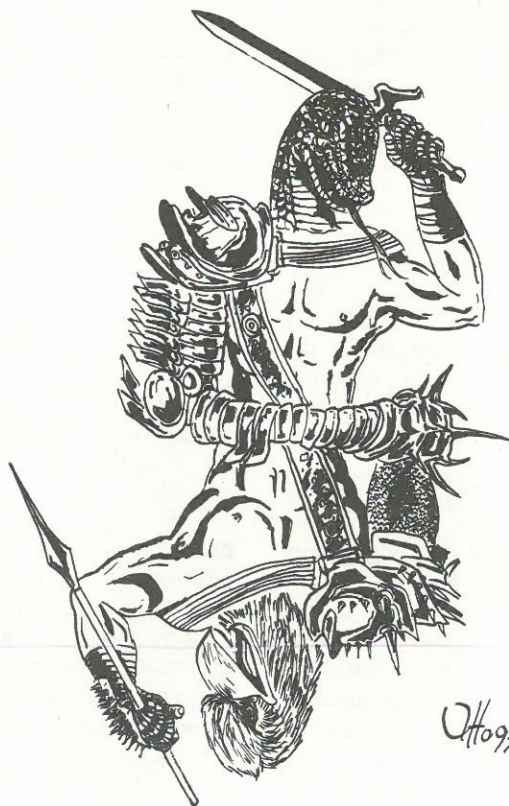
Com os gêmeos Pedro e Paulo, o fenômeno da duplicidade desdobra-se na dualidade dos personagens. Alusões a figuras de outros textos - mitológicos, bíblicos, literários ou históricos - referidas aos dois gêmeos, contribuem para reafirmar a idéia de que Pedro e Paulo desdobram suas divergências no plano retórico. Castor e Pólux, Ulisses e Aquiles, Esaú e Jacó, Robespierre e Luís XVI entram no discurso como referências e sátira à ênfase retórica. As desavenças entre os gêmeos são sempre contadas em tom jocoso. Desde a briga no ventre materno, todo o processo de diferenciação deixa transparecer o riso escarninho do narrador, o humor crítico de quem não acredita muito nessa dualidade.

Contraopondo-se aos mitos da dualidade, satirizados em Pedro e Paulo, a narrativa caminha no sentido da unidade. A imaginação da posteridade, a interrogação do futuro, evoca retrospectivamente a gênese da criação, o mito do paraíso:

Este mundo é dos namorados. Tudo se pode dispensar nele; dia virá em que se dispensem até os governos, a anarquia se organizará de si mesma, como nos primeiros dias do paraíso. (Cap. XCV).

A recuperação do paraíso, a plenitude utópica encontra no sonho dos namorados a imagem de sua perenidade: "Os namorados é que são eternos". É aí que avulta a figura de Flora, núcleo em que todo o pensamento de Machado se corporifica.

Evocando o mundo da vegetação a partir do nome que tem, confundida com a palavra oracular desde que Aires a cunhou com o adjetivo "inexplicável", consumindo-se



na indefinição amorosa entre Pedro e Paulo, Flora é a permanência do enigma em Esaú e Jacó.

Flora, "mito da hesitação" para Augusto Meyer, é originalmente "a deusa das flores, a potência da vegetação, que provoca a floração das árvores e dos campos", na reflexão de Junito de Souza Brandão. O autor, em seu Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Latina (em preparação) revela como "Ovídio", inteligentemente, "helenizou" o mito da deusa das flores. Alterou-o; deu-lhe outra indumentária..." O poeta, "jogando com falsa etimologia, tentou identificar Flora com a ninfa grega Clóris, transformando esta última em protagonista de um drama de Amor". (J.S.B.)

Evocando o mundo da vegetação a partir do nome que tem, Flora consome-se na indefinição amorosa entre o assédio dos gêmeos Pedro e Paulo. Iguais na origem, na aparência exterior e nas disposições internas, ameaça-os mais secretamente o risco da indistinção, pólo da indefinível Flora, que a ambos atrai com igual força. Um se projetando como a sombra do outro, os dois completam rigorosamente a figura do duplo. No discurso explícito é que se polariza a controvérsia. Desdobramento retórico, a polémica entre Pedro e Paulo é alimentada por alusões bíblicas, literárias, políticas e mitológicas. Percebe-se nesses jogos que um é o outro invertido. Nem mesmo no plano político a diferença é substantiva. A diferença estaria no jogo polarizador das figuras retóricas do discurso político.

Para Flora, avessa às preocupações políticas do país, captando os discursos opostos dos gêmeos, Pedro se projeta como a sombra de Paulo e vice-versa. Flora acaba sendo devorada pelo enigma que não soube resolver. De acordo com a imagem interna de Flora, Pedro chamava-se Paulo e Paulo chamava-se Pedro. Tomadas na perspectiva da personagem, as divergências de Pedro e Paulo não passam de projeções fantasmagóricas, imagens truncadas e complementares de um sonho de unidade e plenitude. Em Flora não há ironia nem sátira. Nela se agitam percepções alucinatórias, sonho na insônia, delírio lúcido, perda sem renúncia, indecisão suicida.

O Triângulo Natividade - Aires - Flora está no centro gerador da significação do romance. Colocados aquém ou além dos partidos, são três figuras de níveis distintos, mas aparentadas na mesma função conciliadora de contrários. Por alusão aos mitos da fecundidade - Natividade dá à luz dois filhos gêmeos, Flora é a deusa da vegetação - os nomes da Flora e Natividade dizem que elas estão ao lada da natureza. Aires, o diplomata aposentado, paira acima dos acontecimentos, distante dos partidos e das paixões políticas.

O capítulo XLVIII se intitula "Terpsícore". O tempo mítico e o tempo histórico se cruzam e, do texto, emerge um mundo de múltiplos significados. A alusão à musa remete o leitor para um acontecimento fora do tempo e do espaço. "Terpsícore", de Machado, não documenta o baile

da Ilha Fiscal, realizado em 9 de novembro de 1889. A grande festa, vivida como um sonho da sociedade elegante, passa-se na cabeça e diante dos olhos de personagens inventadas. Imaginariamente projetada em sensibilidade e consciência fictícias, a imagem do baile se fragmenta e se multiplica na pluralidade dos personagens que recebem o fato e o distorcem à sua feição. Um fato estético para Natividade, uma festa liberal para D. Cláudia, um instante de deslumbramento para Flora, uma reunião social para Pedro e Aires, o baile da Ilha é o espaço em que se cruzam o tempo da história e o tempo da ficção. Imagens do baile, fragmentadas e descontínuas, densas e esgarçadas, afeiçoam o acontecimento na diversidade e na multiplicidade. O subjetivo mistura-se com o objetivo, a intemporalidade com o tempo, a nostalgia com a utopia e o tempo mítico com o tempo histórico. Em Esaú e Jacó, Machado parece trazer para o palco da sua escrita o fenômeno da mitologização. É necessário salientar, no entanto, a gritante discrepância entre essa "prosa" do nosso século e os elevados modelos do mito clássico. Certamente, em Machado, o tempo universal da história se converte em mundo atemporal do mito, quando revela princípios imutáveis e eternos que transparecem no fluxo de sua narrativa.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado. Esaú e Jacob. W.M. Jackson Inc., Editores, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1937.
- BARBIERI, Ivo. "Nas dobras das Ambigüidades de Esaú e Jacó". In: Revista Tempo Brasileiro/81, pp. 22/31, Rio de Janeiro. Abril-Junho de 1985.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega, vol. II, Editora Vozes tda., Petrópolis, Rio de Janeiro, 1991.
- _____. Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega, vol. I, Editora Vozes Ltda., Petrópolis, Rio de Janeiro, 1991.
- _____. Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Latina. (Em preparação).
- D'ONOFRIO, Salvatore. Literatura Ocidental. Editora Atica S.A. São Paulo, 1990.
- LIMA, Luiz Costa. Dispersa Demanda. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1981.
- MIELIETINSKI, E.M. A Poética do Mito, Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1987.
- VERNANT, Jean-Pierre. Mito e Pensamento entre os Gregos. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1973.

* É Professora do Instituto de Letras - Uerj e Doutoranda em Literatura Brasileira na PUC-RJ.

O CONFRONTO E O ENCONTRO ...

José Flávio Pessoa de Barros *

Quando o Centro Cultural de Marin, órgão da administração de um dos distritos da Martinica, decidira-se por realizar, no verão de 1991, seu encontro internacional, Pierre Louis não antevia o que lhe aguardava. Afinal, tratava-se, tão somente, de expedir convite e dispor dos recursos necessários que seu governo, como das outras duas ocasiões, certamente não lhe negaria. Como presidente do Marin, conhecia bem todas as formalidades necessárias para levar a bom termo suas tarefas de organizador e mestre de cerimônia. Sabia perfeitamente que grupos de músicos, dançarinos e artistas convidar. Além disso, conhecia, de perto, historiadores, sociólogos e antropólogos dedicados à temática escolhida para discussão naquele ano. A composição étnica da Ilha já premiara, anteriormente, indianos e japoneses. Agora, comemorava-se a mais expressiva das contribuições culturais ao patrimônio de sua terra: aquela que a diáspora africana trouxera para o Novo Mundo.

Não fosse a pele negra e o esmero com que cuidava dos pormenores do evento, poder-se-ia pensar que tratava-se de um cidadão francês comum, nacionalidade da Ilha, empenhado nos afazeres comezinhos de um agente cultural. Mas nosso encontro em Paris acabaria por alterar, significativamente, sua concepção de afro-americanidade. Uma delegação do Brasil não poderia deixar de estar presente. Mais que um erro de etiqueta, Pierre Louis convencera-se do equívoco. Sua Agenda passaria a incluir um "bloco afro" (o Ilê Aiê, de Salvador), um grupo de capoeira (o Pelourinho, do Rio de Janeiro) e um candomblé (o Ilê de Iemanjá, do Rio de Janeiro). A representação do Brasil era composta, ainda, por historiadores, sociólogos e antropólogos.

Ao longo dos meses, as relações foram se estreitando através de extensa e continuada troca de correspondência. O assunto cobria os acertos para a nossa participação: resumos das comunicações, "papers", currículos, passagens e hospedagem, enfim, providências que não demandavam maiores preocupações, pois o Centro Cultural do Marin a tudo atendia.

A expectativa de Pierre Louis era de que as delegações trouxessem para a Martinica "aquilo de mais autêntico e expressivo de suas culturas". O grupo brasileiro, além de considerar a recomendação, preocupava-se em cuidar com denodo dos

requisitos necessários para o que havia decidido apresentar. Se a estada e as condições estavam garantidas, o mesmo era fundamental assegurar quanto ao atendimento de uma inusitada pauta de itens litúrgicos. Inusitada porque nosso anfitrião não tinha levado em conta a complexa e refinada exigência de seus convivas.

A simples referência à "autenticidade" dos fatos, suscitara problemas que requeriam uma escrupulosa etiqueta. Não era uma viagem como outra qualquer. Um grupo de dança, uma exibição musical e a presença de um candomblé no evento da Martinica implicavam a consulta a oráculos, a permissão dos orixás, e a preparação das indumentárias, além da consagração dos instrumentos e da sacralização dos lugares onde músicos, dançarinos e divindades se apresentariam.

O oráculo determinara a realização de um "olubajé" e de um "presente para Iemanjá". A primeira cerimônia dedicada a obaluaiê, de significado simples para Francisco, o pai-de-santo, não constituía mais do que um voto de saúde e prosperidade aos anfitriões, pois é este o propósito de uma tal cerimônia. O que intrigava a Francisco era o "presente para Iemanjá". Depois de muito pensar, acabou por concluir tratar-se de uma especial deferência: - Iemanjá é a Rainha do Mar. Eles vivem numa ilha, não é? Iemanjá deve morar lá na Martinica, também!

Francisco, certo do apropriado entendimento da determinação oracular, passou aos arranjos para a viagem. Para o "presente" relacionara espelinhos, perfumes, pentes, jóias, fitas e flores. Tudo deveria ser ofertado em um grande cesto. Alguém lembrara a necessidade de um barco para a entrega, no mar, do ofertório, mas tudo isso era facilmente encontrado na Ilha, como esclareceram, por fax, os organizadores. Quanto ao "olubajé", as informações não eram alentadoras. Como atender a todos os orixás, se para o preparo de suas comidas votivas não contasse, a Martinica, com os ingredientes básicos? Um "olubajé" é uma grande produção, distribuição e repartição daquilo que comem os orixás. E é da participação nessa comensalidade que o conviva pode ter garantida a sua prosperidade e saúde.

O babalorixá Francisco tinha, pois, de reunir à bagagem o dendê, o feijão-fradinho e preto, os "obis" e "orobôs" (sementes divinatórias), requisitos inexistentes na Ilha, conforme a correspondência assinalava. Sua preocupação maior, no entanto, estaria voltada para os animais necessários aos sacrifícios e uma peculiar modalidade de apre-

sentação dos quitutes, pois a etiqueta do "olubajé" manda que sejam servidos sobre as folhas de mamona ("ricinus comunis").

A consulta agora recebera, para felicidade e satisfação de todos, uma confirmação inequívoca - "tem mamona e galinha d'angola", assim chegava a notícia, transmitida por uma brasileira residente na Martinica, designada para verificar os itens que tanta preocupação traziam ao sacerdote. A "eue lará", nome litúrgico da mamona, a folha-do-corpo, não traria maiores inconvenientes no transporte, mas a galinha d'angola, caso não fosse encontrada na Ilha, certamente traria grandes transtornos alfandegários. Ocorre que "sem ela", dizia Francisco, "não há como fazer os trabalhos".

Avaliar o significado e extensão da afirmativa, bem como compreender a ansiedade do pai-de-santo, estava fora do alcance não só de Pierre Louis, mas de todos aqueles que tão gentilmente organizavam a recepção aos brasileiros.

Contornadas as dificuldades e ultimado o embarque, na data prevista, a delegação do Brasil cumpria toda parte do programa atribuída aos seus cinquenta e quatro integrantes. Os ritmos, odores, sabores, sonoridades e a profusão do colorido e brilho das indumentárias, ainda hoje, guardam os ilhéus, carinhosamente na memória. Em suas cartas, Pierre Louis não esconde todo o prazer que o encontro lhe trouxera, sobretudo na considerável ampliação de seu horizonte de afro-americanidade.

O espetáculo que haitianos, jamaicanos, portorriquenhos, cubanos, brasileiros e muitos negros dos EUA, de São Domingos, Santa Lúcia e Guadalupe, apresentaram, ao dramatizar o mosaico de identidades de "nuestra America", como diria Jose Marti, é indelével. Não só para o anfitrião, mas para todos aqueles que aceitaram o convite de serem brasileiros para os outros, a começar pelo cuidadoso Francisco.

Ao integrar a comitiva, o fizera depois de ter considerado a recomendação de "autenticidade" de um certo ponto de vista, o do povo-de-santo, estilo de vida e visão de mundo singulares, aos quais aderira ainda menino. Daí tanto escrúpulo. Viajar com tamanha responsabilidade exigia a aguda consciência dos fundamentos sobre os quais se assentavam suas convicções e identidade. Não estaria só, portanto. Acompanhava-o um tempo mítico em que a galinha d'angola, a "poule marrone", o "conquem", o "etú", nomenclatura diversa e um só personagem, orientava a sua memória dos ritos. Na base de tudo isso, o regozijo de quem cultiva origem e descendência. Mas dizer origem e descendência para um filho-de-santo é enfrentar, de um só golpe, os mistérios da criação e da morte. E a referência à galinha d'angola é incontornável, não só quando se tem de "fazer os trabalhos", mas sobretudo

quando se trata de pensar o sentido da existência. Sobre este animal maravilhoso, trazido da África, cativo também, muitos sacerdotes como Francisco contam histórias:

"Era grande a mortandade. As pessoas estavam apavoradas e pediram a oxalá. E ele mandou fazer "ebó". Mandou pintar uma galinha preta com pintinhas brancas de efúm (giz). Depois disse para soltar no mercado. A morte se assustou e foi embora. Assim surgiu a galinha d'angola."

"Um dia oxum estava sozinha, muito sozinha ... Resolveu, então, fazer a sua gente. Pegou uma galinha, catulou, raspou e pintou com muitas pintinhas. Colocou na sua cabeça, no seu "ori", um chifrinho. Fez assim o povo-de-santo, o primeiro iaô que é a galinha d'angola, um bicho que é feito."

Era disso que se ocupava Francisco, em tantas reflexões, quando de sua memorável viagem a essa África caleidoscópica que lhe reservava a Martinica.

P.S.: Agradeço a Mello e Arno as sugestões bem como a utilização dos mitos citados no texto, que apareceram em livro assinado por nós três, em dezembro passado.

* É Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Uerj e Doutor em Antropologia pela USP.



UM BREVE ESTUDO SOBRE INCESTO

Margaret de Carvalho Soares *
Frederico Pessoa de Melo de Amorim**

A discussão em torno da base biológica ou cultural do incesto vem ocupando espaço considerável na literatura etológica e antropológica. Não pretendemos aqui, no entanto, dar conta de toda esta extensa gama de publicações. O que desejamos é, como o próprio título diz, fazer uma breve discussão sobre o incesto, mais precisamente de suas bases: se elas seriam biológicas ou culturais, ou ambas as coisas.

Para Sir Henry Maine (1886), a origem da proibição do incesto é realmente ao mesmo tempo natural e social, mas no sentido de resultar de uma reflexão social sobre um fenômeno natural: a proibição do incesto seria uma medida de proteção, tendo por finalidade defender a espécie dos resultados nefastos dos casamentos consangüíneos.

A disputa básica sobre a teoria do incesto se dá entre Sigmund Freud (1950) e Edward Westermarck (1891). Para Freud o incesto teve que ser proibido, porque as pessoas o desejavam, apesar de ele não ser bom. Para Westermarck, as pessoas não queriam cometer incesto, o que levaria a sua inibição. O mundo científico ficou com Freud. Sir James Frazer fez um comentário irônico, usando Freud para disacreditar o argumento de Westermarck: se a evitação do incesto é instintiva, porque então proibir o incesto?

A disputa tornou-se mais profunda do que a simples questão inibição (ou evitação) versus proibição: ela é representada pela disputa central entre as ciências do comportamento: a controvérsia natureza-educação. Inibição ou instinto, como Westermarck primeiro disse, vem da natureza. Isto é "está no animal". Proibição, por outro lado, é recebida pela cultura e precisa ser aprendida.

Através do tempo, novos pontos de vista têm aparecido no estudo do incesto. Levi-Strauss (1982) introduziu a ponte entre natureza e cultura. Muitos cientistas, apesar de suas disputas, têm concordado quanto à importância vital das regulações do incesto. Nelas, Malinowski (1982) vê a manutenção da ordem social através da família, Freud (1950) a base da moral humana e a religião. White (1948) argumenta que as regulamentações do incesto são a base da cooperação humana e sobretudo da manutenção das instituições políticas e econômicas. Levi-Strauss (1982) declarou que o tabu do incesto é a regra básica e a fonte da reciprocidade e da troca.

O que é, por definição, incesto? Para Aurélio Buarque de Holanda (Dicionário sem data de publicação), incesto é a união sexual ilícita entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos. Para Margaret Mead (1968), incesto é a infração do tabu sobre relações sexuais entre qualquer dos dos membros da família nuclear, exceto marido e mulher: entre pais e filhos ou qualquer outro par consangüíneo.

Seja como for definido o incesto, não se pode contestar a generalização empírica de que o comportamento do qual resultam relacionamentos incestuosos é de algum modo regulado, e não necessariamente por normas sócio-culturais:

1) O comportamento pode ser impedido. O impedimento pode ser interno ou externo.

2) O comportamento pode ser inibido. A inibição é mais ou menos fixa no sistema neuro-psíquico do animal. Por exemplo, segundo Lorenz (1960, 1966) nossa agressividade pode ser inibida. Os processos de aprendizado, como demonstrado por Lawrence (1968), podem ser inibidos, como a nossa criatividade.

3) O comportamento pode ser proibido. Proibições são regras culturais, que podem aparecer em todas as formas de normas sociais. Diz-nos Levi-Strauss (1982) que "a proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura. Todavia, quando ele fala de proibição, no nosso entender, já está falando de cultura, porque o único animal que proíbe, que tem o seu universo de regras, que dita as leis e as escreve, é o homem.

Pesquisas recentes têm demonstrado com convicção que o incesto é evitado na maior parte das espécies animais. Citemos algumas destas evidências.

Bischof (1972a, 1972, 1975) demonstra evidências em grande parte dos mamíferos. Klingel (1967) mostra que a zebra evita o incesto. O elefante africano também, como demonstram Ewer (1968), e Hendrichs e Hendrichs (1971); bem como os cervídeos em geral (Darling 1951, Etkin 1964, Altmann 1963) e o leão, como mostra-nos Schaller (1972).

O maior número de evidências, todavia, tem sido coletado entre os primatas. Itani (1972) relata que as relações mãe-filho e irmão-irmã entre macacos japoneses seriam inibidos através do abandono do macho jovem do grupo, que passa ter uma vida nômade. Porém, na relação pai-filha, o

incesto só é prevenido quando o macho não consegue manter sua dominação no grupo. Packer (1979) evidencia mecanismos interditórios através da transferência de machos jovens para outros grupos em macacos rhesus, babuínos amarelos, macacos do rabo vermelho e babuínos gelada. Os gibões, segundo Carpenter (1964), previnem o incesto porque esta espécie monogâmica expulsa os machos e fêmeas ainda adolescentes da sua família. Entre os chimpanzés, muitos pesquisadores encontraram tanto a inibição quanto a prevenção do incesto (Reynolds 1968, Goodall, 1965, 1967a, 1967b).

O incesto em primatas não-humanos é evitado, por razões mais profundas, as quais nós desconhecemos. Esta evitação parece ser instintiva ou até quem sabe, inata. Goodall (1991) relata-nos um caso de relação sexual incestuosa entre mãe e filho, onde esta relação não é bem aceita pela mãe. E Goodall (1991) diz que este é um caso raro entre os chimpanzés do Gombe, os quais estudou durante trinta anos.

Em junho de 1975, o ilustre entomologista, Edward O. Wilson, da Universidade de Havard, publicou um volumoso livro intitulado "Sociobiology: The New Synthesis". Nesse livro, elaborado com base tanto em fatos quanto em teoria, Wilson procurou apresentar um quadro geral e claro do rápido desenvolvimento da "Sociobiologia" - o estudo, do ponto de vista biológico, da natureza e das bases do comportamento animal - ou, mais precisamente do comportamento social animal. Embora, como o título suger, o trabalho de Wilson tenha consistido mais numa crítica geral e numa síntese do que na apresentação de material novo, ele abordou o assunto da maneira mais completa e abrangente possível, começando pelo mundo animal em suas formas mais simples, passando pelos insetos, os invertebrados inferiores, os mamíferos e primatas e chegando até a nossa própria espécie: o Homo sapiens.

Em outra obra (Da Natureza Humana - 1981), Wilson diz que a "Sociobiologia é uma disciplina mais híbrida, que incorpora conhecimentos da Etologia (o estudo naturalístico de padrões globais de comportamento), da Ecologia (o estudo das relações dos organismos com o seu ambiente) e da Genética, no intuito de deduzir princípios gerais concernentes às propriedades biológicas de sociedades inteiras". A Sociobiologia é uma disciplina em grande parte baseada nas comparações entre espécies sociais. Toda forma viva pode ser vista como uma experiência evolutiva, um produto de milhões de anos de interação entre os genes e o ambiente. Através do exame cuidadoso de muitas dessas experiências, começamos a construir e testar

os primeiros princípios gerais da evolução social genética. Está agora ao nosso alcance aplicar este amplo conhecimento ao estudo dos seres humanos.

A proposição de Edward Wilson recebeu, contudo, diversas críticas, dada a sua ousadia. É que ele radicalizou a intromissão do biológico no comportamento social, ao ponto de propor que a inevitabilidade da conduta estivesse generalizada, repousada no seio da cultura, como algo intimamente remetido ao caráter genético dos indivíduos. Os indivíduos seriam meros robôs a serviço da sobrevivência de seus genes e dos caracteres hereditários que essas pessoas receberiam dos seus antepassados: seríamos, como propõe Dawkins (1979), máquinas de sobrevivência, cuja razão de existência seria a de sermos apenas uma estratégia que permitiria que os genes sobrevivessem e se propagassem. Desta forma o comportamento é, genericamente, é a instância estratégica

para a defesa da sobrevivência do gene. Agressão e altruísmo, para citar dois exemplos muito usados, são manifestações condizentes a uma ordem de luta em função da "seleção natural", para permitir a sobrevivência dos genes através de seus portadores.

Para a Sociobiologia, o comportamento social - cultural, em última instância, não passa de mera estratégia do gene para perpetuar-se. Isto causou certo "frenesi" nas chamadas ciências sociais; visto que toda a ex-

plicação do universo social se basearia em características do próprio universo social. Todavia, alguns cientistas sociais, senão a sua maioria, continuam achando "loucura" as explicações da Sociobiologia, embora tenham sido criadas antíteses tais como: biológico/social; racionalidade/instinto, natureza/cultura, sendo esta última amplamente discutida por Levi-Strauss em suas obras, sobretudo nos volumes que compõem as suas Mitológicas.

Até hoje, a lógica do comportamento social vem sendo considerado impregnada pela determinação da sociedade e, conseqüentemente, da cultura no homem. Isto acontece porque ainda se compreende que o comportamento social é algo apreendido na sociedade e não apreendido no instinto. Aí reside, resumidamente, a grande oposição entre a Sociobiologia e as Ciências Sociais em geral.

Parece haver uma radicalização em ambas as visões. Assim, tais ciências (Sociobiologia e Ciências Sociais) acabaram estabelecendo uma antinomia entre fatores que não precisam estar necessariamente em oposição e disputa. A Sociobiologia, ao reduzir tudo vagamente a uma questão genética, e as Ciências Sociais, por negarem por completo a possível "base biológica" do comportamento. Em sua premissa, a Sociobiologia demonstra que existe uma base genética para "alguns tipos de comporta-



mento", no homem, e este seria fruto de uma "fenotípia genético-social" com comportamentos estratégicos à seleção natural (pré-determinados geneticamente) e produzidos a partir da relação com o meio social. Existiria uma dupla determinação no desdobramento do contínuo natureza/cultura.

Entendemos que a sociedade e a cultura foram estratégias de sobrevivência do indivíduo. A cultura foi a possibilidade de sobreviver da nossa espécie (homem-animal), foi a nossa estratégia de sobrevivência e evolução.

Damos atenção especial à Sociobiologia, porque ela nos permite um aprofundamento da discussão sobre a questão do incesto. Todavia, as Ciências Sociais também nos fornecem, por seu lado, dados relevantes sobre esta questão. É o que pretendíamos era esboçar a discussão em torno do a que remonta a questão do incesto: o biológico ou ao cultural? Tal discussão permanece inconclusa, já que embora sua origem e sua função pareçam ser biológicas, elas também parecem ligadas à cultura. Isso apenas aponta para a necessidade de estudos mais profundos, necessários para dar conta da complexidade da discussão do problema do incesto. e esgota, dada a sua complexidade.

BIBLIOGRAFIA

- Altmann, M - Naturalistic Studies of Natural Care in Moose and Elk. In: Natural Behavior in Mammals. H.L. Rheinhold, ed. New York: John Wiley and Sons, 1963.
- Bischof, N. - Inzuchbarrieren in Säugetiersozietäten. *Homo* 23:330-351, 1972a.
- The Biological Foundations of the Incest Taboo. In: *Social Information* 2(6): 7-36 - 1972
- Comparative Ethology of Incest Avoidance. In: *Biosocial Anthropology*. R.Fox, ed. London: Malaby Press, 1975.
- Carpenter, C.R. - A Field Study in Siam of the Behavior and Social Relations of the Gibbon. In: *Naturalistic Behavior of Non-Human Primates*. C.R. Carpenter, ed. pp. 145-271. Pennsylvania: States University Press, 1964.
- Darling, F.F. - A Herd of Red Deer. London: Oxford University Press, 1951.
- Dawkins, R - O gene egoísta. Itatiaia/EDUSP, 1979.
- Etkin, W. ed - Social Behavior and Organization among Vertebrates. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- Ewer, R.F. - Ethology of Mammals. London: Logos Press, 1968.
- Freud, Sigmund - Totem and Taboo. New York, Worton (1a. ed. 1913), 1950.
- Three Essays on the Theory of Sexuality. In: The standard edition of the complete Psychological Works of Sigmund Freud. London. Hogarth; Macmillan. Vol 7: 123-245 (1a ed., 1905), 1953.
- Goodall, J - Chimpanzees of the Gombe Stream Reserve. In: *Primate Behavior*. I. De Vore ed. pp. 53-110.
- Mother - Offspring Relationship in Free Ranging Chimpanzees. In: *Primate Ethology*. D. Morris, ed. pp. 287-347, Weidenfold and Nicholson, 1967 a.
- My Friend the Wild Chimpanzees. National Geographic Society, 1961 b.
- Uma janela para a vida. Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1991.
- Hendrichs H. and N. Hendrichs - Dikdik und Elefanten. Munich: Piper, 1971.
- Holanda, Sérgio B. de - Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Ed.Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1a. edição. Sem data de publicação.
- Itani, J. - A Preliminary Essay on the Relationship between Social Organization and Incest Avoidance in Nonhuman Primates. In: *Primate Socialization*: 165-171, 1972.
- Klingel, H. Soziale Organization und Verhalten Freilebender Steppenzebras. *Zeitschrift für Tierpsychologie* 24: 518-624, 1967.
- Lawrence, Douglas H. - Discriminative Learning. In *The International Encyclopedia of the Social Sciences*. Vol. 9: 143-148, 1968.
- Levi-Strauss, Claude - As estruturas elementares do parentesco. Ed. Vozes, Petrópolis, 1982.
- Lorenz, Konrad - King Solomon's Ring. London, Pan Books Ltd (1a. edição 1952), 1960.
- On Aggression. New York, Harcourt Brace and World. (1a. edição, 1963), 1966.
- Malinowski, B. - Sex and Repression in Savage Society. New York, Meridian, 1927.
- A vida sexual dos selvagens. Fco Alves editora, Rio de Janeiro, 1982.
- Maine, Sir Henry Summer - Dissertations on Early Law and Custom. New York, 1886.
- Mead, Margaret - In International Encyclopedia of the Social Sciences, New York: Macmillan and The Free Press, vol7: 115, 1968.
- Packer, C. - Inter-troop Transfer and Inbreeding Avoidance in *Papio anubis*. In: *Animal Behavior* 27; 1-36, 1979.
- Reynolds, V. - Kinship and Family in Monkey, Apes and Man. In: *Man* 3: 209-223, 1968.
- Schaller, G.B. - The Serengeti Lion: A Study of Predator - Prey Relations. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- Westermarck, E.A. - The History of Human Marriage, London, Macmillan, 1891.
- The History of Human Marriage (5a ed.): London, Macmillan, 1921.
- White, L.A. - The definition and Prohibition of Incest. In: *American Anthropologist* 50: 416-435, 1948.
- Wilson, Edward. O - Sociobiology - The New Synthesis. Cambridge, Massachusetts: Havard University Press, 1975.
- Da Natureza Humana, T.A. Queiroz/EDUSP, São Paulo, 1981.

* É Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Uerj e Mestre em Antropologia Social Pela USP.

** É Bacharel em História pela UFRJ.

A IDEOLOGIA EM MARCUSE E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

Marly de Abreu Costa *

Uma das mais sugestivas formações ideológicas do nosso tempo, sem dúvida alguma, é a Escola de Frankfurt, da qual fazem parte, dentre outros, Marcuse, Adorno, Benjamim e Habermas.

No Brasil, o seu primeiro impacto foi atribuído a Marcuse, que serviu, sobretudo, ao fortalecimento do irracionalismo. Vale lembrar que Marcuse tornou-se fonte de inspiração para os movimentos de "contracultura" desenvolvidos nos anos 70.

Ao tratar especificamente da questão da ideologia, em sua obra clássica "A Ideologia da Sociedade Industrial", Marcuse defende a idéia de que a moderna ciência e técnica, além de serem forças produtivas, funcionam como "ideologia" para legitimar o sistema. A mesma ciência unidimensionalizada, utilizada para dominar a natureza, e, com isso, dinamizar as forças produtivas, é também usada para dominar os homens.

Inicialmente concebida para emancipar os homens, a moderna ciência está hoje a serviço do capital, contribuindo para a manutenção das relações de classe dessa sociedade. A ciência e a técnica, nas mãos dos que detêm o poder no Estado, são instrumentos usados para controlar a vida dos homens, escravizando-os às máquinas. A produção dos bens segue uma lógica técnica: produz-se o que dá mais lucro e não aquilo que os homens desejam ter ou usar.

A partir do momento em que a ciência e a técnica promovem o "progresso" almejado por todos, elas mesmas se transformam na base legitimadora do sistema capitalista. Dessa forma, a ciência e a tecnologia se configuram em uma ideologia - a ideologia tecnocrática - segundo a qual questões políticas devem agora ser resolvidas tecnicamente, de acordo com o princípio dos meios ajustados aos fins.

Ainda que se proclamem neutras, a ciência e a tecnologia se transformam em formas de dominação

política e econômica no interesse da acumulação do capital. Segundo Marcuse, para superar a moderna sociedade capitalista é necessária a transformação radical da ciência e da tecnologia que atuam neste mundo.

Por outro lado, a extinção tecnológica do indivíduo está refletida no declínio da função social da família, que anteriormente realizava sua criação e educação. Atualmente, desde o nível pré-escolar, o rádio e a televisão fixam os padrões para a conformidade e a rebelião, ao transmitir os valores requeridos pela sociedade e, com isto, a família não detém mais o controle da educação de seus filhos.

Para Marcuse (1972), com a racionalização do mecanismo produtivo e a multiplicação de funções na sociedade, toda a dominação assume a forma de administração. Os patrões já não desempenham uma função individual, os chefes transformam-se em membros assalariados de uma burocracia, interagindo com seus subordinados que são membros de outra burocracia.

Essas relações de trabalho significam, geralmente, relações entre pessoas como objetos permutáveis da administração científica e dos especialistas em eficiência. Assim, todo o mundo do trabalho tornou-se um sistema de coisas animadas e inanimadas sujeitas à administração.

A respeito da irracionalidade desta sociedade, a qual chama de "unidimensional", ou seja, sem oposição, sem crítica, totalitária e alienante, Marcuse (1982) tece relevantes considerações. É questionado, por exemplo, o próprio sentido de alienação, quando se pensa o caráter racional da irracionalidade da civilização industrial, bem como sua produtividade, eficiência e capacidade para aumentar o conforto humano. Torna-se difícil entender como as pessoas se identificam com a vida que lhes é imposta e mostram-se até satisfeitas com a mesma. Isto é uma realidade que constitui, entretanto, apenas uma etapa mais progressiva da alienação, que se tornou inteiramente objetiva.

Somente uma dimensão preside a vida nessa sociedade onde a promoção do progresso está acima



de qualquer julgamento ideológico: em decorrência, a falsa "consciência" se apresenta travestida de verdadeira consciência.

O que, à primeira vista, pode parecer o "fim da ideologia" não procede, porém, na medida em que, para este frankfurtiano, a ideologia, atualmente, está no próprio processo de produção, quando se observa que os produtos manipulam e doutrina. As mercadorias e serviços produzidos "vendem"

ou se impõem ao sistema social como um todo, acarretando um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais, no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que transcenderem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos e redefinidos pela racionalidade do sistema.

A tendência para a consumação da racionalidade tecnológica e os esforços intensos para contê-la dentro das instituições estabelecidas são as contradições internas dessa civilização, ou seja, elementos irracionais dessa pretensa racionalidade. Assim, a mais alta produtividade do trabalho e a mais eficiente industrialização pode servir à restrição e manipulação das necessidades.

No domínio da cultura, numa espécie de pluralismo harmonizador, as obras e as verdades mais contraditórias coexistem pacificamente com indiferença. Esta unificação dos opostos, cuja ideologia se expressa na transformação da cultura mais erudita em cultura popular, acontece num campo material de crescente satisfação.

Em sua obra "Eros e Civilização", Marcuse mostra a diminuição da energia erótica na sociedade tecnológica, afirmando em "A Ideologia da Sociedade Industrial" que a administração da libido pode ser responsável pela submissão e o conformismo entre necessidades individuais e desejos, propósitos e aspirações socialmente aceitos.

Do mesmo modo que essa sociedade unidimensional tenta reduzir ao mínimo a oposição na esfera da política e da cultura erudita, tende a

fazê-lo também na esfera dos instintos, resultando na atrofia dos órgãos mentais e no surgimento de uma "consciência feliz", alienada, que facilita a "aceitação" dos males dessa injusta sociedade.

A visão de Marcuse, quanto à ideologia tenocrática é, portanto, pessimista e cética, afirmando mesmo que nada indica um final feliz para essa sociedade industrial tecnológica.

Parece não haver dúvida que a educação, face a esta sociedade tecnológica unidimensional, encontra-se totalmente comprometida, com pouco ou quase nenhum espaço para uma ação transformadora. Os meios de comunicação de massa assumiram um papel preponderante nessa educação, substituindo, em muitos momentos, funções antes destinadas à família.

A palavra e a linguagem apresentadas por esses meios são invadidas por elementos mágicos, autoritários e rituais, resultando numa comunicação hipnótica, repetitiva e alienante. Ao impingir "imagens", essa linguagem trabalha contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos. Em sua objetividade, ao impedir o pensamento conceitual, impede o próprio pensar.

Não só os meios de comunicação de massa como a própria forma de comunicação comum a esta sociedade tecnológica têm como propósito a alienação do homem em uma única dimensão e de forma extremamente ideológica, dificultando a ação da educação entendida como um espaço propício para a formação de um "Homem Produtor-Criador" de sua realidade.

O quadro descrito por Marcuse dessa sociedade tecnológica apresenta-se, cabe-nos dizer, catastrófico, no que concerne às inferências quanto ao presente e ao futuro da educação. Porém, como já afirmava Benjamim (1985), "somente em nome dos desesperançados nos é dada esperança". Parece que se pode ter esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formulações teóricas de Marcuse, embora referidas às sociedades de capitalismo avançado, podem nos ser úteis para uma reflexão crítica sobre a realidade de países de capitalismo periférico como o Brasil. É importante observar que aqui vivemos, de forma ambígua, os fenômenos dominantes nas sociedades de capitalismo avançado: temos a presença da ideologia tenocrática sem a contrapartida, porém, do Estado social.

O impacto da ciência e da técnica sobre a educação brasileira levou-a a priorizar, numa determinada época de sua história, uma vertente educacional baseada na "objetividade" no saber "útil". A implantação generalizada, nas escolas, da múltipla escolha, a desvalorização do ensino de filosofia, das ciências sociais e da literatura

caracterizaram os currículos brasileiros nas décadas de 60, 70 e início de 80. O regime político antidemocrático que vigorou neste período foi o porta-voz desta razão "manipuladora" que desvaloriza o homem e pretende submeter suas ações à lógica do progresso técnico e científico.

Os caminhos já trilhados pelas sociedades de capitalismo avançado podem nos informar acerca do nosso caminho para a constituição de um sistema educacional emancipador, em contrapartida às tendências burocratizantes, despolitizadoras e empobrecedoras da vida humana.

Uma teoria educacional moderna, embasada no sentido contrário ao da ideologia tenocrática, deverá ter na formação do cidadão, do ser político, a sua prioridade. Não pensamos aqui num retorno aos moldes da Grécia clássica, onde a questão da técnica e da ciência não se colocava de forma contundente. Pensamos, sim, numa prática educativa que estimule a curiosidade, a capacidade crítica, a criatividade e a auto-estima, subordinando o desenvolvimento da ciência e da técnica a um consenso verdadeiro.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.* Coleção Obras Escolhidas V.1, Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- COSTA, M. de A. e CAVALIERI, A. M.. *A questão da ideologia em Marcuse e Habermas: implicações educacionais.* Rio de Janeiro: UFRJ, junho/1992 (mimeo).
- COUTINHO, C. N.. *A escola de Frankfurt e a estrutura brasileira.* Presença, 1986.
- FREITAG, B.. *A teoria crítica: ontem e hoje.* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- HABERMAS, J.. *Técnica e ciência como "ideologia".* Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 7, 1968.
- MARCUSE, H.. *Eros e Civilização.* Trad. A. Cabral, 5a ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- _____. *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional.* Trad. G. Revriá, 6a ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MERQUIOR, J. G.. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim.* Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1989.

* É Professora da Faculdade de Educação - UERJ e Doutoranda em Política Educacional na UFRJ

O INCÊNDIO DO TEATRO E OUTRAS ENCENAÇÕES

História e Semiologia no labirinto de um texto

Orlando de Barros *

O texto que reproduziremos adiante, nosso objeto de análise (1), foi publicado no Boletim mensal da SBAT - Sociedade Brasileira de Autores teatrais - em fevereiro de 1930, à guisa de editorial, representando, assim, a opinião oficial de seus dirigentes, que eram, em geral, autores teatrais de gêneros os mais diversos. Alguns eram compositores de música popular ou erudita.

No momento em que o texto foi escrito, assinalava-se uma crise bastante acentuada no teatro brasileiro. Muitas dessas casas fechavam, demolidas, em geral, para dar espaço a prédios comerciais. Vetustos teatros tornavam-se cinemas, outros dividiam-se entre encenações de peças e projeção de filmes (os cine-teatros). Além disso, a radiodifusão fazia grande progresso, não só em virtude do acelerado desenvolvimento técnico como também pelo considerável aumento do número de estações irradiadoras no Rio, em São Paulo e nas demais capitais. Os programas tornavam-se mais adaptados ao gosto popular, incentivando o público a adquirir um número cada vez maior de receptores; o nível de profissionalização se elevava com o advento da propaganda comercial, logo no início dos anos 30. Por isso, as colunas jornalísticas dedicadas aos espetáculos teatrais assinalavam uma crise insuperável. Inicialmente, a gente do teatro vê que o alongamento da crise está relacionado a dois fatores: o crescimento das atividades cinematográficas, especialmente intensificadas depois do surgimento do cinema sonoro, e a falta de incentivo oficial.

Até 1930, o teatro era, por excelência, o lugar do espetáculo (2), arena onde conviviam em harmonia as encenações tradicionais (como dramas e comédias), os divertimentos musicais da elite (com grande popularidade da ópera e da opereta), os "shows" de variedades (em que os números de canções populares eram permeados por "sketches"

cômicos, números de magia, exibições de pequenos conjuntos musicais, números de danças, solos instrumentais, declamação e mesmo exibições circenses. As revistas e vaudevilles, não raro, eram condensação de quase tudo isso. Embora houvesse uma divisão de gostos sociais e certa especialidade das casas teatrais - por exemplo, o Recreio foi, por excelência e por muito tempo, o lugar do teatro de revistas (3) - a maioria delas procurava garantir a sobrevivência atendendo às solicitações de um público variado. Em certo momento o meio teatral faz grande pressão para atrair apoio oficial, tanto no sentido de obter favores e vantagens, tais como incentivos fiscais, quanto para garantir proteção aos direitos autorais e melhoria das condições de trabalho para autores, artistas e técnicos (4). Também tornou-se prioritário sustentar a sobrevivência de alguns teatros, ameaçados de demolição. Em 1936, a câmara do Distrito Federal votava uma lei determinando a construção de três teatros às expensas da prefeitura (5).

A competição entre teatro, cinema e radiodifusão, também se instalou no eixo da questão da modernidade. Em primeiro lugar, o problema foi entendido como uma questão de conservação pura e simples do espaço teatral, ameaçado por novas entidades que vinham ocupar seu lugar. Não demorou para que a discussão se deslocasse para a questão da qualidade e eficiência do teatro: a derrota na aludida competição ocorria como resultado de um confronto entre aparência, conforto, extensão do público frequentador e eficiência técnica que apresentavam o teatro e os seus competidores. Era assumir que o teatro superava criticamente a fase imatura, semi-amadorística, para tornar-se uma atividade econômica dotada de plena racionalidade. Esse diagnóstico subentendia um confronto entre o tradicional e o moderno, a empresa colonial e o capitalismo, cujos interesses emanavam do estrangeiro. O texto vem espelhar uma opção relativa pelo moderno, seja pela avaliação dos papéis do teatro no confronto, seja por uma manifesta capitulação, pois também assinala que o

inimigo, responsável pela produção das fitas de cinema, e que também editava os discos fonográficos e construía os equipamentos de radiodifusão (empresas norte-americanas, na sua maioria), poderia ser convertido em aliado potencial, deveria ser imitado em certos casos, como uma fonte permanente de inspiração, como um guia numa época de transformação. Eis o texto em questão, revisto pela ortografia atual:

"NOVOS TEATROS NESTA CAPITAL"

Os capitais nacionais, até hoje, se tem mostrado infensos à construção de novos teatros, nesta capital, e à reconstrução dos velhos e inestéticos, ora existentes. E, quanto aos capitais estrangeiros, ainda não surgiu, entre nós, alguma organização americana que desse para isso...

Nestas condições, o Teatro Nacional resolveu apelar para uma paradoxal cooperação: a dos gênios do Bem e do Mal. Essa, felizmente, não se fez de surda aos seus reclamos; antes, imediatamente, atendeu ao justo apelo.

É assim que, há poucos meses, ardia o velho Teatro Carlos Gomes, sem o registro de uma só perda de vida! E, já se sabe, de fonte segura que, dentro de poucos meses, nesse mesmo local se erguerá um lindo e majestoso arranha-céu com belo e amplo teatro!

No louvável intuito de continuarem, nessa paradoxal obra, esses beneméritos gênios já nos avisaram que vão prosseguir na sua prometida faina! Os proprietários dos velhos teatros que preparem as massas e - pedimos muito encarecidamente - entreguem a confecção dos novos projetos a arquitetos de gosto artístico e de competência técnica no assunto, ou que sejam bastante inteligentes, para não desprezarem os conselhos dos técnicos no preparo desses projetos!

Cabe-nos, agora, fazer um apelo ao Sr. Inspetor de Águas: - fazer com que esse precioso líquido só venha chegar às mangueiras dos denodados bombeiros desta capital quando todo velho teatro já tiver ardido!

À primeira vista, os emissores, sujeitos falantes, se resumem a três: o(s) autor(es) do texto, o "Teatro nacional" e "fonte segura", mas vê-se logo que seu redator fala por outros sujeitos: os diversos personagens que vivem das atividades artísticas -- uma vez que o teatro é então um lugar privilegiado das artes --, os freqüentadores (que têm muitos interesses comuns com aqueles), os segmentos sociais que desejam a mudança em direção à modernidade. Mas também é possível vislumbrar outros sujeitos, ocultos na sombra, pois há uma espécie de cortina que está localizada no primeiro

plano do discurso: tal é o caso dos "modernos empresários" (entre os quais parece, à primeira vista, localizar-se o sujeito "fonte segura"), e estes se dividem entre construtores, comerciantes e todos aqueles interessados no aproveitamento das interações entre teatro e outras atividades econômicas, agora localizados no mesmo prédio. Mas os "arquitetos de gosto estético" e os "técnicos", mencionados no parágrafo 4, são também sujeitos participantes do discurso, pois emprestam suas imagens à simbologia da divisão do trabalho em que vão operar transformações determinadas. Ainda se pode notar a figura dos "empresários tradicionais" que, postos do "outro lado" (no primeiro parágrafo), já se apresentam convertidos à obra de construção (no quarto parágrafo). Além disso, o "Sr. Inspetor de Águas", aparente figura retórica, não deixa de ser uma metáfora do poder público, que, no último parágrafo, é convocado a não resistir à destruição do tradicional. Em qualquer dos casos, todos estes sujeitos exercem, de algum modo, uma posição de falante, por quem fala o redator, agente que constrói o simulacro de que os sujeitos são "falados", isto é, não são falantes, não emprestam sua voz ao concerto do discurso. Situação especial é a do sujeito "Teatro Nacional", que equivale ao pronome nós, pois aqui está significando a totalidade dos que vivem em torno ao teatro, incluindo, num extremo, o enunciador, isto é, o redator do texto, e, no outro, o público.

O texto, ao se iniciar, não noticia um acontecimento, um evento do mundo, pois o registro histórico será efetivado somente no terceiro parágrafo. Começa por uma sentença judiciosa que põe, na balança, desde logo, ordens econômicas e sociais diferentes e francamente opostas, fazendo uma opção clara por uma delas, e rejeitando a outra, identificada como velha (no fim da vida) e feia (mais que isso pois "inestético" não é apenas "não belo", mas também "contrário à beleza"). Revela admiração pelo capitalismo de origem alienígena -- a que adere --, mostrando preferência pela modalidade americana, que se reconhecerá adiante como identificada à modernidade. Ao declarar que a sobrevivência dos teatros depende da inserção de suas atividades na racionalidade econômica e não no empirismo tradicionalista dos capitais nacionais ("novos teatros" está na racionalidade econômica "organização americana"), o enunciador estabelece que o teatro deve abandonar seu comportamento semi-profissional para se tornar uma atividade econômica integrada ao sistema produtivo, circulante, o que vale dizer, ao sabor do jogo do mercado.

Todavia, feita a escolha, não se pode esperar que a vontade dos homens opere as transformações desejadas, isto é, não é a História que guiará, com o jogo de suas forças, a mudança em direção à modernidade. Assim, introduz-se o acaso para realizar as aspirações dos interessados na vida artística ("o Teatro nacional"), aqui metaforizado por um herói mítico (Gênios do Bem e do Mal),

que, com sua dupla face de Juno acidental, pratica o mal provisório, o incêndio do teatro Carlos Gomes, para provocar um bem definitivo, o progresso. Somente um herói mítico é capaz de operar o saber-fazer necessário para romper com as barreiras da tradição.

O Teatro Carlos Gomes incendiou-se sem perda de uma só vida: quer dizer, atendeu aos rogos de uma mudança desejada, sem a necessidade de qualquer trágica violência, como se o incêndio fosse uma encenação em si mesma. Assim, a modernidade não se apresenta como força revolucionária, mas como resultado de uma reforma, enquadrada no ideal conservador de transição sem derramamento de sangue. A modernidade se inaugura suavemente, sem as dores de parto que as mudanças históricas em geral produzem.

O velho e inestético Carlos Gomes (6) deixa a cena como um personagem que gozava de uma individualidade grotesca, manifesto da tradição e do estatuto colonial, para se integrar a um majestoso arranha-céu, onde outras atividades econômicas serão operadas. Assim, no texto, o teatro ganha novo status, abandonando a condição semiprofissional do passado para se tornar um negócio racionalizado no interior da modernidade. O arranha-céu identifica o sujeito "organização americana", representante do modelo capitalista norte-americano, contrastante com o capitalismo de modelo europeu que então não se caracterizava pelos arranha-céus como equipamento-signo. Quando o texto foi produzido havia apenas oito anos que o Empire States Building havia sido construído.

Mas, se os proprietários dos velhos teatros estavam, no primeiro parágrafo, identificados com o passado, já no quarto, aparecem redimidos, isto é, os segmentos tradicionais não foram, verdadeiramente, alijados da reforma modernizante. Ao contrário, seriam "convertidos" às novas idéias, e propósitos, uma vez que eram postos na "preparação das massas" - que aqui significa argamassa - com que se reformariam os teatros. Mas, admitida a conversão, novas regras deveriam ser estritamente obedecidas: a construção deveria ser dirigida por uma qualidade de propósitos que converteria a empreitada em uma operação modernizadora. Os critérios de conforto, de rentabilidade econômica e atualização técnica, deveriam nortear a reforma, delineando claramente seu sentido modernizador e racionalizante. Por outro lado, a integração dos segmentos sociais tradicionais impediria a radicalização incontrolável das mudanças, apresentando a sua face inegavelmente conservadora. Se "os proprietários dos velhos teatros" deveriam se

mostrar "bastante inteligentes para não desprezarem os conselhos dos técnicos" no preparo desses projetos, também deveriam ser inteligentes para compreender as novas forças econômicas e sociais que se desenhavam, fundindo-se nelas, sem perder desnecessariamente o passo da História. Essa posição documenta a ascensão e consolidação da classe média no Brasil que, por essa época, advoga a modernização da economia e da sociedade. O texto explicita uma típica posição da classe média: a de querer reformas sem mudar essencialmente o quadro social, e sem alterar o esquema que dirigia o país.

Quanto ao poder público (Estado e governo), aqui simbolizado pelo "Sr. Inspetor de Águas", é posto a não intervir nas reformas. Devemos considerar que, em larga faixa diacrônica, o teatro vivia a apelar para a proteção do Estado, proteção

esta que incluía a construção de novas casas de espetáculo e a reconstrução das velhas. Assim, o texto estabelece uma associação inevitável entre "proprietários dos velhos e inestéticos teatros" e o Estado, postos agora na faina de construir o novo.

Seja como for, o imaginário tem como fator dominante a idéia coletivizante de que "todo velho teatro" deveria arder. Parece claro que o incêndio destruidor - e renovador - se impõe como uma sarça purificadora, quer dizer, admite-se a destruição da tradição e da memória de um tempo que se rejeita para a assunção de um novo tempo, sobre o qual se projeta uma História desejada.

O sentido renovação/morte apresenta-se tematizado por diversos aspectos eufóricos e

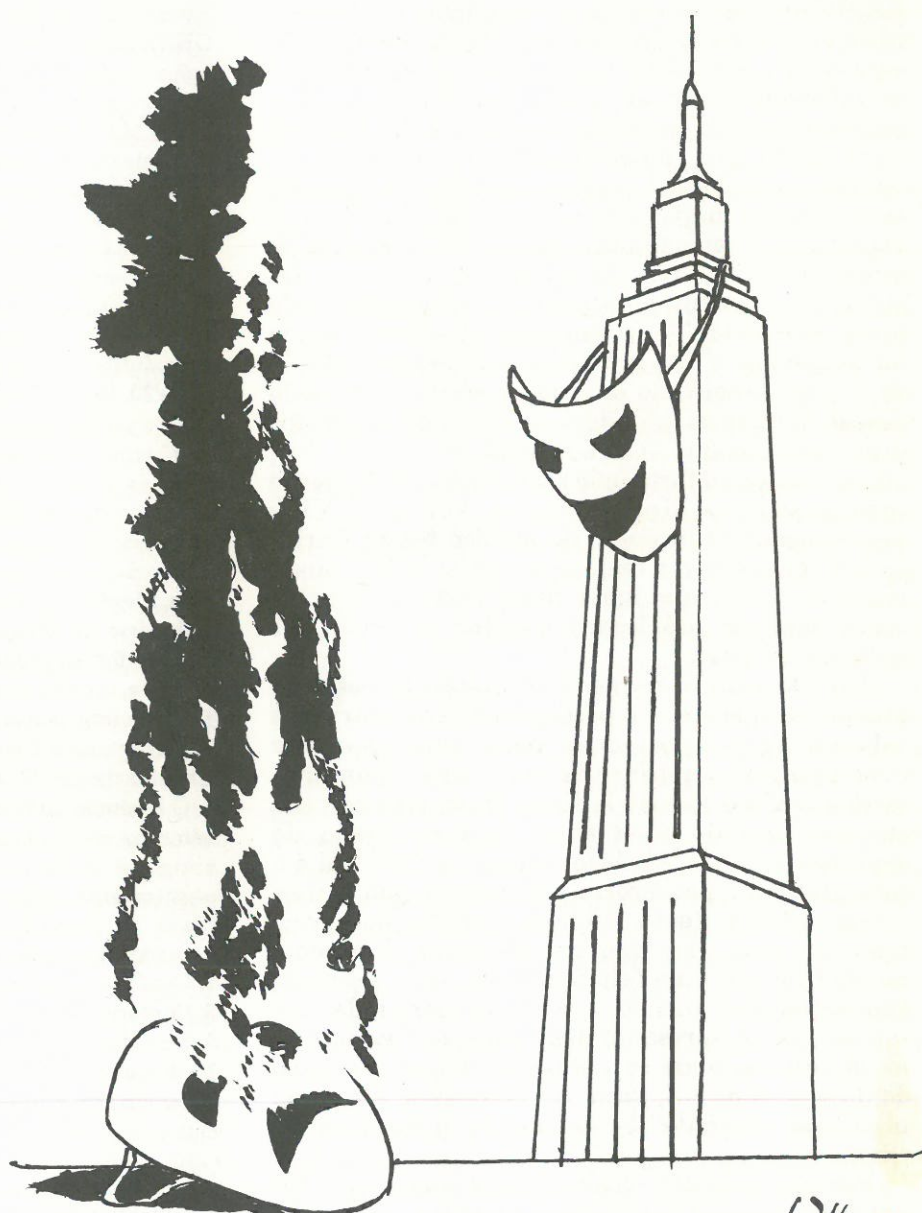
disfóricos: incêndio, velho, demolição, inestético, não-técnico, capitais nacionais, de um lado; de outro, capitais estrangeiros, organização americana, belo e amplo teatro, teatros estetizados e tecnicamente eficientes, integração econômica, novos profissionais com poder decisório como arquitetos e técnicos. Os velhos teatros, a memória do passado, estão relacionados como desejáveis à morte. À vida se reserva o novo teatro, a nova organização e o capitalismo. Não é à-toa que o novo teatro se introduz no interior do arranha-céu, símbolo fálico onde se fluidifica e se integra na matéria que produzirá o futuro. Assim, ao seu modo, o novo teatro também se põe a gerar a vida; o novo torna-se pai da modernidade. O texto evoca um modelo de modernização da produção, aquele que se efetivará por meio de uma aliança com os capitais externos. Vincula um tipo especial de modernização no qual outros segmentos sociais, além daqueles imediatamente situados, aparecem ocultados ou alienados, manifestando o desejo de manutenção

Os velhos teatros,
a memória do
passado, estão
relacionados
como desejáveis
à morte. À vida
se reserva o novo
teatro, a nova
organização e o
capitalismo.

estrita do controle da transição pelos personagens ativos citados.

Quanto à distribuição de afetos (7), os há explicitamente positivos, tais como capital estrangeiro, organização americana, teatro nacional, técnicos, beleza e inteligência; e negativos: velho, feio, tradicional, burrice, capitais nacionais, proprietários dos velhos teatros, etc. Mas o texto também admite metamorfoses que levam do sítio das repulsões ao das adesões, quando instalando a expectativa de uma mudança radical de papéis que certos sujeitos deveriam assumir. Tal é o que ocorre com a mudança de atitude dos "proprietários de velhos teatros / empresários nacionais", que, se antes estavam desinteressados em investir nesse ramo de atividade, logo depois eram reabilitados ao processo histórico, entregues à preparação da argamassa das reformas. É também possível reparar em certa flutuação dos afetos devido às solicitações retóricas da construção do texto: é como aparece o "sr. Inspetor de águas" no último parágrafo, colocado na fronteira do Bem e do Mal, capaz de fundir estas propriedades antagônicas. Também, nessa situação de metamorfose, podemos encontrar os "gênios do Bem e do Mal", operando no mesmo nível da categoria aludida. Na verdade, "gênios" e "inspetor" parecem ser momentos diferentes do mesmo sujeito, a medida que identificamos seus quadros de ação: o seu saber-fazer se entrelaça em 1) incendiando o Teatro Carlos Gomes, e em 2) deixando faltar água nas mangueiras, impedindo o debelamento do incêndio. Há uma marca de identidade entre eles, pois são o Bem, disfarçados de fazedores de um "mal que vem para o bem"; são gênios benéficos, pois não deixaram perder uma só vida no incêndio. A água das mangueiras é um "precioso líquido", importante para neutralizar o fogo destruidor (que é a morte), sendo, portanto, metáfora da vida. Esta distribuição irregular de afetos serve bem ao texto, pois a sua natureza é essencialmente ideológica e, parafraseando DUBY, a ideologia tem lugar para confirmar e consagrar, provocando uma deformação inevitável.

Se é verdade que toda narrativa consiste, de certa maneira, em uma performance, isto é, uma situação de efeito de comunicação (8), produzida para gerar satisfação no emissor/receptor, o texto, particularmente, nos remete, de maneira muito forte, em direção ao estabelecimento de uma mis-en-scène bem delineada, pois a tematização dominante é reivindicar vantagens para a classe teatral e incluir o teatro na vida moderna. Há, portanto, lembrando Deleuze, uma superposição de lugares, quer dizer, a teatralização do teatro, a presença de uma hiperterritorialidade, pois a narrativa-palco que se acha produzida foi construída com os referentes do próprio palco, as aspirações teatrais. Na verdade, o texto é uma "fala de classe", uma reivindicação de gente de teatro, claramente um co-texto de um autor e dirigente de



classe. Ele remexe em interesses sociais e econômicos, alude a forças coletivas que controlam a linguagem e a produção do discurso. Aliás, a grande curiosidade que há nesse texto é justamente porque ele se constrói utilizando imagens caleidoscópicas ao espelho, como num labirinto: já mencionamos acima que o texto é uma teatralização do teatro. Mas também ele se refere enfaticamente a um terceiro teatro do qual os outros dois derivam: a ordem social como um todo, teatro que compartilha papéis de personagens que são convocados a participar do palco de papel do texto. Como importantes referências subjacentes encontramos vagas alusões, fragmentos, que remetem a fatos que se localizam na intensa aspiração de mudança que se implanta no Brasil desde a abolição da escravidão em 1888.

A Abolição, logo seguida da Proclamação da República, instaurou a necessidade de modernização do país. "A questão da modernização expressava e fundamentava assim mudanças que se relacionavam à expansão das relações sociais capitalistas", diz Berenice Cavalcante. De fato, em certo momento, modernizar seria destruir ou ocultar o colonial, seria reformar a cidade, embelezá-la, higienizá-la, livrá-la das doenças endêmicas e epidêmicas. Ainda é Cavalcante(9) quem diz: "Cuidar da saúde do corpo social significava assim preservar a reprodução, vale dizer, sua vida. Ter vitalidade significaria então ter longevidade". As grandes obras de remodelação do Rio de Janeiro no começo do século, expressão dessas mudanças, atenderiam a dois eixos opostos e que se cruzam: 1) Tradicional (atraso) -> feio/ sujo -> doença. Morte (não reprodução); 2) Moderno (progresso) -> limpo/belo -> saúde. Vida (reprodução). O incêndio do arcaico teatro Carlos Gomes, ou melhor, o texto que a ele se refere, ainda vinha encontrar um lugar neste vasto referencial, construído em um tempo que lhe antecede por algumas décadas.

O texto vem co-narrar um intenso processo de mudanças cujo eixo é a passagem de uma estrutura colonial agro-exportadora para uma sociedade cosmopolita, sustentada por uma economia diversificada e industrializada. Esse eixo só pode ser esclarecido mediante uma profusão de aspirações, idéias, símbolos e marcas (10). Tal é o caso presente, que recorre a alguns - e não muitos - dispositivos dessa biblioteca entrópica para produzir uma narração completa em si mesma. Sendo também uma fala social de um personagem social identificado, o texto recupera e dá sentido ao que se apresenta desorganizado no conjunto da cultura, onde se apresenta disperso e cheio de duplos sentidos, para se converter em uma peça transparente de defesa de interesses de classe.

Por fim, o teatro, visto como um todo, não é o lugar apenas dos espetáculos restritos, vai muito além o seu espaço: é o novo lugar do país, aberto a novos personagens e papéis. A gente do teatro quer

o seu lugar e, evidentemente, não é na platéia.

NOTAS

1. As fontes consultadas foram as seguintes: Papéis impressos e manuscritos do Arquivo da SBAT; Anais do Congresso Artístico Teatral, de 1925; RUIZ, Roberto: Araci Cortes, Rio, Funarte, 1984; VENEZIANO, Neyde: O teatro de revista no Brasil, Campinas, ed Unicamp, 1991; PAIVA, Salvyano Cavalcanti de: Viva o rebolado: vida e morte do teatro de revistas brasileiro, Rio, Nova Fronteira, 1991; GONÇALVES, Augusto de F L: Dicionário histórico e literário do teatro no Brasil, Rio, Cátedra, 1979, 4 v.; BARRETO Filho, Mello: Onde o mundo se diverte..., Rio, Casa dos Artistas, 1940; CAVALCANTE, Berenice de O: Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Niterói, Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, pag 95 a 103; GENETTE, Gérard: Discurso da narrativa. Ensaio de método. Lisboa, Arcádia, 1979; LYOTARD, Jean-François: Des dispositifs pulsionnels. Paris, Christien Bourgos ed, 1979; MACLEAN, Mary: Narrative as performance. The Baudelairean experiments. Londres, Routledge, 1988; PINTO, Milton J: As marcas linguísticas da enunciação, Rio, UFRJ-ECO, mimeo, 1988; VERÓN, Eliseo: Quand lire c'est faire: enonciation dans le discours de la presse écrite. Semiotique II IREP, Paris, 1983; VERÓN, Eliseo: A produção de sentido, São Paulo, Cultrix-Usp, 1980; BENJAMIN, Walter: A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica, in Revista Civilização Brasileira, nº 19/20, Rio, maio-agosto de 1968, p. 251-283; TODOROV, Tzvetan: La description de la signification en littérature, in Communications nº 4, p. 33-39. DUBY, Georges: História social e ideologia das sociedades, in História: Novos problemas, Rio, F. Alves, 1988, p. 130-145.
2. A esse respeito, são elucidativas as informações dos memorialistas que trataram desse tema, tais como Jota Efege ou Bororó. Os Anais do congresso de 1925, o dicionário de Gonçalves e a Obra de Barreto Filho, op. cit., são fontes seguras de informação.
3. Paiva, op. cit., passim.
4. Fonte indispensável: os Anais, cit.
5. Importantes fontes são, particularmente, os Boletins mensais da SBAT entre os anos de 1924 e 1932.
6. O incêndio do teatro Carlos Gomes ocorreu em 1929. O leitor há de reparar que o tratamento do tempo nesse artigo é muito complexo, pois a texto exige, frequentemente, o tempo verbal no presente. Mas a ação se passa no passado. O texto, evidentemente, atualiza o passado no momento em que é examinado.
7. Conforme a terminologia de Lyotard, op. cit.
8. Conforme a terminologia de Maclean, op. cit.
9. Op. cit., p. 96.
10. Especialmente útil para esse aspecto da enunciação é o trabalho de Pinto, op. cit.

* É Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Uerj e Doutorando em História Social na USP

MUQUÉM

um centro de romaria no centro de Goiás

Zeny Rosendahl *

Pouco ou nada conhecido dos geógrafos e dos sociólogos interessados no estudo dos centros de romaria, o pequeno povoado do Muquém, no sertão goiano, constitui-se em local de importante romaria. Localizado a 45 km da cidade de Niquelândia, todos os anos, desde 1776, a partir do dia 15 de agosto, o povoado se transforma, durante dez dias, num movimentado centro de romaria, com romeiros procedentes de diversos lugares, inclusive de fora do território goiano.

Quais seriam as motivações religiosas e econômicas que transformam o pequeno povoado de 200 habitantes, que possui apenas uma capela e alguns casebres, em um núcleo cheio de vida, composto por barracas e de uma multidão de aproximadamente 60 mil romeiros?

Esses peregrinos se reúnem ali, todos os anos, nesta época, uns por devoção e para cumprir promessas, outros para fazer comércio, pois o Muquém, nesses dias, torna-se uma feira imensa, onde se compra, se vende e se permuta toda qualidade de mercadorias. Os rurriculas dos estados de Tocantins, Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão vão se prover de roupas, utensílios de cozinha, ferragens, etc. que compram dos comerciantes de Minas Gerais e São Paulo.

O acesso ao povoado de Muquém, partindo de Goiânia, é pela BR-153 - Belém-Brasília - em direção ao norte até Uruaçu. À direita da bifurcação de Uruaçu são 90 Km até Niquelândia, em estrada asfaltada. Daí ao povoado de Muquém, são mais 47 Km em estrada de barro.

Os festejos têm início com a saída da imagem de Nossa Senhora D'Abadia da Igreja de São José, em Niquelândia, para o Muquém. É conduzida em solene procissão a pé no dia cinco de agosto, após a missa das 16 horas. A chegada da imagem ao Muquém acontece às 7 horas do dia seguinte. Neste mesmo dia, seis de agosto, tem início a novena de Nossa Senhora, quando já estão instaladas as barracas do comércio ambulante e também as choupanas de palmeiras. O comércio é muito concorrido, desde o início do mês os vendedores se instalam no Muquém.

Os romeiros e comerciantes levantam suas barracas ao redor da igreja: são construções ligeiras,

de remoção fácil, feitas de palmeiras de buriti e babaçu.

Não há restrições quanto a confecção das barracas: a maioria é coberta de palha; em segundo lugar, aparecem as de lona, que são armadas obedecendo ao pendor artístico do seu dono. E, às vezes, são simples prolongamento do caminhão estacionado. São as barracas "moradia".

As barracas de comércio são instaladas próximo à Igreja, numa área ampla, destinada pelos padres ao comércio da festa; são dispostas como lojas, expondo suas mercadorias. Há açougue, farmácia, barbeiro, salão de beleza para mulheres, vendas de artigos domésticos, quinquilharias, vestuários de todos os tipos, calçados. Pode-se falar no próprio "Shopping Buriti".

Além das barracas "moradia", barracas "de comércio", há as barracas de lazer. As barracas "bares" funcionam com música sertaneja ao vivo, nas quais são montados palcos para apresentação noturna de grupos musicais. Elas são freqüentadas pelos jovens e são bastante animadas. Não se nota a presença de circos nem de parques de diversões, havendo pouquíssimas barracas de jogos de sorte.

O comércio não funciona a noite, predominando os bares, um ao lado do outro, reproduzindo bem a vida noturna das grandes cidades.

O espaço sagrado no povoado de Muquém está no alto da colina, que abriga a imagem na Igreja e, na parte externa, uma ampla área ao redor da Igreja.

Tal espaço é vivenciado com grande intensidade pelos romeiros, que demonstram um comportamento cheio de fé, piedade e devoção durante as atividades religiosas. Coincidindo com a parte mais baixa do terreno, o terreno destinado ao comércio e ao lazer apresenta uma espetacular mescla entre cerimônia religiosa e atividades profanas. A missa, a procissão e a festa da padroeira representam a marca do sagrado oficial. A dança e o lazer nas sociedades rurais, assim como as freqüentes bebedeiras e as brigas, testemunham o profano.

As romarias representam, de maneira clara, a dualidade durkheimiana. Nelas, as pessoas comuns se transformam, distinguindo o "excepcional" do "cotidiano". O sagrado e o profano coexistem, porém torna-se difícil distinguir os seus limites.

No Muquém, além do espaço, o tempo sagrado é marcado pelos dez dias de festas que ocorrem nesta época do ano no sertão goiano. A ida no Muquém

assume importância muito maior do que qualquer atividade do ciclo litúrgico local.

As romarias do século passado guardam bastante semelhança com as de hoje, pelas motivações religiosas e pelas motivações de ordem sócio-econômica.

Romarias e transações comerciais sempre foram atividades associativas no Muquém, desde o tempo do garimpo. Dos antigos povoamentos mineiros não se ouve falar mais, porém, o Muquém conserva, desde aquela época, suas características religiosas refletidas na economia, o que pode explicar sua permanência no tempo e no espaço.

É notável a comercialização do sagrado entre os políticos. Em 1990, no Muquém, diversos candidatos às eleições distribuíram "santinhos" contendo a imagem da Nossa Senhora D'Abadia com a oração e, no verso, o retrato do político, seu nome, número, partido político, etc, para serem levados como lembrança da romaria. Dessa forma, e mais uma vez, é imposto ao campesinato o poder político, que o marginaliza e perpetua sua posição de dominado.

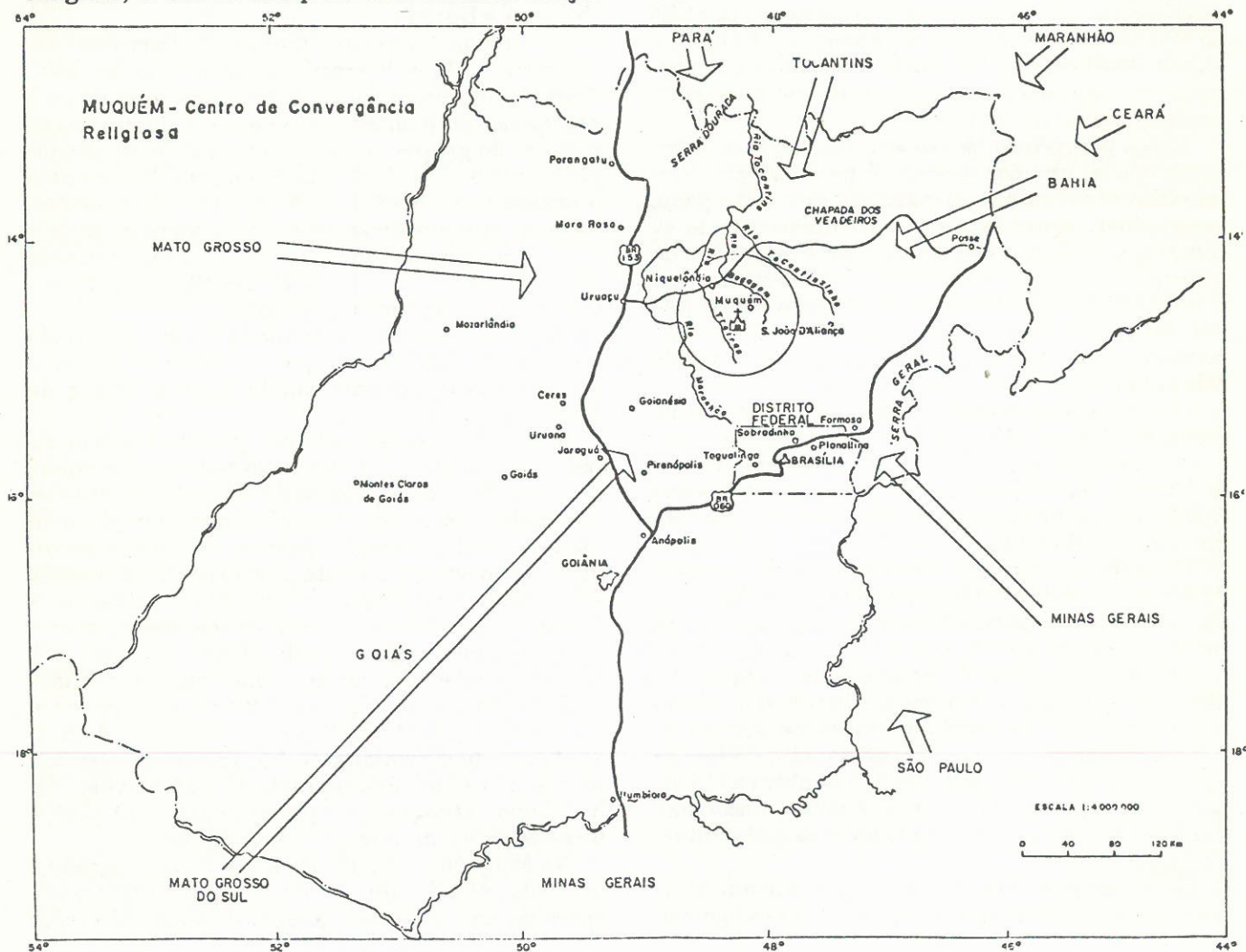
O espaço sagrado é re-criado a cada ano no Muquém. A presença da autoridade religiosa é aguardada para as confissões, batizados e procissão. Além desses acontecimentos de caráter sócio-religioso, a ida ao Muquém tem também função

apenas social: encontrar os comprades e demais parentes que moram em áreas afastadas. Registramos irmãos que só se encontram na festa do Muquém e assim reforçam a cada encontro os laços de solidariedade do grupo. Além das práticas de visita aos parentes, ocorrem recepções aos amigos e autoridades da região, tornando coeso o grupo da zona rural.

Na tentativa de esboçar uma tipologia do Santuário do Muquém, com as observações realizadas e em comparação com outros santuários estudados, pode-se distinguir características legitimadoras de um catolicismo rural tradicional, ligado também a uma tradicional atividade econômica: o comércio na feira.

Além do religioso, a necessidade dos contatos sociais e de trocar ou comprar bens de consumo que a feira lhes oferece, explica o espaço sagrado. Nestes dias, rurícola toma conhecimento dos modernos produtos industrializados das cidades e participa do "progresso" que não lhe seria revelado senão ali, dada a sua situação de isolamento e abandono no meio rural.

* É Professora do Instituto de Geociências - Uerj e Doutora em Geografia Humana pela FCLCH/USP



ENSAIO & ERRO

Internato Rural, Unidade Clínica de Adolescentes e Escritório Modelo de Advocacia. Três programas de extensão universitária. Três experiências diferentes. Diferentes em espaço e formas de inserção, objeto e finalidades. Estes programas reúnem o trabalho de professores, estudantes e funcionários da Uerj e, por vezes, até de fora dela, quando são estabelecidos convênios e intercâmbios profissionais com outras instituições.

Nesta edição, ADVIR publica o relato de estudantes sobre suas experiências nestes programas. Com liberdade e franqueza, eles falam de suas expectativas iniciais, vivências e também sobre as possibilidades e impossibilidades de um pretendido desenvolvimento teórico-prático que, segundo os depoimentos, não raro se viu obstaculizado, seja por entraves de ordem infra-estrutural (falta de transporte, irregularidade no pagamento das diárias dos coordenadores, etc) seja pela ausência de definições objetivas no que tange ao estabelecimento de uma política de extensão por parte da universidade, o que, em alguns casos, relega o desempenho destes programas à gerência do acaso, circunstanciada pelo interesse e dedicação das equipes de trabalho. ADVIR não propôs aos entrevistados um debate teórico acerca das questões que envolvem a extensão, muito embora o material obtido forneça elementos enriquecedores para uma futura discussão acerca do tema, à medida em que os relatos têm um caráter de depoimento e vêm, de baixo para cima, revelar facetas da convivência dos estudantes com a instituição UERJ e demonstrar que, também fora da sala de aula, eles têm muito a dizer.

Marcelo de Paula Féres, 23 anos - Medicina/UGF - Internato Rural

Quando entrei para o internato do Hospital de Ipanema, fiquei sabendo que o módulo de pediatria era o Internato Rural, eu nunca tinha ouvido falar. Estive lá de abril a junho deste ano (1992).

Quando eu fui pra lá, eu já sabia que a infra-estrutura era bancada pela Prefeitura de Itaocara. Fomos eu e mais dois, que também fazem Internato em Ipanema. Eu, Israel e Rodrigo. Nós fomos informados de que ficaríamos num apartamento de três quartos e um deles era suíte. Já estávamos brigando para ver

quem ficava com a suíte.

De repente, quando a gente chegou lá, ficamos os três num mesmo quarto, porque foi o quarto que sobrou, e só mais tarde, depois de muita briga, conseguimos um apartamento para a Medicina.

Chegamos lá, e não havia nenhuma informação sobre o que a gente iria fazer. Tivemos uma reunião com o Secretário Municipal de Saúde e ficamos sabendo que iríamos trabalhar nos postos de saúde das redondezas de Itaocara, não em Itaocara propriamente. Eram sete postos, cada um de nós ficou com dois postos, sendo que um dos postos ficou sem médico. Nós trabalhávamos de oito horas da manhã ao meio-dia.

O nosso caso era diferente dos outros. Nós não tínhamos preceptor. O nosso preceptor não se fez presente, e ele nunca ia lá. Quando ele ia era para os churrascos. Meu contato com o coordenador geral e o preceptor foi meramente social. O preceptor era preceptor de lazer. Nós não tivemos orientação acadêmica alguma. Inicialmente, quando nós tínhamos dúvidas, recorriamos ao secretário de saúde, que é médico. Mas, finalmente, desistimos, porque todas as orientações dele estavam erradas. A gente atendia sozinho, e, a rigor, não poderíamos atender sozinhos, porque estamos nos formando mas ainda não somos médicos. Nosso preceptor só ia lá para as festas. Em

certo sentido, foi até bom, porque nestas condições a gente aprendeu a ser autodidata. Mas eu nunca sabia se o que eu estava fazendo estava certo, já que não se contava com o exame laboratorial, que era feito fora e o resultado vinha muito tempo depois, quase sempre errado.

A população nos aceitou de bom grado. Sabiam que ainda não éramos médicos e, ainda assim, nos tratavam com as regalias de médico. A velhinha de oitenta anos, por exemplo, me tratava por senhor. Apesar de tudo, o Internato Rural é uma coisa necessária, já que é a única forma de a Secretaria Municipal de Saúde de Itaocara oferecer uma assistência que, de outra forma, ela não teria como oferecer. Além do que, é uma forma mais barata. Fica muito mais barato pagar um bando de estudantes que contratar trabalhos profissionais, mesmo bancando os churrascos que nos eram oferecidos pelo menos duas vezes por semana. É inacreditável! Então, por mais que eles tivessem despesas, saía mais barato que contratar profissionais liberais.

Eu me sentia como mão-de-obra barata. E mais: mão-de-obra não falante, porque nós fizemos várias reuniões, elaboramos inúmeras propostas para melhorar o atendimento e, em função da política da região, nada foi feito.

Nós éramos usados como joguete político. O Internato Rural é um joguete político. Não é à toa que a oposição local usava este argumento para diminuir a imagem do secretário de saúde. O "braço-direito" do secretário de saúde, por exemplo, era o responsável pela provisão material dos internos, alimentação, higiene, etc., e ele, com o dinheiro público, sustentava a nossa casa, os churrascos, a casa dele e a dos amigos, comprava o que ele queria e creditava na conta da secretaria municipal. Isso pra falar só do ambiente familiar, fora o que acontecia nos postos de saúde, roubo de medicamento, material, etc.

A parte boa é a convivência social, morar com outras pessoas. Eu, ao menos, nunca tinha vivido isso. É claro que têm os problemas dessa convivência. Tínha-

mos escala pra usar o banheiro, por exemplo. Mas eu cresci muito.

Eu aprendi muito sobre a relação médico-paciente. Por não ter tido preceptor, eu me tornei um autodidata, e isso se deve também ao fato de os médicos da região serem desatualizados, eles só praticavam o trivial simples.

Se me fosse dado algum tipo de poder para intervir na elaboração do Internato, eu mudaria tudo. Eu acho que o problema básico não é a saúde, é mesmo um problema de educação. É preciso mudar os conceitos de atendimento ao público. É preciso maior rigor teórico e ético.

Claumir Cardoso, 24 anos - Odontologia/Uerj - Internato Rural

Minhas expectativas iniciais foram acompanhadas de muita dúvida, mas, conforme o tempo foi passando, percebi que contava com o apoio de outras pessoas.

Nós íamos todos os dias para os postos de saúde. Havia problemas com as atendentes, mas foram superados. Havia também falta de material e recursos humanos. Em geral, as coisas correram bem.

A população gostava do nosso trabalho. Diziam que a gente era mais paciente que os profissionais da região. Além disso, eles já estavam acostumados com a odontologia. A minha turma foi a décima-primeira.

A teoria aprendida em sala de aula me serviu bastante. É claro que certas coisas não coincidem, mas era sempre na teoria que íamos buscar as respostas finais.

Nossa orientação foi excelente. Ela esteve sempre presente.

No que se refere à política local, apesar de eu não me envolver muito, ocorreram alguns probleminhas. Uma vez chegaram a me pedir que durante o tratamento eu "fizesse a cabeça" dos pacientes. Eu não me lembro o nome da pessoa, mas era um sujeito da Escola João Brasil, onde eu fiz atendimento. O Secretário de Saúde não. Ele nunca me fez um pedido dessa forma. Ele até dizia que a Odontologia era a "menina dos olhos" do Internato e que isso

lhe rendia votos, mas isso ele dizia na presença da nossa orientadora. O assessor dele é que nos trouxe problemas. Esse assessor era o encarregado, entre outras coisas, de prover nosso alojamento e o que ocorria é que ele ou não fazia as compras ou fazia pra nós, pra ele e para os amigos dele.

Para o meu futuro desempenho profissional, a experiência do Internato foi fundamental, porque eu tive a oportunidade de viver profissionalmente a Odontologia antes mesmo de me formar. Os dentistas da região é que, talvez por temerem a concorrência, não eram nem um pouco solícitos e alguns mal nos comprimentavam. Acho que o Internato deveria ser obrigatório, pelo menos para a Odontologia. Acho também que o nosso tempo de permanência lá deveria ser maior, para terminarmos o que começou.

A nossa relação com os internos das outras áreas era muito bom, nós fazíamos reuniões, discutíamos os problemas e convivíamos muito bem. Foi uma experiência extremamente válida.

Adriana Vasconcellos, 21 anos, e Lucienne da Rocha, 21 anos - Faculdade de Serviço Social / Uerj - Internato Rural

A primeira vez que fomos à Itaocara, duvidamos até que o lugar existisse no mapa, mas fomos com muita vontade de desvendar o meio rural. A proposta das nossas orientadoras, Cláudia Gonçalves e Mione Apolinário, era a de fazermos um mapeamento sócio-político da região. Como foi a primeira intervenção da Faculdade de Serviço Social no programa de Internato Rural e, portanto, nós fomos as primeiras estudantes a irmos pra lá, ficamos conhecidas na Faculdade como as "Indiana Jones" de Itaocara. Como não havia demanda nos postos para o Serviço Social, nós íamos até à casa das pessoas pra fazer o nosso trabalho, e isso a gente fazia a cavalo, de bicicleta, a pé... Apesar das dificuldades, a nossa formação teórica nos ajudou muito a analisar aquela realidade. Conseguimos fazer um "gancho" entre teoria e prática, porque também

a prática nos ajudou a criticar o material teórico estudado durante o curso. Os nossos problemas de orientação tinham fundamentalmente a ver com as condições infra-estruturais oferecidas pela Uerj. Por várias vezes a viagem das nossas orientadoras foi desmarcada porque a burocracia emperrava e o documento sumia, porque o motorista não tinha sido avisado, porque não tinha gasolina, e assim por diante. Nessas condições, nós chegamos a ficar semanas sem orientação. E quando nós tínhamos contato com as nossas orientadoras, o tempo disponível era insuficiente frente às necessidades que nós tínhamos. Era tudo muito exaustivo, porque nós tínhamos que aproveitar ao máximo o pouco tempo de orientação e então a gente ficava até dez, onze horas da noite trabalhando. Além do que, transferir verbalmente a experiência vivida era muito difícil e nós tivemos discordâncias no momento de avaliar o que tinha sido observado.

De alguma forma, nós tínhamos a consciência da responsabilidade de estarmos abrindo caminho para o Serviço Social no Internato e, por isso, tanto nós não poderíamos aceitar qualquer condição de trabalho, alojamento, etc como também precisávamos nos dedicar para oferecer o melhor de nós, para apresentar o Serviço Social, já que as pessoas das outras áreas, as autoridades do Internato e a própria população não entendiam muito bem qual era a nossa função ali. Foi um processo muito difícil, muito sofrido, cheio de dúvidas.

Nós consideramos que o Internato, com todos os problemas que ele tem, oferece à população um atendimento que, antes dele, ela não tinha. Nós sentimos que há uma certa resistência por parte da população, em função da rotatividade dos estagiários, porque, quando eles começam a se habituar a um certo tipo de atendimento, muda o quadro e, então, eles têm que se reacostumar a uma nova forma e as turmas que chegam têm que reconquistar o vínculo.

Nossa experiência foi muito válida, nós aproveitamos aquele espaço para informar a população

sobre os seus direitos, nós insistimos muito na questão do exame preventivo, do planejamento familiar, porque eram assuntos desconhecidos. Foi um trabalho educativo. Nós apostamos na teoria do espaço contraditório, porque se, por um lado, o Internato era uma estratégia "eleitoreira", por outro, havia a possibilidade de incentivarmos a população ao exercício da cidadania.

Gilberto Kac, 22 anos - Nutrição/UERJ - Internato Rural

Desde o início, eu me entusiasmei muito pelo Internato Rural, porque eu sempre me interessei por saúde pública e me falavam muito bem do programa, pela liberdade de atuação, pelas respostas obtidas no trabalho feito. Então, seis meses antes, eu só pensava em ir pra lá. Eu tinha grandes expectativas e elas foram completamente correspondidas. Lá, eu trabalhei em um posto de Saúde, dando orientação nutricional. Trabalhei também com a campanha de vacinação, que se realizava quinzenalmente e foi uma estratégia de trabalho encontrada pela própria coordenadora, que já estava em prática desde o grupo anterior ao meu. A implantação do cartão da criança era uma forma de captar demanda e poder fazer o diagnóstico da situação nutricional das crianças. No atendimento diário no posto de saúde aparecia de tudo: tratamento de obesidade, hipertensão, diabetes, crianças desnutridas, com diarreia... Esse era o trabalho pela manhã.

Eu saí do Rio de Janeiro com a idéia de aproveitar ao máximo aquele tempo. Assim, eu trabalhava pela manhã e depois dedicava meu tempo para estudar com o objetivo de desenvolver um projeto de pesquisa, exatamente sobre a implantação do cartão da criança, que é uma experiência ímpar, também pelo fato de ter sido implantada por estudantes. Inclusive, nós enviamos o trabalho ao Congresso Brasileiro de Nutrição e ele foi aprovado e vai ser apresentado. Desenvolvi também uma pesquisa sobre as condições do aleitamento materno naquela região. Eu me interessei

por isso porque, no dia-a-dia, era possível observar muitos casos de desmame precoce, de crianças com menos de dois meses que já não eram providas de leite materno, o prazo mínimo de seis meses não era respeitado.

Nós tivemos também experiência com o trabalho de atendimento a crianças carentes em creches. Toda a experiência que tivemos foi extremamente válida.

O trabalho de acompanhamento da nossa orientadora foi excelente e os problemas que tivemos ocorriam apenas em função da precariedade infra-estrutural da Uerj. Quando tinha motorista, não tinha carro. Quando tinha carro não tinha gasolina e assim por diante.

No que diz respeito a um possível uso político do nosso trabalho, eu acredito que ele acontecia à medida em que nós éramos uma espécie de vitrine e o Programa de Saúde Rural era, claramente, uma forma de angariar votos, já que não se percebia, por parte de nenhuma das autoridades envolvidas, um interesse real pela questão da saúde.

Márcio Costa, 24 anos - Enfermagem/UERJ - Unidade Clínica de Adolescentes

Inicialmente, meu trabalho era mais administrativo. Depois, eu passei à prestação de assistência no CIEP Salvador Allende, no Parque de Vila Izabel e no Morro dos Macacos, que são áreas geográficas de atuação do projeto MAISA II. Eu imaginava uma determinada situação e a realidade que encontrei foi bastante diferente. As necessidades daquela comunidade eram muito mais primárias e urgentes do que imaginávamos. A Faculdade de Enfermagem tem um interesse muito grande em criar campos alternativos de treinamento para os discentes e isso se processa na prestação de assistência junto à comunidade, porque ela acredita na eficácia de um trabalho preventivo, só que esse tipo de trabalho só apresenta resultados a longo prazo e, como eu já disse, as pessoas nos procuravam com necessidades muito urgentes de resolução. Fica

patente que uma coisa é a teoria aprendida e outra é a realidade que encontramos. A primeira idéia era fazer o cadastramento dos escolares para encaminhamento à Unidade Clínica de Adolescentes, conforme cada caso. Nós faríamos também a vacinação das crianças, etapa que infelizmente eu não acompanhei porque não pude continuar no projeto. Mas, apesar de todos os problemas, eu considero que a extensão é fundamental, uma oportunidade indispensável à experiência de um futuro profissional, já que lidamos previamente, ainda como estudante, com uma realidade que é a que se vai encontrar depois. Depois de um certo tempo de atuação, nós percebemos que teríamos que fazer uma série de ajustes. Tivemos, por exemplo, que fazer adequação de linguagem para nos relacionarmos com aquela clientela, que era formada basicamente por escolares entre 7 e 18 anos. O fato de eu ser negro era um elemento de aproximação com aquela comunidade, tendo em vista que ela é formada basicamente por negros. De alguma forma, eu era um exemplo para eles, a minha figura significava uma possibilidade de ascensão social e eles se identificavam comigo. Isto foi minha experiência mais positiva, enquanto que, para alguns, o processo chegou às raias do trauma. Uma colega, por exemplo, ficou tão apavorada com o ambiente do morro que ligou para a Uerj pedindo que mandassem um carro para buscá-la, e como o carro não chegou, ela convocou a própria família para tirá-la da favela, porque ela ficou assustadíssima com o fato de ter que sair de lá sozinha. Quanto a mim, os obstáculos encontrados ficaram por conta da burocracia da Uerj: a bolsa que só era paga meses depois da data prevista porque acontecia não sei o quê com os documentos e outros inconvenientes do gênero, isso sim me assustava!

Júlio Aiello, 23 anos e Fernanda Costa, 31 anos - Direito/Uerj - Escritório Modelo de Advocacia

O estágio no Escritório Modelo

já é um início de profissão, embora estejamos sob a supervisão dos orientadores.

A nossa experiência no Escritório Modelo é importante porque ela proporciona um contato muito próximo com a realidade da profissão, a partir do acompanhamento de processos em diferentes áreas. O estágio no Escritório Modelo não é obrigatório. Os estudantes que optam por ele trabalham por quatro períodos, em um rodízio por área. Lá, nos é dada a oportunidade de encaminhar e fazer o acompanhamento de questões de direito comercial, de família, etc. É possível ver em dinâmica aquilo que nós aprendemos em sala de aula. Obviamente, todo esse trabalho é acompanhado pelos coordenadores, que nos ajudam a interpretar e compreender quais são os caminhos de cada caso, das questões mais simples às mais complexas, e isso é fundamental para que nós não prejudiquemos com o nosso aprendizado à clientela atendida. Quem faz apenas o Bacharelado, sem ter passado pelo Escritório Modelo, fica muito limitado porque o estágio oferece segurança profissional. Além do mais, no Escritório Modelo nós realmente temos um estágio de fato e uma das poucas oportunidades de contato com matérias de direito social, que é um trabalho que se assemelha à defensoria pública, e isto raramente acontece quando se faz opção por um escritório particular, onde, além de nós só termos contato com o direito institucional, ainda nos tornamos boys de luxo e dificilmente nos dão a oportunidade de uma experiência real e produtiva com a profissão. No entanto, há problemas. Há discrepâncias entre a teoria e a prática. Nós só temos contato com a área de família no nono período, e o estágio começa no sétimo. Aí fica difícil orientar processos nesta área. Mesmo na área criminal é complicado, porque nós estudamos direito penal material e não estudamos processo penal, então é impossível aplicar o direito penal às situações concretas. Talvez fosse o caso de protelar o estágio para o momento do curso em que nós estivéssemos

mais instrumentalizados teoricamente. Mas esta é uma questão polêmica, porque, se por um lado é importante começar o estágio o quanto antes, por outro, não dá para ficar só experimentando. Quanto à clientela que procura o Escritório Modelo, ela é variada. O único critério de seleção para o atendimento é o econômico: a pessoa deve ter um rendimento de até três salários e só abrimos exceção se o cliente conseguir provar que tem despesas excessivas. Esta triagem é feita pelos estagiários. Claro que a maioria da clientela vem por dificuldades econômicas, mas tem gente que vem porque acredita em nosso trabalho, porque alguém indicou ou porque ela mesma já teve experiências anteriores positivas. Não há preconceito pelo fato de nós sermos estagiários. A nossa dificuldade com a clientela é que ela quer resultados rápidos, eles acreditam que você vai resolver tudo para o dia seguinte. E isso obviamente é impossível, entre outras coisas, porque a demanda é muito superior à capacidade do Escritório, então funcionários e orientadores ficam sobrecarregados. Além disso, muitas vezes em função da classe social de que são oriundos os nossos clientes, eles têm dificuldades para entender a complexidade dos trâmites burocráticos dos processos, são pouco cuidadosos com os documentos, tudo isso dificulta o nosso trabalho. Apesar de tudo, a experiência com o estágio é indispensável.

Nota da Redação:

A edição dos depoimentos constantes desta matéria foi formalmente aprovada, antes de sua publicação, por todas as pessoas entrevistadas, sem exceção. Todo o material utilizado na confecção da mesma - inclusive as fitas cassete e as declarações de permissão para publicação dos depoimentos - encontra-se nos arquivos da Editoria da Revista e poderá, sob solicitação prévia, ser consultada.

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO

Maria Thereza Cândido Gomes
de Menezes *

Este texto foi elaborado por ocasião do I Fórum de Estágio e Extensão realizado pela Faculdade de Serviço Social, em outubro de 1992, no qual foi possível, através da participação das sub-Reitorias de Graduação e Assuntos Comunitários, de outras Faculdades da UERJ e das Escolas de Serviço Social públicas do Rio de Janeiro (UFF e UFRJ), a troca de experiências sobre o tema Estágio e Extensão. Iniciativa que merece ser enaltecida, pois introduz no debate um tema e uma prática aparentemente consagrados, mas que carregam na sua trajetória histórica uma boa carga de conteúdo polêmico e ambíguo desde a sua gênese.

Neste sentido, a minha colaboração foi a de tentar esboçar algumas linhas que propiciem a reflexão presente e futura de uma problematização que envolve conceitos e práticas.

Assim, o ponto de partida foi a leitura de diversos e diferentes tipos de produção, mais ou menos recentes, que cobrem dos meados ao final da década de 1980. Estes trabalhos discutem as perspectivas e a formalização da extensão universitária. A primeira impressão dada pela produção citada é de decepção, em particular, se contextualizarmos a década em que foi produzida. O que me fez pensar, junto com Roberto Schwarz, quando avalia o desempenho político dos intelectuais na transição democrática, que, a despeito do atual momento conjuntural, fruto de uma luta travada pela sociedade brasileira que gerou a objetivação - ainda que mais ou menos formal do Estado de Direito -, não só "o Bra-

sil revelado pela abertura é mais conservador do que o esperado", como "graças à ilusão de ótica criada pela ditadura, a inteligência custou (e custa) a perceber que a sua inserção social e seu pensamento são menos oposicionista do que pareciam"¹ e parecem.

No entanto, seria no mínimo injusta, nesta breve apreciação, se omitisse o empenho das universidades públicas, expressado pelos seus diferentes segmentos no período assinalado, em assumir como sua a tarefa de "transformar a sociedade" através do compromisso social, da socialização do saber e da restauração da cidadania e da democracia. Contudo, não é questionada, de modo categórico, a tática da exclusão montada nos "Anos de Chumbo" da ditadura militar, que deu à extensão uma conotação "moderna", conceituada como a "terceira função" - agregando-a às "funções clássicas" concebidas como neutras (ensino e pesquisa), o braço ideológico, bem ao estilo das exigências da época. A saída encontrada, posteriormente, não ultrapassou os marcos dos reajustes formais/institucionais.

Através de encontros, minutas, resoluções etc., foram operadas as adaptações bem intencionadas, onde o engajamento e o compromisso da universidade foi transmitido por uma retórica de feição teórica fundada no ecletismo e no idealismo, que, simultaneamente, conjuga transformação social com adequação; realimentação com dialética. Substituindo - e não mais que isso - as expressões que explicitavam o conservadorismo teórico-prático embutido nos termos "sistema" e "subsistema" por "processo"; "mudança social" por "transformação social"; "função renovadora" por "praxis"; "integração" por "articulação", dentre outras. Manobra

que, no limite, absorve o viés organicista de "somar funções" por "mudar funções". O ponto de contato do "tripé" se traveste de ideológico para político, revigora-se gradualmente o símbolo do tripé, agora encorpado em "ponte", para a posterior "via de mão-dupla".

Em síntese, elabora-se uma estratégia simples - porém perigosa - que se restringe a sair de uma posição iluminista strictu sensu para uma posição idealista lato sensu. Não cabe aqui pormenorizar outras constatações de mesmo teor reformista comportada e cheia de maneirismos táticos identificados nos textos.

Se é verdade que o I Fórum pode ser um espaço para aprofundar reflexões, possibilitar a exposição de idéias e concepções plurais, não é estranho, resguardadas as possíveis arbitrariedades de transplante histórico, trazer uma observação que Lúkács faz sobre a crise do comunismo² para pensar os nossos dilemas contemporâneos: 'na raiz de nossa crise existe uma modalidade de oportunismo que é, talvez, a mais grave das deformações que nos deixou Stálin: o taticismo. Ao invés de utilizarmos os princípios teóricos gerais do marxismo para criticar e corrigir a ação prática, subordinamo-los mecanicamente, a cada passo, às necessidades imediatas, as exigências momentâneas de nossa atividade política. Com isso, renunciamos a uma das conquistas fundamentais da perspectiva marxista: a unidade de teoria e prática. A teoria fica reduzida à condição de escrava da prática e a prática perde sua profundidade revolucionária. Os efeitos de semelhante situação são catastróficos.'³

Esta é mais uma possibilidade teórico-prática que implica em

não ter o capitalismo como limite teórico, e esta tarefa histórica de projetar uma outra sociedade não compete só à universidade, muito embora não a exima de se posicionar.

Concretamente, no curso do processo de reconceituação, a extensão renovou não só conceitos mas também algumas práticas tradicionais que antes atendiam ao clientelismo de segmentos políticos localistas com objetivos particularistas. Aproximou a universidade das organizações políticas (sindicatos, associações de moradores etc.) da sociedade civil, anteriormente só pensadas como objetos de estudo. Politizou, através de programas e projetos de intervenção, cursos que tradicionalmente não tinham experiências práticas com os problemas sociais que atormentam a maioria. Democratizou serviços que estavam destinados a pequenas frações de classes sociais.

Com certeza, num balanço mais rigoroso, os exemplos se ampliariam. Porém, na sua essência, preservados alguns enfoques diferentes apenas semanticamente, pelo menos no que se refere ao material a que tive acesso, os conteúdos da reformulação e do redirecionamento da extensão não apresentam diferenças de fundo entre as universidades públicas.⁴

Assim, a crítica que venho construindo me faz constatar que a direção política do compromisso com a sociedade seria efetivada exclusivamente a partir de uma concepção formulada no plano das "vitórias técnicas" combinada com discurso crítico, felizmente sem esquecer o sonho e a realidade, como diz um trecho de uma minuta da UERJ de maio de 1988: "a extensão deve trazer à mesa cotidiana da Universidade o cardápio das utopias"⁵ -aquelas, as vitórias técnicas, entendidas como "aperfeiçoamento das componentes que consubstanciam"⁶ o todo, "isto é, alterações que não firam a sua essência, já que se trata tão somente de ir progressivamente racionalizando todas as áreas e setores do sistema. Entendendo, então, que, a partir dela, toda mudança positiva só possa

ser aprimoramento (e qualquer outra por negar o sistema, é necessariamente negativa), tudo se resume, pois, a graus de racionalização, a remodelações intra-sistêmicas (...)."⁷ Aqui caberia uma pergunta: seria a utopia uma outra sociedade?

Portanto, ao pensar os projetos de extensão idealizados pelas universidades públicas, percebo que, no afã de nos posicionarmos sobre os temas e questões que maltratam e, por isso, destroçam a sociedade brasileira como um todo e, em particular, as classes trabalhadoras, a infância e a adolescência, e as pressões que

Em síntese,
elabora-se uma
estratégia simples
- porém perigosa -
que se restringe a
sair de uma
posição iluminista
strictu sensu para
uma posição
idealista lato
sensu.

esta realidade introduz na especificidade reflexiva da universidade, somos flagrados no espanto de decidirmos entre a realidade e a fantasia.

No plano da fantasia, o nosso know how é mais denso. Mas, para muitos de nós (aqui estou falando dos intelectuais com tradição e inserção política nas causas das classes trabalhadoras e populares), essa fantasia provocou, e provoca, um substantivo mal-estar. No entanto, não é fácil ferir mortalmente este mundo mágico. Tanto é que as linhas de pesquisa mais prestigiadas, de um modo geral, abordam temas e problematizações metafísicos e etéreos, ou que estejam obrigatoriamente articulados a interesses

muito distantes de nossas necessidades sociais, tecnológicas e científicas (aqui cabe a observação de que não se trata da defesa de uma pesquisa com características endogenistas, até porque seria impossível. Mas, ao mesmo tempo, ela não é excludente da pesquisa científica e tecnológica desenvolvida planetariamente), bem ao estilo do que nos impõe a marca da subordinação econômica, social, política e cultural. Ou seja, da forma como caracteriza Florestan Fernandes: "a nossa participação nas correntes da cultura é vicária. A nossa realização seria a imagem do 'outro' (...)."⁸ E, assim, "o governo retrata (...) essa posição: se ajoelha perante o poder da Europa e dos EUA. Mas difunde um altissonante 'tudo pela ciência, pela tecnologia de ponta e pela educação de qualidade'. De fato, sacrifica todos esses valores à vaidade de perceber o que não é, investindo a riqueza pública de modo clientelista, perdulário e irracional."⁹ Não obstante, a história armada com seus fenômenos objetivos causa abalos, ainda que sutis, na fantasia. E se impõe, com seus dados concretos, ao conjunto das universidades; empurrando a fantasia para a sua devida dimensão.

Um exemplo é suficiente: "o Brasil tem 31 milhões de crianças e jovens em idade escolar. Nas atuais condições de ensino básico no país, 4 milhões destes jamais entrarão em uma escola; 17 não concluirão as 4 primeiras séries; outros 5 não terminarão o primeiro grau; mais 2 não terminarão o segundo grau. Apenas 3 concluirão o segundo grau e seriam aceitos em uma universidade sem vestibular."¹⁰

E aí as minhas reflexões preliminares, para pensar a extensão, ficam muito aquém da "transformação social", e por isso polêmicas em vários sentidos. Por exemplo: tenho muitas dúvidas da abertura indiscriminada e sem critérios mais delimitados para o ingresso na universidade pública em nome de uma democratização, em abstrato, do ensino superior. Porque acredito que isso "não

mudará esta realidade social".¹¹ Uma provável rotulação de elitismo por causa desta minha posição me faz reafirmar que "o elitismo específico da universidade não está em que poucos jovens entram, mas no fato de que poucos habitantes deste país têm acesso aos serviços e ao saber dos que dela saem. Não é necessário que todos tenham filhos médicos, o importante é que todos tenham acesso aos médicos que a universidade forma, e que eles sejam competentes e comprometidos com a saúde da população (...)." ¹²

Como fazer isso? Será que partir a universidade em três pedaços, unidos exclusivamente no plano da retórica e da vontade política, seria suficiente para caracterizar ações e compromissos? Que atribuições efetivas e singulares tem a universidade na ordem burguesa "periférica: prestar serviços, assessorar movimentos sociais, promover seminários, encontros, atividades artísticas e culturais? Impulsionar um aprendizado prático competente com vistas ao mercado de trabalho, incentivar renovações nos campos de estágio? Promover cursos? Essas são tarefas óbvias que merecem discussão permanente, mas, para além da sua mera rotinização, o compromisso político que temos é mantê-la acesa, embora sob uma ótica crítica e de avaliação permanente, para retirar essas atividades da esfera de uma reprodução mecânica.

No entanto, isso ainda é pouco. A ultrapassagem dessas dimensões e atividades cotidianas, ainda que recriadas a partir de nossas práticas acadêmicas, necessitam, no mínimo, superar as ilusões que vêm montando um universo fantasioso e fantasmagórico porque pleno, exclusivamente, de abstratividade inóqua e paralisante. Concepção banalizada em nome e em devoção a uma pós-modernidade estrangeira que nos é estranha, orientação ideológica surrada que, ao contrário de nos possibilitar o desmascaramento e a desmontagem das velhas práticas cultivadas no mimetismo cultural engendrado na tradição colonial,

coloca-nos numa situação de clones do debate contemporâneo internacional sobre a Universidade.

Fugir dos modismos, que hoje alimentam o pensamento e a produção da comunidade acadêmica brasileira, para internalizar o verdadeiro comprometimento com uma nova sociedade e, portanto, poder dizer, sem medo de retrocessos, que esta conquista (a despeito dos inimigos da emancipação humana) pode se redefinir na medida em que o projeto político-filosófico e social da Universidade opte não por uma renovação pura e simples de categorias que se inscrevem numa mesma concepção de sociedade, mas sim por uma perspectiva que privilegie "o governo do trabalho e o desgoverno do capital."¹³

BIBLIOGRAFIA:

- A Universidade e as Perspectivas dos Anos 90. São Luís, Universidade Federal do Maranhão.
- MINUTA/UERJ. Extensão: realidade e compromisso. Rio, Maio/1988.
- CASTRO, Carlos Eduardo de Ataíde. A Prestação de Serviços na UFMG. In: Analysis, UFMG.
- RESOLUÇÃO/88 - CEPE: Disposição sobre Normas Gerais para a Extensão Universitária na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 1988.
- Prestígio e Confiança Marcam a Posse de Hésio Cordeiro. In: UERJ em Questão, Ano IV, Março/1992, Rio, pp. 4-5.
- CORDEIRO, Hésio. Mensagem de Abertura do Seminário de Desenvolvimento da UERJ. Rio, 1992.
- PROGRAMA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS, Rio, UERJ, 1992.
- VÁRIOS, Temas de Ciências Humanas. São Paulo, Ed. Grijaldo, No 1, 1977. No 4, 1978.
- I, II, III ENCONTRO NACIONAL PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS 1987-1989: Documentos Finais, Compilação, Florianópolis, 1990.
- ROCHA, Ronai Pires da. Organização Universitária e Ensino de Gra-

duação. Santa Maria, MEC/UFMS/PADES, 1989.

NOTAS

- 0 Documentos finais, síntese dos I, II e III Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 1987-89, publicada em 1990. Bem como resoluções, minutas, relatórios, programas e projetos de várias universidades públicas: federais e estaduais. Além de outros textos que estão incluídos na bibliografia no final deste paper. É oportuno advertir que este material não foi resultado de um amplo levantamento bibliográfico, mas representa uma significativa corrente do pensamento das principais universidades públicas.
- 1 SCHWARZ, R. "A Questão da Cultura" in: Lua Nova, Jan/Mar, 1985, p. 27.
- 2 Entrevista dada a Leandro Konder em 1969.
- 3 LUKÁCS, György. Temas de Ciências Humanas, no 4, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978, p. 20.
- 4 Uma exceção feita ao trabalho de Ronai Pires da Rocha, Organização Universitária e Ensino de Graduação, pois a crítica do autor se concentra na interlocução com os segmentos progressistas da universidade, colidindo frontalmente com a minha apreciação.
- 5 UERJ, Minuta Extensão: realidade e compromisso, maio/1988, p. 8, [sem assinatura].
- 6 CHASIN, José. Sobre o Conceito de Totalitarismo. In: Temas de Ciências Humanas, no 1, São Paulo, Ed. Grijaldo, 1977.
- 7 Idem, p. 129.
8. FERNANDES, Florestan. A Transição Prolongada: o período pós-constitucional. São Paulo, Ed. Cortez, 1990, p. 207.
- 9 Idem, p. 207.
- 10 BUARQUE, Cristovan. Elitismo Comprometido. In: Jornal do Brasil, 5/06/1992.
- 11 Idem.
- 12 Idem.
- 13 CHASIN, José. Poder, Política e Representação (três supostos e uma hipótese constituinte). In: Ensaio. Nos 15/16, São Paulo, Ed. Ensaio, 1986.

* É Professora da Faculdade de Serviço Social - Uerj e Mestre em Serviço Social pela UFRJ

"A HISTÓRIA SEM FIM - I"

o suporte da informática nas atividades de pesquisa na universidade

Elisabeth Santos da Silveira *

AInformática vem se caracterizando como uma ciência abrangente, com grande potencial de transformação do ambiente e do comportamento humano e tem tido, através do computador, grande difusão. Tal ferramenta constitui, hoje, um meio eficaz para o desenvolvimento de qualquer atividade de produção de conhecimento e para a agilização dos processos nela envolvidos.

Com o surgimento dos recursos de hardware com mais potencialidade e de softwares com linguagens mais amigáveis, a utilização do computador, nas instituições de pesquisa, ampliou-se consideravelmente, sendo o seu uso estendido a um diverso conjunto de aplicações. Intensificou-se, ainda, a tendência para a otimização da coleta e da seleção de informações, através da implantação de redes gerenciadas por computadores de grande porte e interligadas com recursos da telecomunicações. Estas redes possibilitam ao usuário compartilhar e usufruir do conhecimento produzido pela comunidade científica, sem, entretanto, abdicar de sua identidade e autonomia. Os exemplos mais conhecidos destas redes são a BITNET e a INTERNET, que interligam Universidades e instituições de pesquisa nos quatro continentes.

Apesar da gama de recursos sofisticados que o computador possibilita, progressivamente, tem-se observado uma grande redução em seu custo. Por exemplo, na década de 60, um IBM modelo 1130, com capacidade de memória de 32 Kbytes, custava cerca de US\$ 250.000,00. Atualmente, um microcomputador, dotado de uma elevada capacidade de processamento, pode ser adquirido por uma quantia inferior a US\$ 4.000,00.

Este conjunto de fatores vem propiciando o desenvolvimento e difusão da Informática, ao mesmo tempo em que o uso do computador, em diferentes áreas do conhecimento, tem proporcionado o aumento da produtividade e da qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Dentro deste contexto, a UERJ começa a tentar definir e firmar seu espaço como produtora de conhecimento entre as instituições de pesquisa. Entretanto, se este é um de seus objetivos, é necessário, entre outros programas, a implementação efetiva e agressiva de estratégias que possibilitem meios para sua real efetivação.

Considerando a Informática como suporte à produção de conhecimento como um dos programas que podem ser viabilizados, que atenção lhe tem sido dada no âmbito da Universidade?

Em outubro de 1989, foi elaborado o Plano Diretor de Infor-

mática, cujo principal objetivo era "identificar meios que atendam às necessidades de informatização do processo de Ensino e Pesquisa da Universidade". Neste documento informa-se, ainda, que "a Informática vem sendo utilizada na UERJ, no ensino e na pesquisa, desde 1968 (...) No período de 1968 a 1981, muito pouco ou quase nada evoluiu em termos de utilização dos recursos de Informática na UERJ". Nesta época, foram identificados, em toda Universidade, 23 micros de 8 bits e 18 de 16 bits.

No Plano Diretor foram definidos, ainda, o Plano de Pesquisa, que, entre outras metas, tinha como finalidade "incentivar a pesquisa científica suportada pela Informática" e o Plano de Tecnologia, que discriminava as necessidades de equipamentos das Unidades.

Foi, então, criado o INFOC, que se transformou, através do Ato Executivo 32, em fevereiro de 1992, em COINFO. Tal transformação proporcionou mudanças nas estruturas organizacionais do órgão centralizador das decisões e dos recursos de Informática na instituição. Foram incorporadas equipes destinadas a apoiar e desenvolver sistemas e aplicações dentro de uma política estabelecida pela alta gestão da Universidade.

A COINFO dispõe, hoje, de um Comitê de Usuários, constituído de 30 membros, entre os quais, 4

docentes e um discente, representantes de cada Centro Setorial. Entre outras, é atribuição deste Comitê: "atuar junto ao pessoal de sua unidade/órgão, no sentido de levantar as necessidades de recursos computacionais nas áreas administrativas, pesquisa, ensino e extensão, e reportá-los ao Comitê de Usuário, a fim de serem atendidas as necessidades de uso de tais recursos". Já o Departamento de Computação Científica, também instância da COINFO, tem como uma de suas competências "dar treinamento aos usuários que utilizem os recursos de computação científica". Decorridos 9 meses da criação da COINFO, surgem as seguintes questões: Quais são os docentes que nos representam no Comitê de Usuários? Neste período, como eles fizeram o levantamento de nossas necessidades de recursos computacionais? Serão treinados apenas aqueles que já "utilizam os recursos de computação científica"? E o restante da comunidade acadêmica? Parece-me que, até agora, pouca coisa mudou: as Unidades dispõem, hoje, de um número insuficiente de equipamentos para atender à demanda de seu corpo docente envolvido em pesquisa e poucas foram as iniciativas para alfabetizar a comunidade no processamento computacional de informações.

Para implementar a utilização da Informática como suporte às atividades de produção do conhecimento, é necessário criar, urgentemente, ambientes adequados ao tratamento e ao processamento de informações. Para tal, duas estratégias - propostas no Plano Diretor de Informática e metas da COINFO - devem ser agressivamente implementadas: a aquisição de equipamentos e ferramentas computacionais, assim como a capacitação dos docentes envolvidos com pesquisa para utilização destes recursos.

Em relação à primeira estratégia - aquisição de equipamentos

e ferramentas computacionais adequadas às necessidades e à demanda dos grupos de pesquisa emergentes e daqueles já estruturados - a variável que dificulta a sua implementação diz respeito à falta de verbas, não só no âmbito da Universidade como também nas diferentes agências de fomento à pesquisa. Acompanhando-se as informações referenciadas pelos meios de comunicação e pelas publicações da SBPC, constata-se a falência da C&T no Estado.

Entretanto, algumas situações esdrúxulas ocorrem dentro da

Para implementar a utilização da Informática como suporte às atividades de produção do conhecimento, é necessário criar ambientes adequados ao tratamento e ao processamento de informações.

UERJ. Devido à sua situação geográfica privilegiada, o m2 de nossa Universidade é caro. Qual é, então, a relação custo/benefício da cessão de nosso espaço físico a diferentes instituições: PRODERJ, 2º andar; CECIERJ, 7º andar; Escola de Magistratura, 10º andar; Escola de Polícia, 11º andar? Como se pode pensar na implantação da dedicação exclusiva ou na permanência dos docentes na Universidade, sem que haja espaços adequados para este tipo de atividade? Em que Unidades do Campus possuem os professores de 40 horas gabinetes de trabalho? Qual o custo para essas instituições do espaço que ocupam? Quanto ao PRODERJ,

o retorno que a Universidade tem tido diz respeito à elaboração da folha de pagamento de seus servidores e ao controle do sistema acadêmico da DAE. Em relação à folha de pagamento, apenas a UERJ se beneficia com este serviço? E os outros órgãos do Estado, eles não têm a sua folha processada pelo PRODERJ? Se, nos convênios que deram origem a essas cessões, não foi feita a previsão de aluguel em espécie, o que impede a gestão atual de determinar como forma de "pagamento" desses espaços a doação de equipamentos, ferramentas computacionais e insumos para pesquisa, montagem de laboratórios e atualização do acervo das bibliotecas? Não será esta um forma de prover a Universidade dos meios que a comunidade acadêmica necessita para ter uma produção científica mais relevante? Será que esta é uma questão para ser normatizada no futuro/novo Estatuto?

Em relação, ainda, à aquisição de equipamentos, uma das saídas está na Lei nº 8243, de 23 de outubro de 1991, hoje em fase de regulamentação. Tal Lei prevê isenção fiscal para as empresas que investirem em pesquisas nas Universidades. Calcula-se que as Universidades possam se beneficiar com cerca de US\$ 100 milhões, já que a Lei possibilita a redução do Imposto de Renda, do Imposto de Produtos Industrializados, entre outros benefícios, para as empresas que efetivamente apliquem, no mínimo 5% do seu faturamento bruto no mercado interno em bens e serviços de informática, em atividades de pesquisa e desenvolvimento no país, com 2% desse valor em convênios com instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Em relação a essa questão, que iniciativas e contatos a UERJ tem feito para atrair para si os benefícios dessa Lei? Será que é necessário esperar a sua regulamentação para radiografar a situação e tentar estabelecer intenções de

compromisso com as empresas?

A segunda estratégia, aqui referida, diz respeito à capacitação dos docentes que atuam em pesquisa na instituição para o processamento computacional de informações. Neste ponto, observa-se que, embora o crescimento da tecnologia, na área de Informática, e a sua difusão nas Universidades se tenham processado de forma progressiva e, em alguns casos, com alguma estruturação, pouca atenção foi dada a programas institucionais de capacitação de pessoal para utilização dos recursos dela advindos. Esta atividade, em essência, tem se constituído de movimentos topicalizados e fragmentados que, muitas vezes, não conseguem atingir os usuários não-especialistas.

Desta forma, até o presente momento, a informatização do usuário final tem se restringido a poucas áreas, facilitando, nestes contextos, a disseminação de conhecimentos e implementação de sistemas e aplicações de interesse específico. Tais núcleos funcionam como ilhas isoladas dentro da comunidade acadêmica e seu funcionamento se condiciona a um pequeno conjunto de especialistas cuja existência se confunde com a existência do próprio núcleo.

A UERJ hoje está conectada a BITNET, via LNCC, e é um dos nós da Rede Rio, constituindo a INTERNET. Pode-se, desta forma, estabelecer comunicação on line com pesquisadores de outras Universidades ou centros de pesquisa, assim como importar, via computador, arquivos, softwares, artigos científicos, etc. A interligação de computadores em grandes redes permite maior rapidez e eficácia na busca e difusão de informações, funcionando como um recurso imprescindível para aqueles que produzem conhecimento. Esta integração favorece, ainda, a catalização de trabalhos e pesquisas interinstitucionais, pos-

sibilitando maior propagação do conhecimento pela comunidade científica. Porém, quantos docentes utilizam efetivamente estes recursos na Universidade?

Urge, desta forma, a implementação agressiva de mecanismos para disseminação do uso da Informática que contemple as necessidades reais da comunidade acadêmica. Tal fato favorecerá, além da capacitação sistemática de pessoal, a padronização no uso de softwares, trocas de experiências, etc. Tal sistemática, se implementada de forma harmônica e gradual,

Urge, desta forma,
a implementação
agressiva de
mecanismos para
disseminação do uso
da Informática que
contemple as
necessidades reais
da comunidade
acadêmica.

permitirá a otimização dos recursos disponíveis, evitando-se, desta forma, a duplicação de esforços e a aquisição de equipamentos desnecessários.

Para a capacitação do usuário final - clientela em busca de especialização mais profunda ou desejosa de ingressar na área - em um primeiro momento, o programa de treinamento deveria se constituir de cursos modulares intensivos e de curta duração sobre os procedimentos básicos para operação dos equipamentos, sobre os recursos oferecidos pela Informática e sobre alguns aplicativos de ampla utilização, tais como editores de textos, planilhas eletrônicas, banco de dados inte-

ligentes, editores gráficos, recursos disponíveis nos terminais, busca bibliográfica, uso do e-mail, etc. Tais atividades, ao atender áreas específicas, poderiam articular o programa geral às peculiaridades do grupo de usuários em treinamento. Em um segundo momento, palestras periódicas poderiam difundir os avanços tecnológicos incorporados ao sistema e seu potencial de utilização. Há necessidade, ainda, de divulgar o programa básico de treinamento, discriminando os diferentes tipos de cursos oferecidos, de tal forma que os participantes pudessem selecionar aqueles que atendam realmente suas necessidades profissionais. É necessário desmitificar o uso de computadores entre os docentes e, desta forma, quebrar os muros internos e ampliar a sua utilização. A capacitação dos docentes, indiretamente, repercutiria no corpo discente, que seria orientado a fazer uso desses recursos em sua vida acadêmica.

A implantação e a difusão dos recursos da Informática, assim como a capacitação de pessoal na área, são estratégias que podem incrementar a produção de conhecimentos na Universidade, permitindo que tarefas especializadas e de relativa complexidade sejam mais rápida e eficientemente executadas. Desta forma, em um futuro próximo (que eu espero bem próximo), teremos condições de acessar de nosso micro particular, de nossa residência, através de modem, via redes computacionais, pesquisadores e centros de pesquisa de qualquer continente, facilitando, desta forma, nosso trabalho na área de produção de conhecimento. Poderá ser realidade ou o início da " História Sem Fim II".

* É Professora da Faculdade de Educação - Uerj e PhD em Linguística pela UFRJ

PSICOSE - TRATAMENTO E PESQUISA

Gilisa F. Tarré de Oliveira *

Apresentação

Essa comunicação tem por objetivo divulgar o trabalho de pesquisa sobre a estratégia de intervenção clínica na psicose, baseada numa leitura psicanalítica que se desenvolve no INSTITUTO DE PSICOLOGIA, através de seu Departamento Clínico e ligada ao Curso de Especialização em Psicologia Clínica.

Além de situar e esclarecer sobre seus objetivos, busca-se permitir ao leitor aproximar-se de suas principais fontes motivadoras, colocando-se assim em destaque a própria relevância de sua implementação.

Por que pesquisar a psicose?

Afirmando-se como uma verdadeira revolução científica, a conceitualização freudiana do inconsciente introduz um novo paradigma para o aprofundamento do estudo da relação conflitante que o sujeito estabelece consigo mesmo.

A estabilidade dos pilares doutrinários, sobre os quais repousa a construção metapsicológica freudiana, na qual se articulam, de maneira indissociável e inédita, inconsciente e sexualidade, contribuiu, definitivamente, para afrouxar as fronteiras que, até então, se pretendiam nítidas, a separar o normal do patológico.

A partir de Freud, a razão do inconsciente e seus efeitos sobre o sujeito serão tomados em seus diferentes níveis de complexidade, para dar conta das distintas possibilidades de organização da subjetividade. Ainda que valendo-se de categorias oriundas do campo médico-psiquiátrico, Freud encara a neurose e a psicose como afirmações do caráter múltiplo e diferenciado das formações psíquicas.

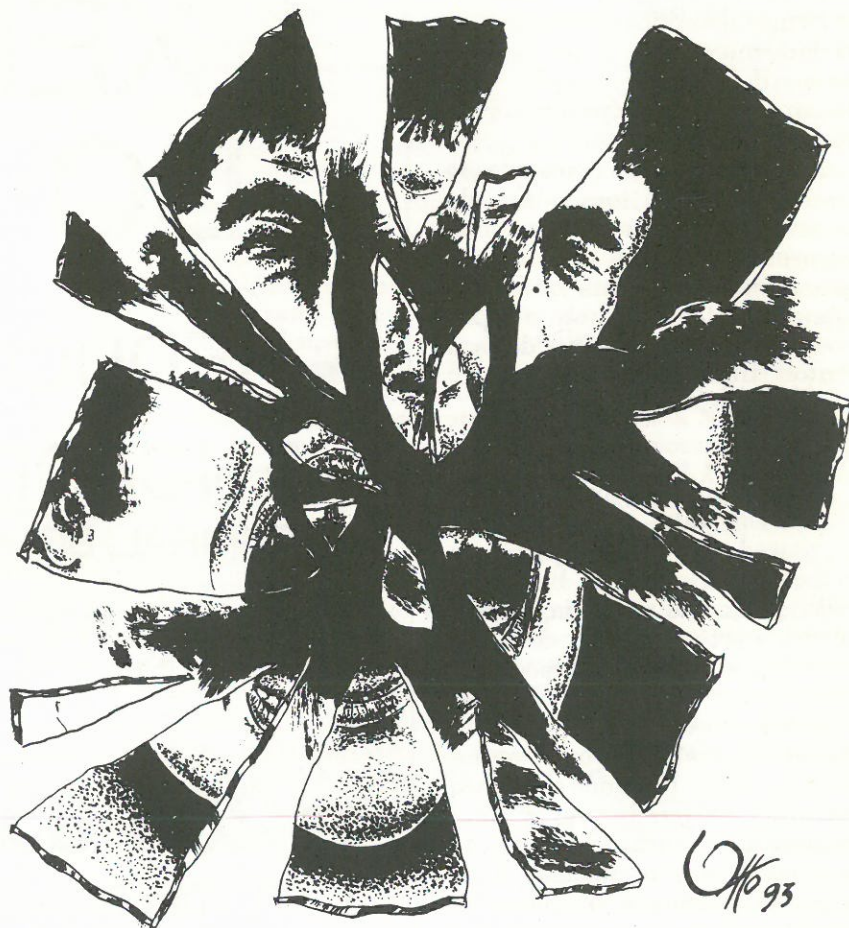
Por isso mesmo, o método por ele inventado valoriza a escuta do singular, em detrimento de uma preocupação com categorias nosográficas. A especificidade do uso da palavra na experiência psicanalítica vincula-se à sua própria originalidade: a descoberta de toda a criatividade e dos novos discursos que o próprio sofrimento permite.

Sem dúvida, o campo da neurose revelou-se a Freud como privilegiado para obter uma compreensão racionalizada do funcionamento psíquico. No entanto, é nesse mesmo percurso que surgem novas

hipóteses a respeito da psicose e uma nova leitura acerca dos fenômenos alucinatorios e delirantes.

A criação de uma nova realidade, via esses fenômenos, é encarada como uma tentativa de restituição, de cura. Essa tese já aponta para todo o cuidado que a psicanálise dispensa à reflexão sobre a "realidade". Afinal, cabe pensar de que realidade se trata, quando se menciona que, na psicose, configura-se uma relação pervertida (distorcida) com a realidade.

Rastreando as indicações freudianas, a construção da realidade é



equivalente aos diferentes e singulares modos de relacionamento com a linguagem. É possível, então, pensar que nas psicoses vamos encontrar uma forma de existência que se utiliza, de maneira bastante específica, das potencialidades da linguagem, por menos que a vida social possa aceitá-lo.

É preciso, assim, considerar que, para a apreensão da linguagem e das produções psicóticas, se fazem necessários outros instrumentos, diferentes daqueles utilizados, via de regra, na escuta do psicótico, desde o seu isolamento hospitalar e social.

Estes recortes motivaram a questão que norteou nosso projeto de estudo. Partiu-se do princípio de que, se por um lado a psicanálise se notabilizou como um método eficaz no tratamento das neuroses, por outro, deve-se reconhecer que esse método não poderia simplesmente ser sumariamente transposto e adaptado para o campo das psicoses.

Se a psicose constitui-se como uma estrutura original e irredutível às formas neuróticas, ela exige um modo de intervenção clínica particular, que deve retirar seus princípios de um estudo da própria natureza da perturbação psicótica.

Apesar de Freud ter colocado em dúvida a eficácia terapêutica da intervenção psicanalítica nas psicoses, não deixa de fornecer referências essenciais quanto à diferença entre a neurose e a psicose. Além de apontá-las, destaca pontos ainda obscuros, onde o aprofundamento deve se operar.

Tratamento e Pesquisa

Abordando o sofrimento sintomático como algo que pertence a um passado que se mantém vivo, o tratamento analítico se baseia na evidência de que memória, corpo e palavra se articulam de modo a criar novas formas de expressão, ainda que cifradas e estranhas, do próprio eu.

É desse modo que o tratamento adquire o caráter de uma verdadeira pesquisa, tornando o método psicanalítico irredutível a uma objetivação da verdade. O estatuto da verdade em psicanálise é da ordem do singular e vincula-se ao sentido que o sujeito atribui à sua própria experiência subjetiva.

Da mesma forma, deve-se evi-

tar a tentação de trabalhar com um referencial teórico tomando-o como algo acabado. Ao contrário, a relevância deste estudo é justamente de propiciar a chance de manter um diálogo com autores já consagrados e articulação à experiência da própria prática de atendimento.

Outro aspecto relevante diz respeito à assistência à comunidade através de um atendimento que se diferencia do tratamento médico-ambulatorial que, longe de apoiar-se no que consideramos uma falsa atitude humanística para com os psicóticos, se propõe a oferecer uma escuta mais coerente e mais próxima de sua própria dolorosa experiência da psicose.

É oportuno, ainda, destacar que, através desse atendimento supervisionado e articulado aos elementos teóricos em produção, visa-se tornar transmissíveis os dados de nossa

experiência, possibilitando sua ampliação através do intercâmbio com outras instituições e estudiosos do assunto.

Trata-se, assim, da formação de um núcleo de estudos, no sentido de aprofundar o debate sobre a clínica psicanalítica da psicose, favorecendo o desenvolvimento dessa linha de pesquisa no Instituto de Psicologia da UERJ.

Observação

Os atendimentos se realizam através de inscrição no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ (10º andar do Edifício João Lira Filho, bastando o interessado esclarecer que deseja marcar entrevista com a equipe da Profa. Gilsa.

* É Professora do Instituto de Psicologia - Uerj, Psicanalista e Mestre em Psicanálise pela PUC/RJ

XEROX DO DCE

- REDUÇÕES
- ENCADERNAÇÕES
ESPIRAL, BROCHURA, CAPA DURA
- PLASTIFICAÇÃO

☎ 284-8322 r. 2497

R. São Francisco Xavier, 524,
1º andar, Bloco D - UERJ

Com voz inquieta, quase que um lamento,
perguntas se por ti tenho paixão.
Digo que não. Paixão é sofrimento:
tenho é carinho, amor, dedicação.

• • •

Queixas-te, Eva, de minha indiferença
e de que eu não te faço eternas juras.
Separa-nos enorme diferença:
eu já te achei; tu ainda me procuras.

• • •

Dizes sempre que a mim deveras amas
e eu digo ter amor ainda maior.
Por saber que em verdade tu me enganas,
sendo em sincero engano-te melhor.

• • •

Estavas linda, linda ora suposta
posta em sossego, posta e sem resposta,
dos teus anos, teus anos encolhendo,
colhendo o doce fungo sem remendo.

• • •

Seus olhos verdes, simples de entender,
pois não se mostram ásperos ou ternos,
são porém meros olhos para ver,
longe de serem olhos para ver-nos.

• • •

Tropeço na Comédia, piso em Dante.
Que inferno! Mas a rua estava escura...
Jamais pensei sequer por um instante
Achar Beatriz na rua - rua da amargural

• • •

Amor eterno juras cada dia,
mas creio que não me seja bom augúrio.
Que mentes prova ter na mão queria
p'ra poder processar-te por perjúrio.

Antonio Basilio Rodrigues
Professor de Literatura Portuguesa
do Instituto de Letras - Uerj

Nadiá Paulo Ferreira*

Sete estrofes em versos decassílabos, bem ao gosto do século XVI, constituem estas trovas que retomam a insistência em falar do amor. Desde o século XII, com a poesia escrita em "Langue D'oc", no sul da França, inaugura-se com o amor cortês uma tradição discursiva que associa o amor à impossibilidade e ao sofrimento, transformando-o em o grande mito da literatura ocidental.

Esta impossibilidade que cerca o mito do amor engendrou várias versões; o sofrimento do trovador (coita) pela cruel indiferença da Dama; a esperança utópica dos sonetos camonianos que transformam o Mal de amor em um Bem, situando assim o Amor para além do limite do tempo e da própria vida; a saudade barroca de um amor que já nasce morto, provocando o êxtase de conviver com a morte enquanto perdura a vida; o morrer de amor romântico, que é retomado pela versão bovária dos amores adúlteros das heroínas realistas.

Antonio Basilio Rodrigues apropria-se, do ponto de vista formal, do modelo estrófico do classicismo português. Não sem recriá-los, pois introduz o verso decassílabo em suas trovas, que podem perfeitamente corresponder à composição poética constituída por estrofes de quatro versos de cinco sílabas (redondilha menor) ou de sete sílabas (redondilha maior). As quadras, como eram chamadas estas formas poéticas, passaram a ser nomeadas de Medida Velha em contraposição ao verso decassílabo que foi usado nos sonetos, églogas, odes, sextinas, oitavas, elegias e canções por influência do renascimento italiano e, justamente por isto, intitulado de Medida Nova.

Quanto ao motivo temático, seus versos ora retomam o tom ingênuo e popular da Medida Velha camomiana, ora se inscrevem numa das tendências da literatura portuguesa moderna inaugurada por Camilo Castelo Branco em Coração, Cabeça, Estômago, que se caracteriza pela desmistificação do sofrimento causado pelo amor-paixão. No primeiro caso, temos o famoso mote "Menina dos olhos verdes, / Por que me não vêdes", que deu origem as voltas camonianas e que re-aparece, mais uma vez, para eternizar a indiferença feminina, quando a mulher ocupa o lugar de objeto amado (Cf. quinta trova). No segundo caso, temos a oposição entre o amor e a paixão provocando os desencontros entre amador e coisa amada (Cf. primeira e segunda trovas). E finalmente estes desencontros desembocam na ironia que parodia não só as juras de amor mas também as mentiras e os sofrimentos feitos em nome do amor.

* É Professora do Instituto de Letras - Uerj e Doutora em Letras pela UFRJ

POR QUE A PINTURA NÃO É EXPRESSÃO CULTURAL DO POVO CARIOCA?

Dr. Alberto Cipiniuk*

No bojo da recente onda dos romances históricos, Ana Miranda nos diverte com a incrível história de um retrato de sua majestade, o rei Dom João V, O Magnânimo, que reinava Portugal e o Brasil no início do século XVIII. Incrível história, pois ela nos remete a uma importante questão da cultura brasileira. Esta questão foi amplamente discutida no caderno *Idéias/Ensaio* em meados do ano passado (1991).

No romance histórico de Ana Miranda, o rei Dom João V, como personagem, não tem a menor importância. Sua imagem ou seu retrato é o fio condutor de uma apaixonada trama em Minas Gerais, em meio ao conflito da Guerra dos Emboabas. "O retrato do rei", um quadro, foi um importante elemento enviado por sua majestade para acalmar os ânimos dos seus súditos insurretos.

Acreditava o governo metropolitano, que ele (o retrato do rei) tinha poderes especiais para a resolução do conflito, ou melhor, a presença de um quadro era como se a metrópole tivesse enviado à região do conflito o próprio rei. O poder divino e humano do monarca, representados em um quadro, era a forma decisiva de resolver um grave problema entre os emboabas e os forasteiros.

O debate entre os senhores Reinaldo Roels (1991: 10-11) e Fausto Wolf (1991: 6-7) orientou-se sobre a questão da real necessidade das artes plásticas frente aos outros aspectos da cultura e, ainda, do poder das representações, sobretudo no caso da pintura, na cultura brasileira. Discutia-se, em última instância, se o governo municipal da cidade do Rio de Janeiro deveria ou não ter encomendado uma pesquisa sobre o gosto dos cariocas, sobre a cultura e lazer em geral, e demais linguagens artísticas, tal como a pintura, em particular.

Nesta discussão, estes senhores indagaram sobre a possibilidade de as imagens ou representações plásticas (pintura e escultura) serem menos importantes que as outras linguagens artísticas (como a música por exemplo). O resultado da pesquisa constatou que o "consumidor cultural" carioca estaria jogando uma pá de cal sobre as artes plásticas, dispensando-as com um coeficiente

de 46% (TINOCO:1991).

Desejando aprofundar esta questão, pensamos em contribuir com alguns exemplos históricos sobre a arte luso-brasileira que, tal como o retrato do rei, poderiam afinar alguns conceitos e até mesmo apresentar soluções.

Sabemos, por exemplo, que, no remoto século XVI, o pintor português Francisco de Holanda, afirmava

"os Portugueses, ainda que alguns nascamos de gentis engenhos e espíritos, como nascem muitos, todavia temos por desprezo e galantaria fazer pouca conta das artes; e injuriamos de saber muito delas, onde sempre as deixamos imperfeitas e sem acabar" (HOLANDA: 1548, p.31).

Dialogando, em Roma, com o divino Miguel An-gelo, Holanda compara a cultura portuguesa com a italiana, a francesa e a alemã e tenta demonstrar, que entre os ibéricos, as artes plásticas, sobretudo a pintura, não tinham a mesma penetração cul-tural que outras artes.

Na verdade, a observação de Holanda está en-dereçada àqueles portugueses que privilegiavam as artes liberais em detrimento das mecânicas, ou seja, na secular disputa entre os partidários da arte como área do conhecimento e aqueles que não a entendiam assim, a arte da pintura outorgava para si própria um estatuto espiritual, distinguindo-se portanto das artes mecânicas. Holanda não faz mais que criticar os portugueses que entendiam a pintura como uma simples arte mecânica.

Mas, Holanda trata também do problema que desejamos. Ele demonstra um aspecto da cultura lusitana que nos influenciará: a resistência às artes plásticas como um amplo fenômeno cultural.

Entre o apogeu da cultura portuguesa no século XVI e o início do século XIX, a pintura teve pouca expressão em Portugal. Se compararmos as expres-sões artísticas portuguesas com as dos demais paí-ses, Portugal (seja a metrópole ou as colônias) não apresentou nenhum nome importante na pintura .

Esta singular característica é mencionada pelo reverendo Walsh (WALSH, 1830. v.I, pp.191-192), quando Dom Pedro I, fatigado que estava de uma recente viagem às Minas Gerais, decide enviar à

ópera seu retrato e o da rainha, para que a corte rendesse as reverências de praxe, isto é, tanto o imperador como a corte prestavam a mesma homenagem aos quadros como se os próprios estivessem presentes no teatro e não simples representações.

Conseqüentemente, temos uma alternativa: a corte luso-brasileira, no início do século XIX, identificaria os retratos imperiais como homólogos das figuras representadas ou não. A relação das duas proposições é mais sutil do que pode parecer em uma leitura apressada. Não devemos encarar a questão pelo lado da identificação pura e simples da imagem e da coisa representada, pois incorremos em erro. Sabemos que os portugueses no Brasil sempre foram realistas e souberam subordinar a colônia a um rígido sistema social. O exclusivismo religioso, o realismo econômico e jurídico foram decisivos para a nossa formação cultural.

No campo da arte, é sobremaneira importante lembrar de como a arte barroca se expressa pelas vias da realidade e do naturalismo. Indo mesmo ao requinte de os artistas serem capazes de cravejar rubis nas chagas das imagens dos santos, para que o sangue se assemelhasse mais verossímil.

Mas, poderia ser que, além desta possível identificação mimética da coisa pela imagem, os portugueses e brasileiros não tivessem educação

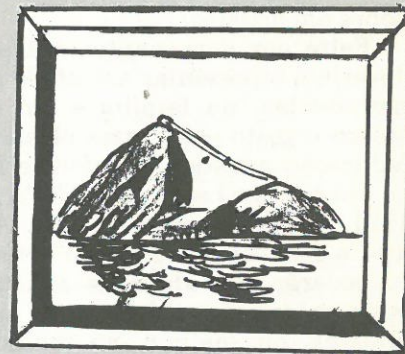
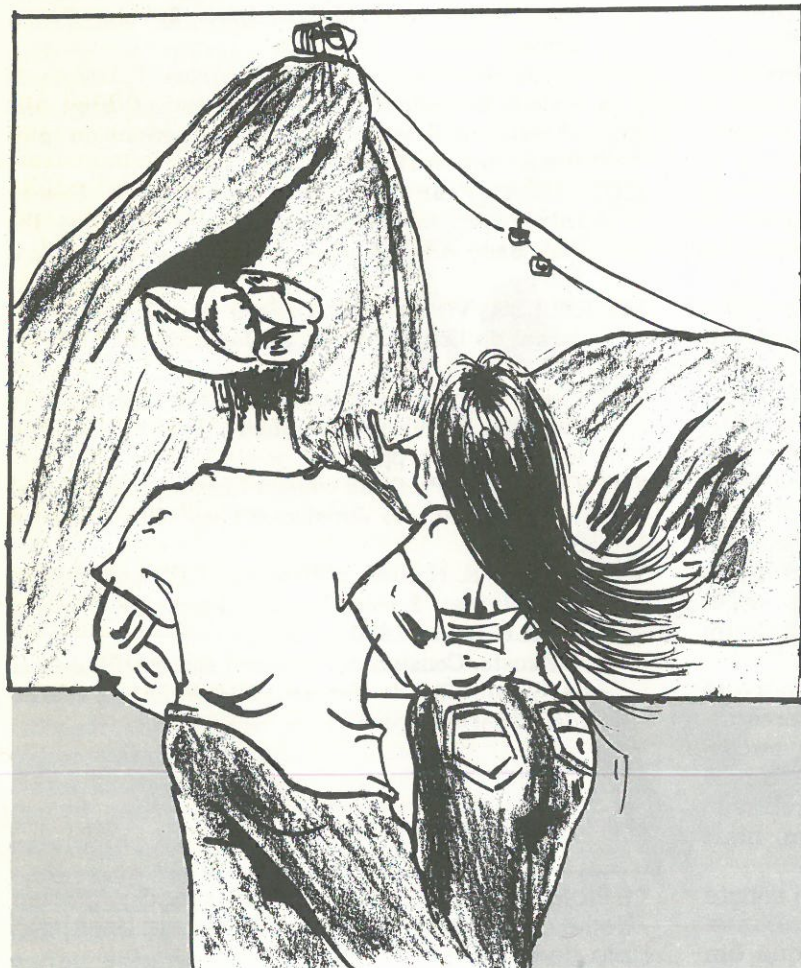
estética, isto é, que não "enxergassem" a diferença entre o objeto representado e a própria coisa, pois não tinham hábito de "ver" obras de arte como "representação".

Ainda no início do século XIX, o pintor Nicolas-Antoine Taunay, por exemplo, era criticado pois "pintava retratos de uma semelhança impressionante" (ARAGO, 1822, v.I, p.86). Portanto, podemos também supor que a corte tinha repulsa por representações "naturalistas", ou que tinham grande semelhança com a coisa representada.

Embora não tenhamos uma sociologia da visualidade brasileira, tudo leva a crer que a questão se resume na falta de educação artística das sociedades lusitana e brasileira, pois a corte buscava nos retratos, além da semelhança com o imperador, a solenidade e hierarquias necessárias à própria existência social da corte.

Esclarecedor é também um artigo anônimo desta mesma época, onde uma rica senhora se fazia representar por um pintor francês e não entendia porque o pintor colocava "manchas negras em seu pescoço" (ANÔNIMO, 1826, p.8). Ora, o pintor estava tentando valorizar com sombras o retrato da senhora e não pintando manchas negras no pescoço.

Em meados do século XIX, por ocasião da Ex-



posição Geral de Belas Artes (1879), Victor Meirelles também se defende pela imprensa de uma acusação parecida, afirmando:

"Quantas vezes não tenho visto designar o brilho da luz sobre a córnea transparente dos olhos, embora perfeitamente imitado do natural, como defeito, julgando-se ser uma bellida?" (MEIRELLES, 1879, p.5)

Na linha da mesma falta de educação artística do público brasileiro, encontramos, patética também, a carta do pintor Rodolfo Bernadelli, em 1911 diretor da Escola de Belas Artes, ao cidadão ministro

Rivadavia Correa, mencionando

"a grande culpa nessa situação, as Escolas Publicas que não preparam, de modo algum, os estudantes, em matérias esthéticas. Raríssimos são os estudantes, tendo algum conhecimento, mesmo tenue, de elementos preliminares, quando para esta Escola entram, não mantendo idéia nitida do seja uma estatua, um quadro, um palacio, nada conhecendo de História da Arte, mesmo nacional e ainda menos estrangeira." (BERNADELLI, 1911, p.17)

Poderíamos apresentar inúmeras situações semelhantes e todas elas indicariam a falta de preparo do público diante das artes plásticas. Todavia, não tem sentido ficar apontando a ausência de um "gosto" público pelas artes. O gosto se forma socialmente do mesmo modo que se formam artistas. Sistemáticamente nas escolas de arte e assistematicamente com os exemplos da própria vida. O Brasil é pobre em gosto e também pobre em artistas.

Falta aos governantes e à sociedade que eles deveriam representar a vontade política de instituir nas escolas, na família e em outras intuições sociais o gosto pelas artes plásticas. Mas não como "educação artística", conforme foi previsto na lei de diretrizes e bases para 1º e 2º graus, nº 5.692, de 1971. Aí parece residir o erro. A arte educa como arte e não como "educação artística". As crianças só poderão ser educadas artisticamente, ter um gosto pelas artes plásticas, se elas próprias forem artistas, ou melhor, na medida em que experimentarem esteticamente a elaboração de algum objeto de arte.

Os brasileiros gostam de música porque praticam a música socialmente. Fazem serestas, desfilam em escolas de samba e assim sucessivamente. Se houver, como havia, canto orfeônico na escola, tanto melhor. Mais hábil e mais refinado será o gosto de nossas crianças e também, mais tarde, melhores músicos serão.

Se aprendem na escola a trabalhar com sucata e papéis velhos terão por "gosto" algo semelhante. Só pode gostar de pintura e entender o que um

pintor quer dizer aquele que experimentou ou vivenciou, de bem próximo, a pintura. Se, pelos próximos 20 anos, todas as classes de 1º grau tiverem aulas de pintura e, paralelamente, os alunos forem convidados a visitar exposições de pintura, certamente, dentro de vinte anos, teremos mais pintores e um público garantido para assistir exposições de pintura.

É inócuo ao homem de cultura encomendar uma pesquisa sobre o gosto do público, se ele próprio não tem um gosto definido. É preciso que haja inteligência política para incentivar todas as tendências da cultura, sejam elas orientadas para a música ou para as artes plásticas. Talvez, em último caso, as tendências menos aquinhoadas devessem ainda ser melhor amparadas, pois, numa sociedade complexa como a nossa, onde impera a cultura de massa, estas tendências minoritárias não sejam minoritárias mas ideologicamente inconvenientes.

BIBLIOGRAFIA:

- ANÔNIMO. Spectador Brasileiro, nº 72 de 7/ago/1826.
- ARAGO, Jaques. Promenade autour du Monde, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820, sur les corvettes du roi l'Uranie et la Physicienne, commandées par M.Freycinet. 2 vols. Paris, Leblanc, 1822.
- BRASIL, Museu Nacional de Belas Artes. Relatório de Rodolfo Bernadelli ao Sr.dr. Rivadavia Correa. MD Ministro de Estado da Justiça e Negócios do Interior do ano de 1911. 43 pp.
- HOLANDA, Francisco de. Diálogos em Roma. Introdução, notas e comentários de José Da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1984. 160 pp.
- MEIRELLES, Victor. A Exposição das Bellas-Artes. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 19/abr/1879, pp.5-6.
- ROELS JR. Reinaldo. Consumidor cultural sem perfil. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7/jul/91. Caderno Idéias/Ensaio, pp.10-11.
- TINOCO, Pedro. Perfil do consumidor cultural. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30/jun/1991. Caderno B, p.1.
- WALSH, Rev. R. Notices of Brazil in 1828 and 1829 in two volumes. 2 vols. London, Frederick Westley and A.H.Davis. 1830.
- WOLF, Fausto. Consumidor cultural com perfil. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28/jul/1991. Caderno Idéias/Ensaio, pp.6-7.

* É Professor da Faculdade de Educação Artística - Uerj e doutor em História da Arte pela Université Libre de Bruxelles.

OS DUROS CAMINHOS

Cláudio Henriques *

A verdadeira trilha sonora de um filme não é uma compilação ou coletânea de músicas de consumo enxertadas - às vezes nem isso - numa película, a esmo e sem critério, em mero merchandising digno de um autêntico programa de auditório.

Em sentido clássico, uma trilha sonora é um trabalho de altíssima relevância para a obra cinematográfica, responsável pelos climas de tensão, amor, fantasia ou aventura, que se concatenam com as imagens que o cineasta tão arduamente realizou.

Quando uma pessoa vê um filme, ela se depara com uma infinidade de dados comunicativos de uma obra que, evidentemente, não se limita apenas a expor um simples fio narrativo. Bastaria lembrar quantas são as categorias de premiação do oscar, por exemplo, para dar início a uma enumeração que poderia atingir, num outro extremo, a qualidade dos créditos ou, até mesmo, o cartaz publicitário.

Assim, sem querer entrar no mérito dos demais componentes, a música é inegavelmente, desde a primeira película sonora, um dos maiores responsáveis por ter o cinema alcançado a importância que ele representa na nossa sociedade hoje.

Os grandes músicos do cinema, guardadas as devidas proporções, são também os compositores eruditos do século XX, e a obra de nomes como Franz Waxman, Max Steiner, Miklos Roszsa ou Bernard Herrmann é um marco esplendoroso de uma arte irretocável.

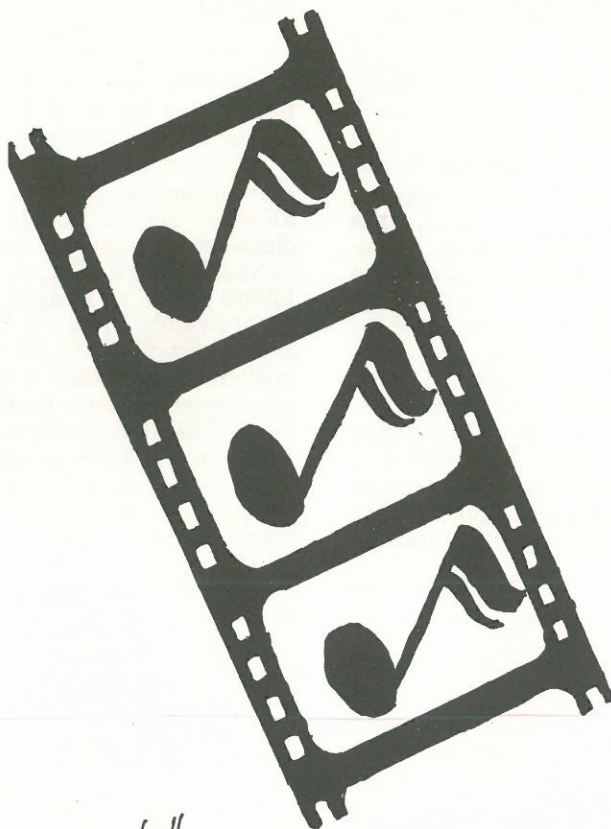
Apesar disso, observa-se no Brasil uma situação pelo menos peculiar, quando se quer tratar da trilha sonora. Os filmes brasileiros raramente têm trilhas próprias, sendo mais raro ainda encontrá-las em disco (é constrangedor saber que, por

exemplo, a trilha que Gilberto Gil fez para o filme Quilombo, de Cacá Diegues, tenha sido lançada completa na França, enquanto nós só tivemos acesso a um humilde compacto duplo). Os filmes estrangeiros, cujas bandas sonoras são aqui vendidas, em geral são americanos e os critérios de escolha, muitas vezes, são pouco compreensíveis para o público interessado (a trilha original de O Império Contra-Ataca é dupla, mas, no Brasil, só foi lançado um LP, no qual - curiosamente - a faixa de encerramento do filme estava registrada no final do lado um).

São duros os caminhos para os colecionadores ou simples amantes das boas trilhas sonoras, no Brasil. Afora as dificuldades do mercado fonográfico nacional. Covivemos com a aridez de nossas importadoras, pouco criteriosas e nem sempre bem organizadas. Parece que seus administradores esquecem-se de que lidam com arte e não pura e simplesmente com latas de azeite ou dúzias de ovos.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as melhores importadoras de discos, apesar de seus enormes estoques e grandes espaços físicos, conduzem sua clientela de trilhas sonoras com uma estagnação e repetitividade de ofertas de tal ordem que já se vê instalado um rico mercado paralelo de particulares e de sebos de discos, cujo objetivo é atender à farta demanda existente em ambas as capitais.

Além disso, os preços nessas grandes lojas aumentam sucessiva e astronômicamente, criando um cada vez maior abismo em relação aos discos nacionais. Desse jeito, não há colecionador que resista, por mais bem intencionado que seja. Se não houver um mínimo de inteligência por parte do comércio, a tendência é a situação realmente piorar de modo definitivo.



GH 93

* É Professor do Instituto de Letras - Uerj.

PROJETO, PESQUISA E LIBERDADE

Pedro Pereira de Souza *

A pedagogia do design começou a estruturar-se há cerca de cem anos, sobre referências heterodoxas para o ensino superior existente na época. O conceito de projeto ganhou importância distinta da que se propunha, por exemplo, em Escolas Politécnicas ou em Academias de Belas Artes. A idéia do design buscava diferenciar-se desses tipos de ensino: o primeiro marcado por visão positivista, pragmática e autoritária; o segundo caracterizado por intuícionismo e individualidade e por um ordenamento que via como natural a relação de ensino do mestre para o aprendiz, igualmente autoritária.

Giulio Carlo Argan, no prólogo de *Disegno industriale: Un riesame* (Maldonado, Tomas, Ed. Gustavo Gigli, Barcelona, 1977), qualificou o design como utopia iluminista, cuja credibilidade residia na ilusão sobre a existência de um liame unindo a burguesia capitalista a suas premissas democráticas. Hoje, essa interpretação soa radical. Mas, o que caracterizou a proposta do ensino do design foram pressupostos de uma democracia clássica, num tempo em que a idéia de progresso parecia mudar de portador histórico; logo, numa época revolucionária. Dessa ambigüidade, entre idéias clássicas e posturas revolucionárias, o design nunca pode, ou nunca quis, se afastar.

Em poucas atividades o ensino exerceu tanta influência. Muitas profissões definiram sua pedagogia, suas formas de reprodução e de preservação, após reflexão sobre uma prática anterior própria. O design pensou a si, antes como pedagogia e como teoria que como prática profissional. Por isso é, em essência, resultado de reflexão sobre atividades pré-existentes como a engenharia, arte e arquitetura. Por mais rebelde e crítica que se tenha proposto, é mais elaborada e, portanto, mais "civilizada" que estas. Derivado, entre outros, dos pressupostos dos Arquitetos da Liberdade da Revolução Francesa e da reação contra aspectos e conseqüências irracionais da Revolução Industrial, além das idéias progressistas do início do Século XX, o design passou pelo caminho da utopia citada por Argan.

A carga crítica e teórica era grande para uma atividade que mal se propunha, dependendo em muito, para seu sucesso e para sua definição, de pelo menos uma condição sobre a qual dirigia seu conteúdo crítico: o desenvolvimento industrial e suas conseqüências sociais e culturais. A prática do projeto tornou-se fundamental para o ensino do design como forma de superação do empenho crítico e teórico inicial. Necessitava de compreensão elaborada e, em certo sentido, tornou-se sua própria teoria.

Em certas épocas, nela depositou-se, até mesmo, uma carga metafísica, muitas vezes, transcendendo

a própria noção de produto, de cultura material. Essa atitude decorria de que, através da sua conceção, se poderia estabelecer a desejada diferença dos Institutos Politécnicos e das Academias de Arte. Se esse ensino era visto como duvidoso por instituições mais antigas, de presença e notas controladas, estas eram classificadas pelos designers, no mínimo, como superadas e politicamente suspeitas, pois a moral passou a ser, principalmente no início do século XX, um forte referencial de uma atividade originária de escolas. Mas, como avaliar a criação e a inovação se elas dependem, por definição, do novo e da ruptura? Como entender a freqüência às aulas como um critério relevante se, pelo menos em princípio, não deve haver hora marcada para ser criativo?

Foram necessários novos pressupostos, como o domínio da técnica, aliado a um tipo de capacidade especulativa, livre de um alegado descompromisso do artista ou de um pragmatismo tecnocrático típico dos politécnicos. As novas bases para o desenvolvimento do projeto, denominação clássica da espinha dorsal dos cursos de design, tiveram de ser encontradas fora do ensino superior tradicional.

A Bauhaus (1919/1933) foi, por vezes, entendida como uma escola, mais no sentido de estilo que de proposta pedagógica. O mesmo ocorreu com a Escola de Ulm (1953/1968). Hoje, sabe-se que elas não representaram só um "estilo novo" em suas épocas, mas início e aperfeiçoamento de uma visão de processo pedagógico em constante mutação.

Apenas algumas das escolas de design hoje existentes derivaram dessas duas experiências alemãs, em países desenvolvidos ou em países classificados como de Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos. Entre elas, pode-se citar a RISD - Rhode Island School of Design nos Estados Unidos, a NDI de Ahmedab, Índia e a ESDI no Rio de Janeiro, com características bastante distintas entre si, até por se inserirem em países e realidades diferentes, e por admitirem, em suas formulações originais, pressupostos de liberdade enunciados nas matrizes alemãs.

As premissas estabelecidas pela Bauhaus poderiam ser assim resumidas: o aluno deveria liberar suas forças expressivas e criativas pela prática manual e artística; desenvolver personalidade ativa, espontânea, sem inibições; deveria exercitar integralmente seus sentidos, reconquistando uma perdida unidade psicobiológica, um suposto estado paradisíaco, no qual experiências visuais, auditivas e táteis não entram nunca em contradição. Finalmente, deveria adquirir e desenvolver conhecimento não apenas intelectual, mas também emocional, não só através de livros, mas também através do trabalho.

Esse trabalho era a prática de projeto. "Educar pela Arte, pela Ação e pelo Trabalho" era a raiz do pensamento dos mestres da Bauhaus, um passo em direção diferente dos estabelecimentos tradicionais.

A ideologia da Bauhaus fundamentou o pensamento em design, enraizada em teorias pedagógicas desenvolvidas entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX. Reconhece-se a influência do movimento de formação artística de Hans v. Marées e Adolf Hildebrandt, do movimento da escola ativa de Kerchensteiner, e do ativismo de Maria Montessori. A originalidade operativa do curso da Bauhaus consistia em dois conceitos: Curso Fundamental e Desenvolvimento do Projeto; a originalidade filosófica está em transferir, para o nível superior da educação, propostas didáticas que aquelas correntes desenvolviam para a educação infantil e secundária.

A pergunta feita, já nos anos 50, quando no segundo pós-guerra se cuidou da reestruturação do ensino do design na Alemanha, era se essa extrapolação permanecia válida. A Escola de Ulm respondeu que não. Após um início, no qual muitos anteviam, e até desejavam, uma restauração da Bauhaus, os ideólogos da nova escola enunciaram algumas propostas de mudança.

Mudou o plano geral de estudos, que passou a atribuir especial importância a disciplinas de natureza técnica e científica e, principalmente, social; mudou o Curso Fundamental, minimizando-se elementos de ativismo, intuição e formalismo herdados da Bauhaus; mudou o conceito de Desenvolvimento do Projeto, que passou a se orientar para o estudo e aprofundamento da metodologia do projeto.

O discurso da Bauhaus é o discurso da forma dentro do design, enquanto em Ulm prevalece, inicialmente, o discurso da razão técnica, acrescido depois pelos discursos social e moral. Deles derivam as experiências iniciais do ensino do design no Brasil.

A idéia de subdesenvolvimento é hoje um eufemismo da ONU para designar nações atrasadas, com baixo nível de vida, sem indústria ou com indústria incipiente. Não é seguramente o caso de Brasil e Índia. Subdesenvolvimento está se transformando em degenerescência da idéia de progresso econômico e social. A pluralidade das civilizações não pode ser restrita a um único modelo que seja a sociedade industrial, como é hoje entendida. Não parece verdadeiro o nexos entre prosperidade econômica e excelência artística. Além disso, como diz Octavio Paz, a pressa por desenvolver-se, faz pensar em uma desenfreada corrida para chegar mais cedo que os outros ao inferno.

A ESDI manteve pressupostos de suas antecessoras: permaneceu o Curso Fundamental, não tão radical quanto em Ulm, mas nada intuicionista como na Bauhaus; permaneceu a idéia do curso centrado no Desenvolvimento do Projeto, apesar do crescimento anômalo de disciplinas de apoio, resultado até de acordos de conveniência para oficializações junto a órgãos senis, como os Conselhos Federal e Estadual de Educação. Descaracterizou-se um pouco o sentido do discurso social, que tendeu à autonomia diante da difícil integração com a prática do projeto regida por economia capitalista.

O que há de comum entre escolas distintas no tempo e em localização geo-econômica, mas que apresentam um nítido sentido de continuidade? Todas, como o design, são filhas do Movimento Moderno. Chega-se mesmo a dizer que a ESDI, por exemplo, vive mais da tradição que de sua eficiência. Entendendo a idéia da tradição acoplada à do

movimento moderno, isso pode ser verdadeiro e, nesse caso, o conceito de eficiência alegado não é de maior interesse, na medida em que coincidirá com conceitos de modernidade vigentes no Brasil contemporâneo.

A tradição do movimento moderno é a ruptura; a oposição do novo ao antigo é a continuidade dessa tradição. Boas escolas de design estabeleceram seus territórios de ruptura: um Curso Fundamental e o Desenvolvimento do Projeto. Metodologias, discursos formais, racionais ou intuitivos, substanciam essas rupturas, mas não delimitam seu território. Isso garante até que a tradição viva como uma relação, polêmica ou não, entre antigo e novo, sem uma ruptura no próprio diálogo entre gerações, que se transforma em condição essencial de ensino. Boas escolas de design escolheram para si algumas características, além da competência operativa e, para isso, procuraram conceitos sobre a prática do projeto, entre outros, razão, função, intuição. Cada um significou um compromisso, um tipo de marco teórico. Hoje se vê a busca, não mais atrás de um conceito, mas de um adjetivo vazio: moderno. Como diz Octavio Paz, os tempos modernos estão condenados a deixar de sê-lo; chamar-se assim equivale a não ter nome próprio.

O projeto, dentro dessa tradição de ruptura, de compromisso com a inovação, deve ser visto como o exercício da liberdade. Deve-se lembrar que os Arquitetos da Liberdade, codinominados, para efeito de incorporação parcial por estabelecimentos "sérios" de ensino, de visionários ou imaginários, surgiram fora desses estabelecimentos ou em oposição a eles. Eleger a atividade de projetar como preocupação central do ensino e entender esse ato como um exercício de liberdade é uma proposta de risco permanente, que só pode se desenvolver aceitando-se, ao mesmo tempo, lidar, também de forma permanente, com a própria idéia de liberdade. Ambigüidade é um fenômeno presente na maioria das atividades que lidam com os problemas da criação formal da cultura material. Existirá também em seu ensino.

Propor tais idéias não significa, em si, resolver nenhum problema. O próprio exercício da liberdade parece ser um problema também fora do âmbito do ensino. A postura dos professores é sempre questionável e necessariamente mutável nessas circunstâncias. Além disso, a idéia da pesquisa como uma reflexão sobre a prática e seu desenvolvimento implica um compromisso obrigatório dessa pesquisa com a própria intenção do projeto. Deve-se atentar para um perigo maior: propor a liberdade como pressuposto do ensino, sem o compromisso com o projeto, sem o vínculo com a prática, não conduz a nada. Uma idéia que, ao longo de trinta anos, aperfeiçoou-se na pedagogia de design praticada na ESDI, é que pode-se advogar a liberdade como princípio maior de ensino, mas não se pode impor essa liberdade. Mas, propô-la parece, pelo menos, uma forma honesta de buscar uma junção entre teoria e prática, de tornar a pesquisa uma atividade próxima às formas concretas de percepção e ação das pessoas.

* É Professor da Escola Superior de Desenho Industrial - Uerj

UMA OPÇÃO PELO RIO: Pesquisando o BANERJ.

Luiz Cavalleri Bazílio *

1. O sentido e a atuação dos Bancos Estaduais.

A existência dos Bancos Estaduais é justificada porque tais instituições ocupam papel privilegiado no desenvolvimento da economia local. Embora aparentemente trabalhando como os demais bancos comerciais ou, de outra forma, como meros agentes do Tesouro de cada Unidade Federada, a tarefa mais importante desses estabelecimentos é, para o conjunto da população de um determinado Estado ou micro-região, o apoio às iniciativas dos pequenos agricultores, comerciantes e industriais. Trata-se, dentro desta perspectiva, de compreender o direito ao crédito como conquista de cidadania, democratizando seu acesso.

Assim, acesso a crédito - aqui já definido como conquista cidadã - é artigo tão importante quanto postos de saúde, escolas, centros de abastecimento. Democratizá-lo, torná-lo próximo do produtor ou consumidor, é combater a pobreza, desenvolvendo mercados e dando novas perspectivas àqueles que se encontram excluídos de padrões mínimos de sobrevivência.

Não se trata neste artigo de buscarmos uma lógica simplista do caso brasileiro, colocando de

um lado "os bons", isto é, todas as instituições oficiais de crédito e, de outro, "os maus". Se é verdade que os bancos privados, ao longo dos últimos vinte anos, foram os grandes beneficiários dos mecanismos de concentração bancária, também é correto afirmar que, muitas vezes, os bancos controlados pelo poder público não cumpriram com o seu papel social. Estas instituições não são imunes a manipulações, pressões ou equivocadas políticas governamentais.

Entretanto, ninguém que investigue seriamente a produção agrícola pode esquecer do Banco do Brasil; qualquer pesquisador que esteja interessado em poupança popular não pode deixar de lado a tradição da Caixa Econômica Federal. Quando se pensa em desenvolvimento regional, aproximar o crédito do cidadão e no apoio a micro e pequenas empresas surge, de forma clara, a figura dos Bancos Estaduais. Se tais estabelecimentos são inúmeras vezes utilizados com fins clientelistas ou eleitoreiros, como afirmam seus opositores, o certo é que, ao invés de propor sua extinção, devemos lutar pela democratização de sua gestão, com o efetivo controle da população sobre o conjunto das políticas de crédito. O argumento é simples: não devemos destruir nossos instrumentos, mas garantir sua correta utilização.

2. O BANERJ: sua história e sua gente.

Ao chegar ao BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro - para produzir uma tese de doutoramento que versa sobre relações e processo de trabalho bancário, perguntei a diferentes interlocutores onde se encontrava registrada a história da instituição. Ora, a atividade dos trabalhadores não acontece de forma abstrata mas se desenrola num determinado tempo e lugar. Recuperar e compreender a vida do Banco nos seria, portanto, não apenas útil, mas indispensável à pesquisa das relações, do treinamento, do cotidiano. Para nossa surpresa, não havia qualquer esforço desenvolvido neste sentido.

A primeira tarefa da tese que está em curso foi, portanto, escrever uma breve história desta instituição de crédito. Não numa abordagem que privilegiasse o discurso oficial dos diferentes governos ou diretorias que se fizeram presentes na Cidade ou no Estado, mas uma história que tem como centro os grandes atores que fazem o BANERJ acontecer: o bancário no seu cotidiano de trabalho e a população solidária que deposita e recorre ao Banco como prestador de serviços.

Assim, o esforço não se destinava a simplesmente transcrever uma cronologia dos acontecimentos. Afirmar tão somente que

o BANERJ surge como Banco da Prefeitura do Distrito Federal a partir de 1946, para em seguida se transformar em BEG - Banco do Estado da Guanabara - quando, na década de 60, assume a liderança do mercado financeiro do Rio de Janeiro. O que se desejava era, nas pegadas de Thompson (1), compreender como foram forjados, através das relações de trabalho, aqueles e aquelas que fazem o Banco funcionar: os bancários. Indagar como foram estabelecidas as relações que permitiram a criação de uma identidade e a conseqüente matriz discursiva que este processo engendra.

Para isso, a leitura dos Relatórios Oficiais era necessária mas insuficiente. O que efetivamente deu sentido e sabor ao texto foram as entrevistas - memória oral - de dezenas de servidores, aposentados e da ativa, que relataram dedicação, ânimo ou profundas frustrações na construção de um Banco que se propõe a ser público não apenas porque o Estado é o acionista majoritário mas, fundamentalmente, pelo serviço diário que vem prestando ao conjunto da população carioca e fluminense ao longo de quarenta e sete anos de existência.

Mas, afinal, que Banco é este? Em que ele, efetivamente, contribui para o desenvolvimento econômico e social?

Acionista da COPEG - Companhia de Progresso do Estado da Guanabara - e da COSIGUA - Companhia Siderúrgica da Guanabara -; incentivador das artes, reunindo a mais importante pinacoteca do Rio de Janeiro; financiador do Estádio do Maracanã que sediou a Copa de 1950 e da Adutora do Guandu que deu fim ao crônico problema da falta de água na cidade; gerente do FAIC - Fundo Estadual de Auxílio à Indústria Cinematográfica -; responsável pelo financiamento de milhares de imóveis através de sua carteira habitacional; soube o Banco construir uma imagem dinâmica e inovadora. O lançamento do Cheque Verde, primeiro cheque especial do país, em 1961 e a construção do moderno Edifício Sede

que marca a fisionomia do centro inovam a concepção de serviços bancários, confirmando iniciativa e arrojo no mercado financeiro.

Sua trajetória, entretanto, não é só de glórias. As dificuldades também se fizeram presentes em episódios como a fusão e incorporação do Grupo Halles e BERJ - Banco do antigo Estado do Rio de Janeiro -, decisões tomadas à revelia dos interesses da população e dos próprios servidores; no repasse da dívida do Metrô que, contraída e administrada pelo Go-



verno Federal, foi unilateralmente imposta ao BANERJ; na dura intervenção do Banco Central em 1987. Tais acontecimentos foram determinantes para a quebra do seu dinamismo e atrasos na proposta de automação.

3. UERJ e Banco do Estado: uma parceria possível.

O que fica claro para este pesquisador é que a população, embora depositante e usuária do Banco, o desconhece nas suas dimensões e possibilidades. Trata-se de um valioso patrimônio, não apenas pela exuberância dos números de seu balanço nem simplesmente pelas mais de 240 agências espalhadas em todo o território nacional e exterior. O que temos nas mãos - e o BANERJ é nosso - é a real alternativa de direcionarmos esta extraordinária instituição de crédito para o desenvolvimento econômico e social do Rio.

Por outro lado, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro vive um momento de amadurecimento acadêmico. Tem-se cada vez mais nítida a idéia de que não basta a simples oferta de cursos - embora estes sejam indispensáveis no conjunto de sua atuação - mas o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão comprometidas com os interesses da população, que através dos impostos financia esta Casa.

Estabelecer uma parceria significa, em primeiro lugar, entender que tanto a equipe técnica do Banco quanto docentes e pesquisadores da Universidade são sujeitos que acumularam conhecimento que pode ser trocado em benefício do conjunto da população. De imediato, trabalhar identificando algumas áreas prioritárias diretamente ligadas a melhoria da qualidade do atendimento ao público e na democratização do crédito. Trata-se, nesta perspectiva, da tarefa de aproximar cada vez mais o BANERJ do cidadão comum.

Na outra ponta, reconhecer que a UERJ tem no Banco do Estado um desafio de investigação e cooperação. Quantas monografias ou teses podem ser direcionadas para problemas do cotidiano do BANERJ? Que pesquisas podem ser levadas a termo? E quanto aos campos de estágio nas mais diferentes áreas?

Concluindo, entender que ambas instituições são importantes e incompletas. Mais do que isso. Perceber que, neste momento, estão dadas as condições para a construção de uma parceria que dignifica o serviço público beneficiando o Rio.

NOTAS

1 THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

* Luiz Cavalleri Bazílio é Professor da Faculdade de Educação - Uerj e doutorando em Educação na UNICAMP/SP.

CÁ ENTRE NÓS

Cá Entre Nós, é com satisfação e agradecimento que ADVIR publica nesta seção as cartas recebidas pela editoria por ocasião do lançamento do primeiro número da revista.

Reportamo-nos aos prezados colegas da ASDUERJ com o propósito de parabenizá-los pela edição do número zero da revista ADVIR, abrindo, com esta iniciativa, um importante canal para a veiculação de idéias no âmbito de nossa universidade e dando, desta forma, um importante passo no sentido da obtenção da excelência acadêmica.

Manifestando integral apoio da FAF a esta realização, esperamos que ela seja coroada de sucesso.

Professor Domenico Mandarino - Diretor da Faculdade de Administração e Finanças

O Departamento Cultural da UERJ tem a satisfação de acusar o recebimento do número zero da revista ADVIR, da ASDUERJ, agradecendo a gentileza da remessa.

Professor André Lázaro - Diretor do Departamento Cultural da UERJ

Cumprimento o professor Eurico Zimbres pela iniciativa da edição da revista ADVIR, que vem contribuir, de forma efetiva, para a discussão de temas relevantes para o futuro da universidade.

Parabenizo equipe e profissionais engajados no projeto, certa de que a jornada que iniciaram é muito melhor que a recém-terminada.

Daisy Lúcidí - Deputada Estadual

Prezado Gustavo Bayer, recebi e li a publicação da nossa ASDUERJ. Certamente, a revista ADVIR, a partir do seu lançamento, passou a preencher um espaço importantíssimo na nossa Universidade e que deverá, pela qualidade do trabalho apresentado, ultrapassar os nossos muros.

Parabéns a você e a toda a sua Diretoria e ao competente Conselho Editorial pela iniciativa que dignifica a nossa entidade e a própria UERJ.

Ricardo Santos

A Diretoria da ASUERJ parabeniza a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ - ASDUERJ pelo lançamento de sua revista ADVIR. A publicação da mesma vem demonstrar que, apesar das dificuldades e falta de infra-estrutura, é possível a realização de um projeto, que culminou num belíssimo resultado.

ASUERJ

Sou professora assistente, com Mestrado em Supervisão Educacional. (...) Este ano, a convite da vice-diretora Marcia Moraes, com muita vontade e interesse, vim trabalhar na equipe da Orientação Pedagógica (SOP) do CAP.

Ao ler a reportagem "CAP: e por falar da Ética..." na revista da associação de que faço parte, senti vontade de comentar, como professora, a falta de ética profissional da matéria publicada e, como supervisora, alguns pontos abaixo relacionados:

O colégio vem recebendo alunos de diferentes níveis sócio-econômicos e culturais. Isso é muito importante para o objetivo do nosso trabalho, pedindo do corpo docente constante avaliação de sua prática, mas também é natural que alguns alunos precisem de mais tempo para adquirir conhecimentos e habilidades de estudo.

(...) Não há evasão nem reprovação em massa. O aluno é jubilado sim, como em quase todos os colégios se repetir duas vezes a mesma série. Em compensação, temos alunos que estão fazendo o curso dentro do seu próprio ritmo de aprendizagem, precisando para isso repetir quase todas as séries.

A estagiária Mila errou nas suas informações. A equipe é composta de 4 elementos, com 2 atuando no 1º segmento do 1º grau e 2 no 2º segmento do 1º grau e 2º grau, sendo que um elemento possui Mestrado em Supervisão Educacional, dois possuem habilitação em Supervisão Escolar (a nível de complementação pedagógica) e o quarto elemento está cursando a complementação pedagógica em Supervisão, na UERJ. (...)

Na verdade, devo concordar que o estágio para formação de especialista em Supervisão e Administração fica a

desejar, porque é comum haver divisão de carga horária por vários locais, fazendo com que o estagiário não tenha a visão sequencial e contínua das atividades desenvolvidas pelo SOP. Outro ponto fraco dessa integração é que os meus colegas da Faculdade de Educação da área de Supervisão não apresentam o planejamento do estágio nem procuram visitar ou acompanhar o trabalho dos seus alunos.

É uma situação muito difícil receber estagiários esporádicos, itinerantes, sem orientação, coletando informações que não são bem trabalhadas por seus professores, por absoluta falta de conhecimento da realidade dos locais de estágio.

É, portanto, questionável a avaliação de um aluno que passa por esse sistema.

Sendo o CAP campo de aplicação da UERJ, seria muito bom que pudéssemos trabalhar juntos para o alcance do objetivo comum de educar. (...)

Angela Maria Cysneiros - CAP

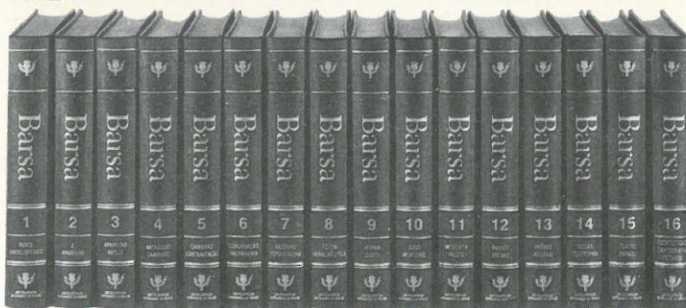
Nota da Redação:

A matéria sobre o CAP foi composta pela Editoria da Revista a partir de opiniões expressas por membros da comunidade do próprio colégio. Essas opiniões estão claramente associadas aos nomes das pessoas que as fizeram, e que tiveram a oportunidade de vê-las por escrito antes mesmo de sua publicação. Que a professora Angela não concorde com algumas destas opiniões é direito seu, o qual respeitamos profundamente. O que não podemos aceitar é a crítica à falta de ética profissional pelo fato de aquelas opiniões não irem ao encontro das suas. Era objetivo da matéria abrir discussão sobre o CAP: suas virtudes e fraquezas. E tendo sido a carta da professora a única opinião contrária, consideramos este objetivo alcançado.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à **GR Restaurantes Para Coletividade** a colaboração para o coquetel de lançamento de ADVIR.

AGORA EM 12 VEZES S/ JUROS



Enciclopédia Barsa Edição 93

A fonte do saber

16 volumes • 8.300 páginas • 7 milhões de palavras • 7.000 verbetes autônomos
• 80.000 remissivas • 8.400 ilustrações • cerca de 500 mapas • 22.000 referências
geográficas • 135 temas culturais específicos, em
41 Planos de Estudo para auto-educação

- Solicite uma demonstração sem compromisso com uma assessora cultural.
- Aceitamos todos os cartões de crédito sem acréscimo

Ligue já !

232-7918

222-3677

Margarida



ENCYCLOPAEDIA
BRITANNICA DO BRASIL

NEWTON ASSINATURAS

PROMOÇÃO DE REVISTAS DAS EDITORAS:

- GLOBO;
- BLOCH;
- VEJA;
- EXAME;
- MANCHETE;
- SUPER INTERESSANTE, ETC.
- ABRIL;
- 3º MUNDO;
- ISTO É;
- SPEAK UP;
- GLOBO CIÊNCIA;

PAGAMENTOS EM CARTÃO DE CRÉDITO OU CHEQUE

STAND UERJ — Entrada Principal

São Francisco Xavier, 524 — Telefone: 571.8937

Obrigado pelo
exemplo, sempre
vivo, da
dignidade
humanista do
mestre.

*Corpo Docente
ASDUERJ*



Piquet Carneiro

Prof. Piquet Carneiro
(08-09-1909 - 24-12-1992)